

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AS REPRESENTAÇÕES DA GUERRA CIVIL E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO
MOÇAMBICANA NOS ROMANCES DE MIA COUTO (1992 – 2000)**

Josilene Silva Campos

GOIÂNIA 2009

JOSILENE SILVA CAMPOS

**AS REPRESENTAÇÕES DA GUERRA CIVIL E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO
MOÇAMBICANA NOS ROMANCES DE MIA COUTO (1992 – 2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Faculdade de História da Universidade Federal de
Goiás, para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de
Migração.

Orientador: Professor Dr. Danilo Rabelo.

GOIÂNIA 2009

JOSILENE SILVA CAMPOS

**AS REPRESENTAÇÕES DA GUERRA CIVIL E A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO
MOÇAMBICANA NOS ROMANCES DE MIA COUTO (1992 – 2000)**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História
mestrado, da Faculdade de História da Universidade Federal de
Goiás, _____ em 03 de julho de 2009 pela banca
examinadora constituída pelos seguintes professores:

Presidente: Prof. Dr. Danilo Rabelo (UFG)

Examinadora: Prof.^a Dr.^a. Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal (UEG)

Examinador: Prof. Dr. Juarez Ferraz de Maia (UFG)

Suplente: Prof. Dr. Alexandre Martins de Araújo (UFG)

GOIÂNIA 2009

Ao meu pai Zamardilo pela crença inabalável no poder do conhecimento. À minha família. À minha nova família Figueira Borges pelo apoio incondicional. Aos meus amigos, que a esta altura não suportam mais ouvir falar de Mia Couto. Àqueles que se dedicam ao estudo da História e Cultura Africana e Afro-americana, e aos que combatem a discriminação racial.

AGRADECIMENTOS

Ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás. À CAPES, pela concessão da bolsa. Ao professor Dr. Luis Sérgio Duarte da Silva, pela parceria inicial.

Ao professor orientador desta dissertação Danilo Rabelo, pela ajuda, apoio, credibilidade, confiança e sugestões. A sua pronta acolhida em um momento tão difícil foi fundamental para a conclusão desta dissertação.

Aos leitores deste trabalho, Professor Juarez Maia, pela magnífica companhia nas longas conversas sobre Moçambique, sua amizade foi uma das coisas maravilhosas que este estudo me trouxe. À professora Eliesse Scaramal, pela incondicional amizade “maternal”, e pela “iniciação” aos estudos africanos; sua força e coragem me inspiraram.

Aos professores da Universidade Estadual de Goiás, lugar de minha formação, que são maiores que as dificuldades enfrentadas pela instituição e que acreditam na plena formação dos seus alunos. Mesmo correndo o risco de ser injusta com os demais, agradeço em especial ao professor José Santana um exemplo de profissional e cidadão comprometido com as questões sociais. Ao professor Jucelino Polonial, pela “adoção” e preocupação humana; a sua mão sempre estendida fez com que eu acreditasse que sozinha eu nunca estaria.

À professora Leila Hernandez, por me receber na Universidade de São Paulo e me presentear com seus infindáveis conhecimentos; a África passou a ter outro sentido a partir de seus olhos.

À minha amiga (irmã) Ádria, por absolutamente tudo, parte do meu sucesso devo a você. A meu amigo Girley, por ser simplesmente meu amigo. Ao meu amigo Flávio, pela ajuda com os mapas. Aos meus irmãos, por opção, Ádila, Iodenes, Boris, por sempre ajudarem a meu pai e a mim. Enfim, aos meus demais amigos que sempre me apóiam e estão presentes em minha vida (eles sabem quem são).

Ao meu pai, por minha formação humana e ética.

Identidade

Preciso ser um outro
Para ser eu mesmo

Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta
Sou o pólen sem insecto
E areia sustentando
O sexo das árvores

Existo, assim, onde me desconheço
Aguardando pelo meu passado
Receando a esperança do futuro

No mundo que combato
morro
No mundo porque luto
nasço

(Mia Couto)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivos centrais analisar a reconfiguração da identidade nacional moçambicana após a guerra civil e mostrar de que forma esse novo discurso é representado nos romances de Mia Couto, nomeadamente: *Terra Sonâmbula*, *A Varanda do Frangipani* e *O Último Voo do Flamingo*. O intuito é analisar de que forma esse conflito interno se apresentou como um divisor de águas ao colocar em questão concepções de nação forjadas pela FRELIMO e ao fundar uma ideia de nação alinhada com a perspectiva da diferença cultural. Para tanto, o estudo apresenta alguns direcionamentos relacionados com a história e a literatura moçambicanas. A literatura é usada como fonte por entender que ela é um tipo de conhecimento social formado no imaginário, compreendido como ideias e imagens de representação que dão significados às identidades. Esse tipo de construção mental possibilita um acesso privilegiado às sensibilidades de um tempo, às experiências vivenciadas e as discursividades construídas. Produz significações que permitem conhecer certas concepções de sociedade e diferentes percepções de processo histórico. A estrutura teórica desta dissertação realizou-se a partir de autores como Homi Bhabha, Benedict Anderson, Stuart Hall, Frantz Fanon, Hana Harendt, dentre outros. Apesar de não haver uma exclusividade teórica metodológica, a pesquisa está alinhada com uma perspectiva pós colonial, que prima pelo lugar de enunciação do sujeito subalterno. Esse direcionamento se deve à compreensão da importância da construção de um conhecimento que paute pela desconstrução dos essencialismos e estabeleça uma crítica às concepções homogenizadoras do conhecimento histórico.

Palavras – chave: Moçambique – Guerra civil – Mia Couto – Identidade nacional

ABSTRACT

This work has as main aims to analyze the reconfiguration of Mozambican national identity after the Civil War, and to show how this new discourse is represented in Mia Couto's novels, namely: *A Sleepwalking Land*, *Under the Frangipani* and *The Last Flight Of The Flamingo*. The purpose is to think how this internal conflict was presented as a divisor of waters while it calls into question concepts of nationality forged by FRELIMO, and establishes an idea of nation aligned with the perspective of cultural difference. Therefore, this study presents some directions related with Mozambican history and literature. The latter is used a source since it is a type of knowledge formed in the imaginary understood as ideas and images of representation that give meaning to the identities. This kind of mental construction allows us a privileged access to the sensibilities of a time, the experiences in life and the constructed discursiveness. They produce significations that allow us to know some society conceptions and different perceptions of historical process. The theoretical structure of this dissertation is base on authors as Homi K. Bhabha, Benedict Anderson, Frantz Fanon, Hannah Arendt among others. Although there is no theoretical and methodological exclusivity, this research adopts the post-colonial perspective and stands out the locus of enunciation of the subaltern subject. That direction is due to comprehension of the importance of a knowledge construction which seeks the deconstruction of the essentialism and criticizes the homogenized conceptions of historical knowledge.

Keywords: Mozambique - Civil War - Mia Couto - National identity

SUMÁRIO

Introdução	10
CAPÍTULO I	
<i>HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE</i>	
1. A Fixação Portuguesa em Moçambique	19
2. O Imperialismo e a Partilha da África	21
3. O Colonialismo Português	28
3.1 As Resistências	37
4. A FRELIMO e a Guerra de Libertação	40
CAPÍTULO II	
<i>A LITERATURA MOÇAMBICANA</i>	
1. A Trajetória da Literatura em Moçambique	50
1.1 A <i>Intelligentsia</i> Moçambicana	54
2. História, Oralidade e Política na Literatura Moçambicana	57
3. Mia Couto: Uma Breve Biografia	68
3.1 O Autor e a Escrita	75
CAPÍTULO III	
<i>A GUERRA CIVIL</i>	
1. A Guerra Civil Moçambicana	80
2. História Memória e Literatura	87
3. As Experiências da Guerra Entrelaçadas pelos Fios da Memória	94
CAPÍTULO IV	
<i>FRELIMO, MIA COUTO E A IDÉIA DE NAÇÃO</i>	
1. Sobre o Conceito de Nação	112
2. A Identidade Cultural	116
3. Estabelecer o Poder Popular para Servir as Massas: FRELIMO	119
4. Mia Couto e a Nação Moçambicana	131
Considerações finais	142
Referências	147
Apêndices	160
Anexos	166

INTRODUÇÃO

Fazendo uma retrospectiva de como a História da África entrou na minha vida, deparei com uma triste realidade. Apesar de minha formação ser em História, as únicas vezes que a África entrou nos meus currículos escolares, desde a minha época de educação infantil em Mato Grosso, foi quando estudávamos a escravidão. Pensando de forma retrospecto, vinha-me a imagem de que esse continente era um enorme depósito de escravos que tinham a função de servir ao mundo. Sou herdeira portanto, de uma educação preconceituosa, eurocêntrica, que desconsidera outro tipo de conhecimento que não seja aquele assentado no quadripartismo da escola francesa.

Saí da universidade com um diploma que diz que estou licenciada para dar aulas de História. Mas que história? Em um país onde 49% da população é negra, que história eu deveria ensinar? Aquela em que eu fui habilitada, ou a que reconhece a importância da História da África na sala de aula? O que faz mais sentido para nós brasileiros: a ressignificação cultural realizada na diáspora africana no contato com as Américas, ou a Guerra das Duas Rosas, que opôs as dinastias York e Lancaster na disputa pelo trono inglês.

Era evidente a importância de romper com essa barreira imposta pela minha ignorância e daqueles responsáveis pela minha formação intelectual. A questão torna-se mais urgente quando se leciona para crianças e adolescentes da periferia, na sua maioria estudantes negros. Parte dessa minha angústia foi apaziguada quando em 2006 a Universidade Estadual de Goiás ofereceu um curso de especialização em História e Cultura Africana e Afro-Americana. Finalmente fui apresentada à história da África. Eu não poderia ter tido melhores anfitriões: Leila Leite Hernandez, Valdemir Zamparoni, Paulino de Jesus, Eliesse Scaramal dentre outros.

Naquele momento, outro encontro foi possível. O meu encontro intelectual. Ficou clara para mim a direção do campo da História a que meus olhos deveriam se direcionar. Esse trabalho que agora apresento é o resultado do empenho desses muitos professores que acharam possível entrar na briga para implementar a Lei 10.639/03 e nela entraram. Este trabalho, portanto, é resultado e é tributário desse esforço conjunto em nos apresentar parte da nossa própria história que se manteve durante muito tempo trancada nos porões de uma educação obsoleta, vigiada pela crença da existência de uma democracia racial no Brasil.

Se essa experiência me proporcionou muitos esclarecimentos, gerou-me também, mais dúvidas ainda. Incertezas essas que ultrapassaram as barreiras daquele curso e que me acompanharam no mestrado. Meus grandes questionamentos quase sempre estavam relacionados aos processos e as lutas de independência, que prontamente me fascinaram. Algo me deixava intrigada: Como era possível no continente africano, com fronteiras impostas, um Estado Nacional ser formado? Diante de tantas diferenças linguísticas e culturais, como o sentimento de identidade nacional poderia existir nesses Estados marcados, na sua maioria, pela existência de sociedades locais tão representativas? Dentre todos os processos de construção nacional, o de Moçambique me chamava a atenção pela sua experiência marxista e pela figura de seu primeiro presidente: Samora Machel.

Apesar de o continente africano ter abrigado uma série de estados e reinos, a maioria destes não constituiu formação política que se equiparasse aos modernos Estados Nacionais. O estado moçambicano como a grande maioria dos estados africanos são entidades territoriais, políticas recentes. A atual configuração política foi formada a partir da presença do colonizador, a definição sistemática das fronteiras artificiais, que caracterizam esses estados, só foi definida no congresso de Berlim em 1885.

De certa maneira também pode-se afirmar que as nações africanas tal como são conhecidas também “nasceram” diante da presença do colonizador. O nacionalismo africano surgiu em grande parte do sentimento e do desejo de libertação do jugo colonial. O sentimento nacional é construído em detrimento da marcação do espaço do colonizado diante do colonizador. A identidade nacional é forjada com base em uma identidade contrastiva, que estabelece quem é quem dentro do contexto das lutas de libertação. A construção nacional edifica suas bases mediante a alteridade, na rejeição da presença violenta do colonizador português.

No tocante ao território moçambicano, ainda que diferentes sociedades coabitem essa situação sozinha não assegurou o “surgimento” do sentimento nacional. Este só foi arquitetado a partir do momento em que esses diferentes indivíduos tomam consciência de que compartilham de uma mesma situação e que a resistência a essa violência deve ser elaborada coletivamente. Se no rincão moçambicano a agressão do colonizador se dá a resposta à violência procede nos mesmos modos, ou seja, o sentimento de pertença à nação se dá inicialmente por meio de um sentimento coletivo de negação ao colonialismo o que representa ânsia pela libertação nacional, já que a liberdade da nação significava também a liberdade individual.

Dentro da especificidade de Moçambique, pode-se considerar que a luta de libertação nacional, iniciada em 1961 pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), liderada na época por Eduardo Mondlane foi um importante fator na consolidação do sentimento nacional. Quando iniciada a luta foi travada em nome dos moçambicanos e não dos Macuas, Tsongas ou Muchopes, não tinha pois, uma configuração “étnica” e sim nacional. Essa questão é tão presente no processo de construção de um sentimento nacional, que alguns dos heróis moçambicanos estão diretamente relacionados com as lutas de libertação, como é o caso de Mondlane e Samora Machel.

Com a independência, o projeto de construção nacional pensado pela FRELIMO passa a ser efetivado. Na visão do partido, a nação moçambicana deveria ser construída em bases modernas; nessa medida tudo aquilo que fosse considerado atrasado, retrógrado ou fonte de superstição seria banido da sociedade. Nesse entendimento, tudo aquilo que fosse relacionado às “tradições” como ritos de iniciação, casamento, culto aos antepassados, organização política e social foi proibido. O Estado passou a controlar os principais meios de produção e a agricultura. Três pontos dessa política oficial se destacam: as aldeias comunais, o homem novo, os campos de reeducação.

A postura adotada pela FRELIMO desagradou boa parte da sociedade, essencialmente a que vivia nas zonas rurais. Na perspectiva dessas pessoas, o Estado moçambicana estava agindo da mesma forma repressora que o estado colonial, gerando, assim, um grande sentimento de insatisfação. Esse descontentamento foi canalizado por grupos contrários à FRELIMO, esses grupos iniciaram um movimento de desestabilização que culminou na guerra civil que durou 16 anos. Essa guerra foi travada pelo partido oficial detentor do poder e pela Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que teve como mantenedores da sua frente guerrilheira os regimes segregacionistas da Rodésia e do apartheid da África do Sul.

O fato é que os acontecimentos gerados pela guerra civil mudam a ideia do que seria uma nação moçambicana. Dá-se uma resignificação da identidade moçambicana, que se inicia com o desenrolar da guerra civil e se acentua com o fim do conflito. Essas mudanças podem ser observadas nas alterações operadas na constituição, quando a pluralidade, a diferença cultural passa a ser reconhecida e respeitada. Além disso, há um reconhecimento do valor da “tradição” e dos chefes locais. As mudanças discursivas não são observadas somente na carta máxima do país, mas também na sua literatura.

Com base nessa hipótese, esta dissertação foi elaborada. A questão que dimensiona este estudo é entender como a literatura moçambicana representa essa

ressignificação da identidade nacional. Tomo como fonte de pesquisa o autor moçambicano Mia Couto e três dos seus romances precisamente: *Terra Sonâmbula*, *A Varanda do Frangipani*, e *O Último Voo do Flamingo*, publicados respectivamente em 1992, 1996 e 2000. A escolha desses romances se deve ao fato de serem considerados “romances de guerra”, ou seja, as obras têm suas narrativas direcionadas para a guerra civil e suas consequências.

A escolha das referidas obras para análise deve-se à temática das narrativas, que é a guerra civil moçambicana, e ao tempo da escrita, que se inicia em 1992 e estendendo-se até 2000. Esses dois aspectos são de extrema relevância, já que a preocupação do estudo é justamente a construção da idéia de nação no pós-guerra civil. Outro ponto que influenciou essa escolha foi a trajetória política do autor moçambicano, Mia Couto, que foi integrante da Frente de Libertação de Moçambique e hoje é declaradamente um de seus críticos.

Dentre as muitas possibilidades de documento, para este estudo a escolha da literatura se deu pelo seu pioneirismo em Moçambique, ao expressar, falar, representar a guerra civil, diante da instalação de um silêncio social. A literatura vai ser uma das memórias dos acontecimentos, é ela quem vai propor uma catarse à sociedade moçambicana. É uma fonte privilegiada de acesso ao imaginário de uma época, das representações de um tempo que já se passou.

A representação é uma tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração. As representações mentais envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural. A representação do real é elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo. Para Roger Chartier (1990) as representações operam funções simbólicas que mediatizam, ou seja, informam as diferentes modalidades de apreensão do real operando por meio de signos, elas falam de uma ausência.

Cabe ressaltar que a forma como a literatura se apropria do contexto social e político de seu tempo não pode ser encarada como “espelho” ou decalque da realidade. A literatura não é um simples reflexo, pois seria impossível congelar as distensões de um tempo em uma obra fechada. Por isso, ao utilizar a literatura como fonte de análise de um determinado período histórico, o historiador deve levar em conta que a relação do texto com o real constrói-se segundo delimitações intelectuais próprias de cada época. Segundo Chartier (1990), esse tipo de relação leva, antes de mais nada, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexos realistas de uma realidade histórica, “mas a atender à sua especificidade enquanto texto situado relativamente a outros textos e cujas regras de organização, como elaboração formal, tem em vista produzir mais do que mera descrição” (1990, p.63).

A relação entre história e literatura apresenta-se como um importante campo de investigação em que ambas se completam, são meios utilizados para pensar o homem, formas de apreensão do mundo que têm o real como referência. Como mostra Garcia (2002), a literatura é uma historiografia inconsciente, permite um acesso privilegiado a uma temporalidade transcorrida. Forma de evocação do passado que captura as sensibilidades de uma época. Como salienta Sevcenko, “a produção literária revela todo o seu potencial como documento, como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações que incorpora a história em todos os seus aspectos” (SEVCENKO, 1989, p. 246).

Para o autor supracitado, a literatura aparece como um “ângulo estratégico, notável, para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social” (idem, p.20). É dotada de um traço de permanência numa relação dialética com o tempo em que está imersa, fonte privilegiada de acesso ao imaginário, instrumento para chegar a um tempo passado. Segundo Garcia (2002), a literatura é um produto narrativo que se serve da matéria histórica, um testemunho histórico.

A literatura é resultado de uma prática social, que se alinha com os que fazem história e, como obra, é o resultado de um fazer individual e social, um fenômeno da cultura. Entre História e Literatura estabelece-se uma relação de intercâmbio e confronto. Sevcenko (Idem, p.246) defende que esse cruzamento “permite entrever a produção literária, ela mesma como um processo, homólogo ao processo histórico, seguindo, defrontando ou negando-o, porém referindo-o”.

Bhabha (1998) explica que um texto literário precisa ser dialético e considerar a heterogeneidade da práxis social, cuja articulação textual deve ser aberta às contribuições exteriores, pois a forma artística é impregnada de marcas sociais e históricas, como uma relação entre a “temporalidade intervalar” e a “realidade intervalar”. Na fronteira entre o tempo e a realidade, “habita uma quietude do tempo e uma estranheza de enquadramento que cria a imagem discursiva na encruzilhada entre história e literatura, unindo a casa e o mundo” (BHABHA, 1998, p.35).

Vários historiadores e críticos literários, entre eles, Antonio Cândido (2000), apontam que a literatura deve ser distinta da historiografia, mas que a produção literária deve ser respeitada tanto em seu aspecto do passado, como afirmação retrospectiva de cultura, quanto em sua perspectiva de futuro, pela preservação de valores que assegura a continuidade

de uma cultura hegemônica. Isso porque, na sua materialidade, a obra literária faz circular informações, traz em voga valores e princípios que a constituem como reino específico.

Conforme Cândido em sua obra *Literatura e Sociedade*, o estudo da função histórico-literária de uma obra só adquire pleno significado quando “referido intimamente à sua estrutura, superando-se deste modo o hiato freqüentemente aberto entre a investigação histórica e as orientações estéticas”. (2000, p.172). Este autor afirma ainda que “a Literatura é um processo histórico, de natureza estética, que se define pela inter-relação das pessoas que a praticam, que criam certa mentalidade e estabelecem certa tradição.” (CÂNDIDO, 1972, p.8-9).

Ainda segundo o autor referenciado (2006) a criação literária traz como condição necessária uma carga de liberdade que a torna independente sob muitos aspectos, de tal maneira que a explicação dos seus produtos é encontrada, sobretudo neles mesmos. Como conjunto de obras de arte, a literatura se caracteriza por essa liberdade extraordinária que transcende as nossas servidões. Mas à medida que é um sistema de produtos que são também instrumentos de comunicação entre os homens, possui tantas ligações com a vida social, que vale a pena estudar a correspondência e a interação entre ambas.

O texto literário não é autônomo em relação ao ambiente histórico e cultural em que é produzido. Ele é um modo de projeção das questões e pontos de vista que configuram esse ambiente, sintoniza-se, em alguma medida, com a percepção própria do seu tempo. Noutros termos, a experiência literária não é exclusivamente estética, mas diz respeito a certo modo de percepção que é histórico-cultural, implica uma escolha discursivo-ideológica daquele que escreve (CAETANO, 2007, p. 3).

Essa relação história-ficção é um dos elementos que reforçam a função humanizadora da literatura, sobretudo, pelas possibilidades de (re)criar, questionar, transformar. A literatura “é uma forma de conhecimento da realidade que se serve da ficção e tem como meio de expressão a linguagem artisticamente elaborada” (D’ONOFRIO, 1999, p.10), ou seja, o próprio conceito de literatura está relacionado ao contexto e ao julgamento de valor, e o julgar relaciona-se ao meio histórico. A obra de arte é como uma síntese de toda potencialidade humana, revela sua importância, fracassos, negações, levando o ser humano à reflexão. A literatura “não corrompe nem edifica” como convencionalmente a rotulamos, ela traz “livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (CÂNDIDO, 1972, p.5).

José Luis Jobim (1992) esclarece que, ao elaborar sua obra, o autor conhece as delimitações do considerado literário no momento, induzido pelo próprio contexto e pelas normas vigentes. Cada época tem seu quadro de referência, normas estéticas, convenções, visões e valores de mundo para relacionar e constituir a literatura, com base nas quais efetua julgamento.

Na relação Literatura e História, não se deve investigar até que ponto, ou melhor, até onde se estende o discurso literário, ou em que ponto se inicia ou se limita o discurso histórico, mas sim realizar um diálogo produtivo entre esses elementos. “É evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu, mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade [...]” (MAGNANI, 2001, p.78).

Assim entendida, a obra literária pode “reciclar o mundo”. Por um discurso subjetivo, é possível chegar à “verdade” histórica por meio da literatura; não se trata de substituir a história pela ficção, mas de possibilitar uma “aproximação poética em que todos os pontos de vista contraditórios, mas convergentes, estejam presentes, formando uma representação totalizadora, uma forma privilegiada de se ler os signos da história.” (ESTEVES, 1998, p.12).

Nesse pressuposto, pode-se dizer que o texto literário, muitas vezes, serve de instrumento para retratar a realidade, com intuito de fazer pensar, persuadir, informar, documentar, alertar, refletir ou simplesmente proporcionar prazer ao leitor; e serve também como condutor de conhecimentos do mundo, cuja práxis social permite a conscientização de realidades passadas, presentes e de projeções futuras. Para Regina Zilberman (2002), a literatura é metalinguisticamente social e ideológica, tendo como função principal o discurso de compromisso com a realidade, com a história.

O texto literário desempenha uma função social, histórica à medida que se constitui em um importante meio de denúncia, de registro, de diálogo, construções, desconstruções e expressão. Em seu permeável lugar das idéias, a literatura adquire legitimidade e importância como forma de reflexão. Torna-se um representativo instrumento de manifestação dos ideais, sentimentos, dores, desejos e anseios humanos.

Marcelo Caetano (2007) afirma que o texto literário amplia as concepções de história e realidade, conferindo-lhes novos sentidos, não se prende exclusivamente ao que oficialmente se diz sobre fatos e sobre os homens, vislumbrando mais do que aquilo que se vê. A ficção desprende-se do factual para, assim, poder dialogar com ele. Ao subverter a orientação unidirecional da ideologia dominante, a ficção tece ambigüidades, preenche vazios

e resgata as práticas de resistência que foram silenciadas ou marginalizadas no discurso histórico hegemônico. A ficção é instrumento de conscientização e resistência.

Escrever é um ato de análise, de reflexão e de catarse, pois é a partir dele que o intelectual procura, em sua liberdade de leitura e de discussão, estratégias para derrotar o opressor. De acordo com J.L. Cabaço, (2004, p.32) “Escrever é, assim, um momento de reflexão sobre as responsabilidades do escritor e sobre a relação da literatura com essa utopia vibrante e ainda imprecisa que é a nacionalidade”. Segundo Lincoln Secco, no caso do escritor africano, escrever passa a ser uma forma por meio da qual ele (des) “dramatiza os fantasmas produzidos pelo colonialismo, colocando em cena medos, culpas, preconceitos, ódios, superstições, crenças e ressentimentos introjetados tanto no imaginário dos colonizados, como no dos colonizadores” (SECCO, 2004, p. 20).

A produção artística – aqui particularmente a Literatura moçambicana – surge como parte do processo de consolidação das identidades nacionais, por meio de seu caráter de representação. Exemplo disso é a busca de expressão das identidades culturais que a literatura africana vem empreendendo. Representar as diferenças culturais e as particularidades nacionais, mais do que instrumentos de narrativa, passa a ser um referencial para se pensar a Nação Moçambicana.

Este trabalho, apesar de ter uma clara delimitação espacial (Moçambique), temporal (1992 a 2000 que é o tempo da escrita dos romances), e de fonte (os romances de guerra de Mia Couto), não está circunscrito a um estudo com ênfase apenas no local. Esta pesquisa busca uma compreensão global dos acontecimentos segundo o entendimento de que os fenômenos da cultura só podem ser compreendidos mediante uma perspectiva que amplie o campo dimensional, que não fique atrelada apenas ao particular. Esse é um ponto importante principalmente quando se fala da África e de Moçambique inseridas em uma conjuntura pós-colonial também em uma perspectiva pós colonial.

Este estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro apresento uma breve história de Moçambique. Esse momento consiste em expor em linhas gerais momentos históricos que considere relevantes para o estudo. Inicia-se com a formação social de Moçambique antes da chegada dos portugueses, passando por temáticas, como: o imperialismo ocidental e a partilha da África, as particularidades e políticas do colonialismo português, as formas de resistência à violência colonial, a FRELIMO e a guerra de libertação de Portugal, que culminou na independência moçambicana, no dia 25 de junho de 1975.

O segundo capítulo traz questões pontuais sobre a trajetória da literatura moçambicana. A abordagem visa a compreender como a formação de uma *intelligentsia* foi

significativa para a denúncia, o protesto e o combate ao colonialismo e como ela também é responsável por construir um sentimento de moçambicanidade. Também aponto alguns temas que são recorrentes nas literaturas, como a história, oralidade e política, fazendo uma conexão entre o momento político intelectual de Moçambique e o espaço da produção cultural. Posteriormente apresento uma breve biografia de Mia Couto, com algumas informações que considero importantes. Termina essa parte do trabalho com uma concisa análise da escrita literária deste autor.

No terceiro capítulo consta uma reflexão sobre a guerra civil e seus efeitos desestabilizadores na sociedade, na economia e política moçambicana. Busco compreender como os efeitos do confronto bélico, tomado aqui como um marco divisor, altera e reconfigura o sentido de identidade nacional em Moçambique. A partir dos romances: *Terra Sonâmbula*, *A Varanda do Frangipani* e *O Último Voo do Flamingo*, procuro estabelecer uma discussão sobre a literatura como um monumento, como uma memória social. Identifico nas narrativas elementos que “denunciam” as mazelas sofridas pelo povo durante a guerra, além da violência e corrupção do Estado.

O quarto capítulo é dedicado às reflexões sobre a identidade nacional moçambicana. Após uma elementar abordagem sobre nação e identidade cultural, em que faço uma exposição sobre estudos de alguns teóricos a respeito dessas temáticas, inicio a apresentação da ideia de nação presente nos discursos oficiais da FRELIMO e de Mia Couto. No primeiro momento mostro como a Frente/Partido constrói uma ideia de nação a partir de uma perspectiva marxista leninista da sociedade, em que as dimensões culturais, locais são rechaçadas em nome de uma nação socialista “moderna”. Posteriormente analiso como a literatura de Mia Couto concebe essa nova perspectiva de identidade nacional, quando Moçambique passa a ser representada como uma cultura híbrida, uma sociedade amplamente diversificada do ponto de vista cultural, que abarca as tensões e contradições das diversas expressões culturais, políticas e sociais.

Esta dissertação não tem a pretensão de esgotar o assunto referente à temática proposta, muito pelo contrário, é apenas uma modesta contribuição para estudos sobre Moçambique. As dificuldades que por ventura enfrentei, só serviram para me convencer da necessidade de abordar esse assunto. Que este seja mais um dos muitos trabalhos que serão produzidos a respeito das Histórias das Áfricas. As páginas que se seguem são apenas uma visão individual e, portanto, muito restrita sobre uma pequena porção da História e Literatura de Moçambique, este incrível país que, como disse Eduardo Lourenço, é uma imensa varanda sobre o Índico.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

Até que os leões tenham seus próprios historiadores a história da caçada continuarão glorificando o caçador.
(Eduardo Galeano)

1 . A fixação portuguesa em Moçambique

A região que corresponde ao atual Estado de Moçambique¹ tem na sua composição étnica variados grupos pertencentes ao tronco linguístico Banto. Segundo Alberto da Costa e Silva, em sua obra *A Enxada e a Lança*, além dos “Bantos” chegaram às praias do Índico, nos primeiros séculos da nossa era, romenos, árabes e persas, que navegavam de acordo com as monções. Instalaram pequenos entrepostos comerciais, para negociar especialmente marfim, especiarias, ouro e peles. A História de Moçambique encontra-se documentada a partir do século X, quando um viajante árabe, Al-Massudi, descreveu uma importante atividade comercial dominada pelos mulçumanos, com uma grande participação dos chineses, persas, cingaleses, indonésios e indianos. A base desse comércio era o marfim, o âmbar, os chifres de rinoceronte, peles e ouro.

A busca por novas rotas marítimas para chegar às Índias, já que o Mediterrâneo era controlado pelos italianos, impulsionou a viagem de Vasco da Gama contornando o continente africano. Nessa empreitada, o navegador português chegou aos territórios da costa do Índico em 1448. A recepção ao navegador não foi muito diplomática principalmente entre as chefias do lado sul da costa índica, somente com os povos do norte ele conseguiu firmar alguns acordos. Apenas em 1505, com Pedro Álvares Cabral, foi erguida uma feitoria em Sofala. Até o século XVII Moçambique foi usado basicamente como apoio à rota de especiarias da Índia. Só no final do século XVI, início do XVII, os territórios do vale do

¹ Ver APÊNDICE – A página 160, localização de Moçambique no mapa político da África. Ver APÊNDICE B página 161, atual mapa da divisão política de Moçambique. Ver na página 174 ANEXO E – Tabelas de dados informativos sobre Moçambique e da distribuição percentual da população moçambicana por religião professada.

Zambeze, onde se localizava o Império do Monomotapa, foram explorados com afinco. Isso se deveu ao fato de os portugueses acreditarem na existência de uma grande porção de ouro nessa região.

As relações comerciais com a região da costa índica sofreram consideráveis modificações com a introdução do tráfico escravista a partir da segunda metade do século XVII. Com a invasão holandesa em Angola, houve uma queda expressiva na oferta de mão de obra escrava na região. De acordo com Cabaço (2007), o tráfico de escravos realizado em Moçambique atingiria o seu ponto máximo na primeira metade do século XIX, beneficiando-se do fato de que a atenção dos britânicos, após a proibição desse comércio, concentrava-se principalmente no controle das rotas atlânticas, negligenciando o oceano Índico.

Apesar da construção de fortalezas e do comércio local, os portugueses, quase sempre, estiveram em uma posição frágil, grande parte das relações estabelecidas com as populações locais eram regidas por uma diplomacia de sobrevivência, o que os obrigava muitas vezes a se submeterem aos ditames das sociedades locais. Muito contribuiu para essa situação de subalternidade a ineficiência de Portugal quanto a fortalecer o seu poder no Índico e controlar a rede de comércio muçulmano, falta de poderio que fez com que os portugueses enfrentassem uma série de revoltas notadamente a partir do século XVII².

Esses levantes revelam que a autoridade de Portugal foi limitada, até o fim do século XIX, a poucas capitâneas na faixa costeira, como Quissanga ou a fortaleza de Sofala. Mesmo centros administrativos, como Quelimane, Inhambane e Lourenço Marques (atual Maputo), exerciam só uma influência muito limitada no resto do país. O vale do Zambeze era a única parte no interior onde as guarnições, que se caracterizavam por falta de pessoal, davam a ilusão de uma presença colonial. Além disso, o exército português sofreu numerosas derrotas por estar mal equipado para fazer frente aos vários ataques.

Com o fim da escravidão e a independência do Brasil, impõe-se a Portugal a necessidade de pensar em novo império, novos territórios além-mar. Como pontua Valentim (2000), o imaginário português criou a ideia de que o país não poderia sobreviver sem o império pelo perigo de ser absorvido pela Espanha, deveria, portanto, criar um “novo Brasil”. “A ideia vai marcar todo pensamento nacionalista português dos séculos XIX e XX, que vê na

² O sultanato de Angoche declarou a sua independência nesse período, os Baruéns expulsaram os administradores portugueses do seu território e o império Malawi terminou a sua aliança com Portugal. Além disso, os régulos dos povos Chope, Tsonga e Macua rejeitaram a supremacia da Coroa Portuguesa e o reino de Monomopata conseguiu expulsar povos aliados dos portugueses do planalto de Zimbábue e interior de Zambézia em 1692.

construção de um novo sistema colonial a preservação da herança histórica e a garantia da existência da nação” (VALENTIM, 2000, p. 181).

Assim, as formas de ocupação portuguesa no continente africano passaram a sofrer sensíveis alterações a partir de meados do século XIX. Essas mudanças estavam diretamente relacionadas com o novo quadro político, econômico e social vivido pela Europa, especialmente no que diz respeito às transformações econômicas, que exigiu uma maior quantidade de matéria-prima, mão de obra barata e mercado consumidor. É a partir dessa conjuntura mundial, em que as novas necessidades do capitalismo industrial se apresentam, que se inicia na África uma corrida colonial amparada por agressiva política imperialista.

2 . O Imperialismo e a Partilha da África.

A política imperialista na Europa atingiu o seu auge no final do século XIX, dentro de uma conjuntura de unificação dos Estados nacionais e desenvolvimento econômico. Segundo Hannah Arendt, em *Origens do Totalitarismo*, o “imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista [burguesia] rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica” (1989, p.156). O crescimento do comércio e da economia passou a ditar os rumos das políticas externas e os Estados nacionais, a expandir seu poder e assegurar seus interesses pela força e pela violência.

Os territórios coloniais passariam a figurar como espaços onde seriam estabelecidos novos mercados consumidores, além de produtores de matéria-prima para produtos industrializados. O empreendimento colonial seria edificado sob a égide do capital excedente, mão de obra supérflua³ e proteção do Estado. A expansão comercial foi incorporada como política nacional e tornou-se um importante instrumento dos nacionalismos, “o imperialismo apresenta-se de maneira sedutora, como solução dos problemas internos dos estados nacionais europeus, mostrando-se como um eficiente aglutinante ideológico” (HOBSBAWM, 2001, p.106).

Esse momento de expansionismo europeu com seu Imperialismo colonial é denominado por Eric J. Hobsbawm de “A Era dos Impérios,” que, de acordo com o historiador, durou de 1880 a 1914. Durante esse período a “maior parte do mundo à exceção da Europa e da América foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de outro Estado” (2001, p.88). O resultado da pressão econômica dos anos 1880 foi o acirramento da rivalidade entre as potências coloniais, ávidas por

³ Arendt, 1989, p.180.

domínios territoriais que assegurassem à economia nacional sua estabilidade. A aquisição de colônias tornou-se um símbolo de *status* de poder entre as nações européias.

O século XIX se caracteriza pela expansão e mundialização da economia européia, que atinge os lugares mais distantes e estabelece uma rede de transações comerciais, de comunicação e circulação de bens e pessoas. Esse fenômeno é fruto do desenvolvimento específico do capitalismo nessa era, em que as relações estabelecidas com a periferia da economia mundial poderiam determinar o futuro de algumas nações. O Imperialismo do século XIX, de acordo com Hobsbawm, foi, sem sombra de dúvidas, algo novo. Foi “produto de uma era de concorrências entre economias industrial-capitalistas rivais. Fato novo e intensificado pela pressão em favor da obtenção e da preservação de mercados num período de incertezas.” (HOBSBAWM, 2001, p.109).

A estruturação do sistema colonial se baseia em três princípios básicos, segundo Arendt (2006): o expansionismo, que além do aspecto econômico comporta o desejo político de permanente expansão e domínio territorial; a burocracia colonial, que cria um poder político nos territórios colonizados, usando da força da polícia e do exército para manter o poder e assegurar a supremacia da metrópole; e o racismo, usado como instrumento ideológico para justificar a dominação colonial, ou seja a superioridade racial dos brancos permitindo os abusos e a violência cometidos na colonização.

A burocracia foi uma importante aliada para o estabelecimento dos domínios nas terras ocupadas, é ela quem faz as vezes do governo. As organizações sociais locais são substituídas pela burocracia colonial, o administrador assume os poderes de governar (mesmo que seja por relatório e decretos) amparado pela força da presença militar da metrópole. Sobre essa questão Hannah Arendt aponta que “foi a burocracia a base organizacional do grande jogo da expansão, no qual cada zona era considerada um degrau para envolvimento futuros, e cada povo era um instrumento para futuras conquistas.” (2006, p.216).

Outro elemento que caracteriza o Imperialismo é o uso do racismo como doutrina oficial do Estado. O pensamento racista adquire importância nas sociedades coloniais ao fortalecer a ideologia do Imperialismo, tornando-se uma importante arma política. A lógica colonialista incorporou o discurso das diferenças e inferioridade das civilizações, para justificar as suas ações no continente africano, partindo, a princípio, da exclusão da ideia de humanidade. A incorporação do racismo ao Imperialismo legitima a prática colonialista a medida que se torna natural a subjugação do “inferior” africano pelo “superior” europeu.

O mito da superioridade racial europeia toma força com o progresso industrial e científico que se inicia no fim do século XVI. Em quase todas as partes do mundo havia a

presença do europeu. Esse moderno eurocentrismo, segundo Mary Pratt (1999), é fruto de uma consciência planetária, inaugurada pela expedição internacional La Condamine, e do sistema da natureza criado por Lineu. O sistema de classificação desse cientista apresenta um discurso sobre um mundo europeu civilizado e um não europeu bárbaro. Ele naturaliza a superioridade ocidental europeia ao classificar as pessoas a partir do parâmetro de sistematização dos animais. Segundo este estudioso, as principais características do homem europeu eram: “Claro, sanguíneo, musculoso, cabelo louro, [...] olhos azuis, delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis” (PRATT, 1999, p.68). Em contrapartida o homem africano era classificado como: “Negro, fleumático e relaxado. Cabelos negros, crespos, pele acetinada, nariz achatado, lábios túmidos, engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho” (PRATT, 1999, p.68).

No século XIX os preconceitos articulam-se com as crenças científicas. A antropologia, que se constituía em ciência acadêmica, elaborou algumas teorias. Segundo elas, ou os africanos estavam condenados a permanecer perpetuamente no estágio de barbárie devido a sua inferioridade racial, ou eles estavam no caminho da humanidade, evoluindo ainda que de maneira bem lenta em direção à civilização e ao progresso. Essas crenças estavam alinhadas respectivamente ao determinismo racial e ao evolucionismo social. Segundo Anderson Oliva, em seu artigo *Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental*:

Essas teorias tiveram um efeito norteador nas representações elaboradas sobre os africanos do século XIX em diante. A dominação imperial, a imposição da fé cristã e dos valores europeus estaria justificada pela inferioridade biológica, mental e espiritual dos povos do continente (OLIVA, 2005, p.104).

A história e a filosofia também foram influenciadas pela ideologia do racismo científico do século XIX. Segundo alguns pensadores, a história da África só teria começado no momento em que os europeus passaram a manter relações com os povos primitivos, levando a ela o progresso e a civilização. O filósofo Friedrich Hegel foi um dos intelectuais mais enfáticos na defesa da inexistência da História na África, e da irrelevância desse continente para a humanidade. Segundo ele,

A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, [...] O negro representa [...] o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda a reverência, de toda a moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-los. Neles, nada evoca a idéia do caráter humano (HEGEL, 1999, p.84).

Em 1907 o Nobel Rudyard Kipling deu a contribuição da literatura na construção da inferioridade africana. Em seu poema *O fardo do homem branco* argumenta que o homem branco estava predestinado a carregar o fardo da superioridade, sendo sua obrigação espalhá-lo por onde houvesse atraso e selvageria, esses atos seriam uma espécie de provação pela qual os superiores, europeus, deveriam passar. Segundo Said (2007), as literaturas produzidas nesse momento histórico estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os cientistas acerca das regiões estranhas do mundo; tornam-se uma poderosa forma de construção do imaginário europeu sobre aquilo que se convencionou chamar de Oriente.

O Ocidente sempre inventou uma imagem de si e dos outros atribuindo e firmando uma identidade. Foi o que Edward Said (2007) chamou de Orientalismo, que segundo o autor se caracteriza como um modo estabelecido e institucionalizado de produção de conhecimento e representações sobre uma determinada região do mundo, pautada por distinções binárias. Essa polaridade se dá pelos discursos que produzem uma ideia de Ocidente e Oriente, estruturados em valores encontrados nas sociedades ocidentais, que são tomados como parâmetros universais e que passam a definir o que e quem é civilizado – selvagem; moderno – atrasado; cultura – barbárie; espiritualidade – paganismo.

O Oriente do orientalismo, ainda que remeta, vagamente, a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural e definidora de sentido entre um nós e um eles, no interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior, ao mesmo tempo que permite definir o nós, o si mesmo, em oposição a este outro, ora representado como caricatura, ora como estereótipo, e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser (COSTA, 2006, p.86).

A ocupação efetiva dos territórios na África gerou uma situação colonial que tinha como principal característica o seu dualismo. Um sistema maniqueísta que estabelecia as suas relações a partir das dicotomias: branco e preto, civilizado e primitivo, indígena e colonizador, tradicional e moderno, oralidade e escrita, superstição e religião, cultura e barbárie. Práticas e pensamentos são marcados pela separação e pela hierarquização efetivadas a partir da força, da violência e da subalternização do outro. O mundo colonial é um mundo compartimentado, os vínculos estabelecidos são sempre de ordem fragmentada, desigual e agressiva. Frantz Fanon, médico, intelectual, militante da luta pela libertação da Argélia, expõe algumas considerações sobre a sociedade colonial. Para ele,

O mundo colonizado é um mundo cortado em dois. A linha de corte, a fronteira, é indicada pelas casernas e pelos postos policiais. Nas colônias, o interlocutor legítimo e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o policial ou o soldado (FANON, 2005, p.54).

Na consolidação do estado colonial, as suas forças são focalizadas no domínio da terra e dos bens econômicos produzidos por ela, além do controle do colonizado, assegurando-se sua exclusão de toda a liberdade civil. A defesa da condição de privilégio da minoria branca era efetivada por uma política de domínio pela força, de discriminação, repressão, apropriação das riquezas e exploração do trabalho. Feita sempre por intermédio da violência legitimada pelo estado colonial e seu discurso usado como um de seus aparatos de poder. “O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e intrusão” (BHABHA, 1998, p.111).

As políticas coloniais criaram e mantiveram estruturas sociais desiguais, baseadas na diferenciação racial, no binarismo entre colonizadores e sociedades locais, no uso da força e da violência como forma de coação. Apesar de possuírem alguns traços em comum, a dominação colonial apresenta algumas importantes diferenciações dependendo da metrópole e da região sobrepujada. Cada Estado estabeleceu em suas colônias uma política muito particular, que foi recebida, assimilada e combatida de maneiras singulares e que gerou experiências históricas diferenciadas em cada território. Apesar da presença europeia na África se remontar a épocas longínquas, a dominação territorial, populacional e econômica é fruto do século XIX e toma contornos legais com a Conferência de Berlim.

A Conferência de Berlim por si só não explica contudo, a ocupação ocidental dos territórios africanos. Para compreender a lógica dos acontecimentos, a dinâmica dos processos e a forma como se deu a efetiva presença colonial na África, ocorrida especialmente a partir do século XVIII, faz-se necessário atentar para questões que envolvem motivações de ordem interna e externa ao continente africano. Somente a partir de uma visão panorâmica, que busca compreender todas as partes envolvidas nesse contexto, não se correrá o risco de minimizar as dinâmicas do processo imperialista.

A África, nesse momento, passa por grandes alterações de ordem política, com o fim de alguns importantes reinos e impérios. Muitas dessas mudanças foram iniciadas com o tráfico de escravos, que alterou as estruturas das sociedades envolvidas, ampliando o número de guerras e disputas internas por territórios. Muitas vezes os confrontos entre diferentes povos ocorriam em associação com os europeus, que em troca da proteção e do apoio em

guerras recebiam benefícios, como acordos comerciais, fixação em parte do território, ou livre circulação. Em consonância com o exposto, Alexandre Valentim na obra *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império*, pondera que:

A influência dos fluxos mercantis externos foi minando cada vez mais profundamente os sistemas políticos tradicionais [...] Levando à desagregação dos impérios africanos e à multiplicação de micro-unidades políticas extremamente instáveis esta evolução facilita a penetração européia de finais de Oitocentos (VALENTIM, 2000, p.236).

A esses fatores internos próprios da África pode-se associar a conjuntura política e econômica da Europa. Esta vem passando por grandes transformações econômicas e sociais, geradas pela revolução industrial, o que teria determinado a necessidade de expansão econômica e conquista de novos mercados consumidores, além de áreas que produzissem gêneros alimentícios. Outro item que merece atenção diz respeito às questões diplomáticas, já que também estavam em jogo as influências externas, possíveis de ser exercidas por outras potências, além do lugar que ocupariam dentro da política colonialista européia. Essa corrida colonial por territórios na África e na Ásia gerou um clima de instabilidade política, por haver uma grande convergência de interesses econômicos entre as potências, que nem sempre eram resolvidos diplomaticamente.

Para afastar as possibilidades de um conflito internacional, coube ao o chanceler alemão Bismarck organizar a Conferência de Berlim, ocorrida de novembro de 1884 até fevereiro de 1885. Quando países como França, Grã-Bretanha, Portugal, Bélgica, Itália, Alemanha, Espanha, Áustria Hungria, Países Baixos, Dinamarca, Rússia, Suécia, Noruega, Turquia e Estados Unidos se reuniram para regulamentar questões referentes às formas de ocupação da África. De acordo com Arnaut e Lopes, as resoluções do Congresso de Berlim podem ser descritas como “um código de conduta para que o expansionismo e as pretensões dos Estados europeus na África não os levassem a guerra” (ARNOUT; LOPES, 2005, p. 66).

Essa conferência internacional tinha como principal objetivo “regulamentar a expansão das potências coloniais na África, procurando ordenar e estabelecer consensos diplomáticos” (SERRANO, 2007, p. 210). Entre as questões a serem discutidas estava em pauta a liberdade comercial da Bacia do Congo, a livre navegação nos rios Congo e Níger, além das proposições a serem cumpridas na posse dos territórios. O tom do encontro foi regido pelos auspícios da civilização, como expõe Wesseling (1998) a respeito do discurso proferido por Bismarck em razão da abertura da Conferência de Berlim quando ele afirma o caráter “desinteressado” da reunião que pretendia levar à África os benefícios da civilização

em geral e do comércio em específico. Na oportunidade, o chanceler frisou que “a conferência não ia tratar de soberania, mas definir normas de ocupação de novos territórios na costa africana, pela causa da paz e da humanidade” (1998, p. 130).

O tom pacifista dos discursos não reflete, evidentemente, os bastidores da reunião, onde se travaram verdadeiras batalhas pelos melhores territórios e melhores rotas comerciais. Algumas das principais decisões tomadas pelos chefes de Estado presentes na formulação da ata geral da Conferência de Berlim são: o livre comércio da Bacia do Congo e a neutralidade deste território, ficando livre a navegação das águas do Níger e seus afluentes, a ocupação real de territórios como condição básica para sua posse, contando para isso com a existência de uma autoridade capaz de respeitar não só direitos adquiridos como a liberdade de trânsito e de comércio.

A conferência acabou elaborando resoluções genéricas, que arbitravam apenas a respeito de assuntos relacionados às posses das regiões costeiras. A falta de conhecimento da geografia do continente por parte dos interessados na questão, fez com que os problemas de delimitação de fronteiras não fossem resolvidos, ou seja, a briga pelo interior do continente, que era muito maior do que pelos espaços costeiros, continuou acirrada. A real partilha do interior da África se deu posteriormente ao congresso de Berlim, quando problemas fronteiriços eram resolvidos de maneira bilateral, pela assinatura de acordos de fronteira, que mais uma vez não respeitaram as dinâmicas internas do continente. Como nos mostra Lord Salisbury, um líder colonial britânico,

Traçamos linhas sobre mapas de regiões onde o homem branco nunca tinha pisado. Distribuímos montanhas, rios e lagos entre nós. Ficamos apenas atrapalhados por não sabermos onde ficavam estas montanhas, esses rios e esses lagos (SERRANO, 2007, p.212, apud SERRANO; MUNANGA, 1995, p.6).

A pouca expressividade de Portugal no cenário internacional confirma-se no fracasso dos esforços por reconhecer os territórios do seu ambicioso projeto do Mapa Cor de Rosa⁴. O plano atribuía aos lusitanos todo o território entre Angola e Moçambique, o que corresponderia aos atuais Zimbabwe, Malawi e Zâmbia. Essa pretensão foi prontamente rejeitada pela Grã-Bretanha que cultivava um ávido interesse por esses territórios, que, no final das contas, passaram de fato para o domínio Inglês, ficando Portugal, do espaço que reivindicava inicialmente, somente com Angola e Moçambique.

⁴ Ver ANEXO A página 166 mapa que representa o Mapa Cor de Rosa.

3 . O Colonialismo Português

A questão colonial em Portugal assume novos contornos, de acordo com Valentim (2000), devido a três importantes fatores: primeiro, uma mudança de mentalidade e maior interesse das elites e das Forças Armadas pelas colônias da África; segundo, a questão colonial se torna ponto estratégico na política, mobilizando variados setores da sociedade portuguesa, devido, em parte, ao nacionalismo Luso que fora despertado pelo sentimento antibritânico, reforçado após a conferência de Berlim e o *ultimatum* inglês; terceiro, a ideologia colonialista em Portugal se expande e se fixa, tendo como base um conteúdo racista influenciado pelo darwinismo social e concepções cristãs de salvação, ideias presentes no imaginário português desde o início das grandes navegações.

Portugal inicia a campanha de ocupação militar de suas respectivas colônias, em parte, pela necessidade de defesa da “sede” imperial das demais potências coloniais, especialmente a Inglaterra, que já tinha dado demonstrações de interesse pelos territórios portugueses. Em Moçambique, esse processo de pacificação dos novos territórios durou de 1886 a 1918. Durante as campanhas as forças coloniais encontraram fortes resistências locais, como a dos Macondes e, principalmente a do Império de Gaza,⁵ esta, uma perigosa ameaça aos planos de exploração econômica nas terras do sul de Moçambique. A administração do território moçambicano ficou a cargo de um “governo” militar. Algumas províncias entretanto, foram cedidas a companhias, responsáveis por sua administração e com o direito de explorá-las economicamente, como, por exemplo, as províncias de Niassa e Cabo Delgado, que ficaram sob a tutela da Companhia de Niassa.

Uma das principais características do colonialismo português é que o desejo da conquista sempre veio mascarado de missão civilizatória religiosa, a dominação é sempre feita em nome de Deus e da Igreja. De acordo com Hernandez (2005), no império ultramarino português, tanto a vida comercial como a crença religiosa desenvolveram-se de forma articulada. O fato de a religião estar presente em todos os segmentos da sociedade portuguesa, seja atrelada à cultura, economia, política ou à guerra, pode ser explicado pelo imaginário social em que Portugal é representado como um povo de origem divina, predileto de Cristo.

Vale lembrar que a identidade desse país foi alicerçada em uma série de mitos, que, de maneira geral, constroem a ideia de uma pátria com vocação para a missão civilizatória, a ponto de dispersar o seu corpo e sua alma pelo mundo inteiro. Um povo de

⁵ O imperador de Gaza, Ngungunhana foi vencido, preso e transportado para Lisboa, onde desfilou em cortejo por vias públicas, para demonstrar a vitória da civilização em detrimento do primitivo.

heróis e de santos, escolhidos por Deus para descobrir e desbravar terras perdidas nos recônditos do mundo. Para Cardoso, “há uma identidade muito peculiar que marca o modo de ser português, que se baseia em irrealismos, invenções, carência de reflexão, e, sobretudo, recalçamento de traumas” (2004, p.161).

Outra característica importante do colonialismo português diz respeito ao seu particular etnocentrismo, formulado por noções de diferença como desigualdade e por um racismo intrínseco. Segundo Kwame Anthony Appiah, essa postura se define quando são estabelecidas “Diferenças morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que cada raça tem um status moral diferente, independentemente das características partilhadas por seus membros” (1997, p.35). Esse tipo de racismo sempre está aliado a um grupo ou alguma ideologia dominante, sustenta-se basicamente pela crença na legitimidade racial. Por mais que os africanos tenham características que os aproximem dos portugueses ou que sua conduta seja exemplar, a sua cor passa a ser parâmetro de julgamento que define quem ele é e como deve ser tratado.

A influência cultural de Portugal especialmente nos territórios de Moçambique só se deu a partir do início do século XX, com o fim da Primeira Guerra Mundial. Algumas importantes alterações nas organizações sociais foram implementadas nesse período, o que acabou por mudar de maneira significativa aspectos culturais dos povos locais. O que se seguiu foi uma presença forte das forças militares e de colonos, que culminou na divisão do território em novas unidades administrativas. Essa separação resultou em segregação racial, divisão dos distritos em áreas européias e negras. As cidades, onde a maioria dos europeus vivia, tornavam-se unidades administrativas quase autônomas, chamadas freguesias, enquanto a maior parte dos negros vivia nas circunscrições divididas em regedorias.

Em relação à política colonial, o Código do Trabalho Indígena, publicado em 1899 que estipulava a obrigação legal e moral do indígena de adquirir, pelo trabalho, formas de se autos - sustentar, ganha força. Uma das maneiras de cumprir a obrigatoriedade do trabalho estipulado pela metrópole, para que ela pudesse receber impostos dos indivíduos locais, foi a implementação das migrações forçadas. A política tinha como objetivo direcionar as pessoas que viviam especialmente nas zonas rurais para a África do Sul e Rodésia, para atuarem nas plantações de algodão, na mineração e construção civil. Esse estímulo à migração involuntária foi contínuo e crescente, perdurando até as vésperas da independência. Apesar de ser uma prática violenta, foi regulamentada, institucionalizada, legalizada e incentivada pelo governo português, com a assinatura de acordos com empresas interessadas em mão de obra barata.

O funcionamento do sistema administrativo do regime colonial, principalmente no campo, dependia nomeadamente dos colaboradores africanos, que eram, quase sempre chefes de grupos de determinadas povoações. Eram chamados de régulos⁶ e cipaios⁷, que eram mais ou menos obrigados a colaborar com a política do colonizador. Muitas vezes essas alianças eram feitas por meio de incentivos econômicos do Estado, como construção de casas de alvenaria, isenção de impostos e permissão para cobrar alguns tributos. Em troca dessas “regalias”, as chefias deveriam prestar alguns serviços para a administração colonial, como a captura de mão de obra para exportação, cobrança de impostos como o de palhota⁸, manutenção da ordem e segurança pública, fiscalização do cumprimento do trabalho forçado e das culturas forçadas, além da aplicação do chibalo⁹.

A economia colonial baseava-se essencialmente na produção de bens para exportação, como o algodão, sisal, chá, açúcar, e a importação de alguns produtos de Portugal, especialmente os produtos têxteis e o vinho (de baixa qualidade). Outros produtos, como o milho, amendoim e borracha, também eram importantes para a economia local e abastecimento do mercado interno, os eventuais excedentes eram destinados à exportação. Outra importante fonte de lucros era a exportação de mão de obra para as minas e obras públicas, especialmente para a Rodésia e África do Sul, já que cada indivíduo contratado por essas companhias deveria pagar impostos ao governo colonial português. O número de indústrias era bem reduzido, as existentes tinham como finalidade atender basicamente o mercado consumidor nacional. Essa situação sofre mudanças apenas com o fim da Primeira Guerra Mundial.

Temeroso dos posteriores desfechos desse conflito bélico mundial, Portugal entra no combate ao lado da Grã-Bretanha. A guerra exigiu soldados portugueses e africanos. Estima-se que aproximadamente cem mil Moçambicanos foram recrutados, obrigatoriamente, para operar contra as forças alemãs presentes na África, vindas especialmente da Tanganica. Essa mobilização militar provocou a morte de grande parte dos soldados devido às péssimas condições de alimentação, saúde e logística a que eram submetidos. As perdas humanas representaram um grande impacto socioeconômico principalmente nas zonas rurais.

Mesmo com o fim da Primeira Guerra Mundial, persistiu o fantasma de uma nova divisão dos territórios africanos pertencentes a Portugal. Dessa vez, a ameaça partiu das

⁶ Os régulos eram principalmente membros de linhagens africanas que se tornavam “funcionários” do estado colonial.

⁷ Eram uma espécie de “policiais,” auxiliavam os régulos em suas tarefas.

⁸ Esse imposto cobrado pela administração colonial era definido a partir das habitações, as palhotas, são feitas com teto de palha, sua estrutura podendo ser de madeira ou de materiais argilosos.

⁹ Forma como era nomeado o trabalho forçado.

potências vencedoras da guerra. Para contornar a situação, foi implantada uma política de desenvolvimento, que visava conceder maior autonomia às colônias africanas. A principal finalidade era reforçar a soberania de Portugal nos territórios, com a substituição da administração militar pela civil de modo a organizar uma ocupação administrativa sistemática e contínua. Os planos de fomento, contudo, não deram os resultados esperados, principalmente pela recusa da população portuguesa em migrar para a África, que era vista como terra de degredados, e também pela falta de condições de financiamento do empreendimento pelo Estado português.

Logo após o início da Primeira Guerra Mundial, tornou-se mais evidente a fragilidade do sistema econômico português em Moçambique, principalmente no setor exportador, que acumulou grandes perdas, gerando uma recessão financeira. Essa situação suscitou um aumento dos impostos, para compensar os prejuízos com a queda das exportações, além da diminuição de salários. Tais episódios geraram um clima de descontentamento que resultou em greves e aumento das migrações para fora do país. Essa instabilidade econômica e social nas colônias gerou um conflito político cada vez mais aberto entre a burguesia metropolitana e uma parte da burguesia radicada em Moçambique, que reivindicava maior apoio e investimentos.

Em Portugal a economia e política também estavam passando por um período conturbado. A crise tomou proporções ainda maiores com a ameaça internacional, pelas potências européias, sobre os territórios coloniais, situação que propiciou o surgimento, por parte das elites portuguesas, de um sentimento nacionalista de defesa das colônias. Esse reavivamento do nacionalismo contribuiu para a queda da Primeira República portuguesa, em 1926, acusada de negligenciar o império ultramarino, dando lugar a um regime de ditadura militar.

Esse novo governo, por sua vez, mudou expressivamente a política colonial, visando uma maior presença da metrópole nas colônias e uma sistemática exploração econômica. Estabeleceu uma série de medidas, dentre elas: a limitação da autonomia dos governos locais, liberação da atuação das missões religiosas católicas para fazer frente às protestantes reformistas, instituição da diferenciação civil e criminal entre civilizados e indígenas, promulgação, nas colônias, do *Código de Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas*, que regulamentava as formas de trabalho e objetivava (pelo menos na teoria) acabar com o trabalho compulsório.

A expressão real do “nacionalismo econômico”, implementado desde a tomada do poder pelo Estado Novo português, manifestou-se concretamente no *Acto Colonial* e na

Carta Orgânica do Império Colonial Português de 1930. Essa legislação marcou o fim da autonomia formal da província de Moçambique, que passou a designar-se “colônia”. Essas medidas provocaram a centralização dos poderes legislativo e financeiro nas mãos do Ministro das Colônias, Salazar. As mudanças tinham como intuito colocar Portugal no mesmo páreo das restantes potências colonizadoras. Para Alexandre Valentim (2000), o *Acto Colonial* tinha o objetivo específico de firmar a soberania portuguesa no ultramar e ressaltar a característica de predileção, conforme consta em um dos artigos do documento: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendem (...)” (VALENTIM, 2000, p.188).

Quando Salazar assumiu o controle do Estado português, a política colonial tornou-se ainda mais austera. Qualquer tipo de autonomia e liberdade local foi substituído pelas mãos fortes do Estado centralizador. Sua ideologia sublinhava a missão civilizadora de Portugal em aliança com a Igreja Católica, cuja meta era introduzir o cristianismo e a cultura portuguesa nas sociedades “indígenas”. “A Igreja Católica, dominante nos centros urbanos, aproveitou as vantagens legais dada pelo Estado Novo para se expandir no mundo rural” (NETO, 1998, p. 234).

Uma das atitudes do Estado Novo em relação às colônias foi promover uma intensa propaganda do império ultramarítimo. Essa atitude tinha a finalidade de incentivar a migração de portugueses para a África. A publicidade oficial, nesse período, torna-se um forte e eficiente instrumento de poder colonial, ao introduzir a ideia de que as colônias eram parte das riquezas de Portugal e, portanto, responsabilidade dos portugueses. Esse pensamento pode ser mais bem compreendido à luz das Exposições universais ou Exposições do mundo português, quando a flora e a fauna das colônias, como era nomeado pelos colonizadores (compreenda-se: pessoas, animais e habitats) eram expostas à sociedade portuguesa, em pavilhões, para que todos pudessem observar o sucesso do processo civilizador português.

A política econômica colonial se orientou, nesse período, pela convicção de que os territórios coloniais deveriam produzir mais matérias-primas para troca por bens industrializados fabricados em Portugal, principalmente o algodão, que nesse momento alcançava preços altos no mercado internacional. A economia moçambicana continuava a depender essencialmente da metrópole, que garantia sua produção com a exploração do trabalho do africano, facilitada pela administração centralizada, que exercia rigoroso controle sobre a mão de obra local.

Mesmo com a abolição formal do chibalo não mudou muito a situação de violência em que os trabalhadores se encontravam. Com o intuito de aumentar a produtividade, exportar mais, gerando mais divisas, o Estado Novo inicia, em suas colônias africanas, um programa de intensificação das produções agrícolas nas zonas rurais. Isso significa que, em áreas estabelecidas pelo governo, deveria haver um tipo de cultura determinado e que as populações eram obrigadas a trabalhar nessas áreas, além de plantar o mesmo produto em suas machambas¹⁰. A prática, denominada culturas forçadas, o que para a maioria de moçambicanos consistia na continuação de um regime de trabalho em condições terríveis, submetidos ao abuso físico, quase sem remuneração.

Muitas foram as formas adotadas pelas Companhias e pelo Estado colonial para assegurar a produtividade e rentabilidade do plantio e colheita, quaisquer que fossem as condições dos solos ou dos trabalhos. A garantia dos lucros exigia cada vez mais a extensão do trabalho compulsório realizado por meio da repressão às famílias locais. Para executar essas intimidações foram utilizados os cipaios, recrutados para servir de agentes da administração colonial, cuja função era aliciar mão de obra para atuar nas lavouras e garantir a produção. Eles eram considerados os olhos do governo, podendo estipular castigos e punições, se assim achassem conveniente.

A obrigatoriedade das culturas forçadas, nomeadamente as do algodão e do arroz, gerou um clima de intenso descontentamento nas populações submetidas a essa imposição, o que obrigou os colonos a enfrentarem uma série de resistências. As estratégias usadas pela população como forma de contestação se deu de diversas maneiras, dentre as quais a destruição de parte da produção, a fuga das áreas de plantio e o subcultivo, uma das mais comuns reações entre os camponeses, cuja tática consistia em espalhar quantidades insuficientes de sementes ou fervê-las antes de semeá-las. As reações às culturas forçadas ocorriam normalmente nas áreas mais pobres, onde a violência colonial agia de maneira mais incisiva.

Em respostas às inúmeras formas de protesto contra a política colonial no campo ou nas cidades, o governo acentuou ainda mais a repressão. Esse controle era exercido habitualmente por intermédio da violência física. Havia repreensão moral, prisões, espancamentos e rusgas noturnas nos bairros negros. Os castigos físicos eram parte fundamental do aparelho de repressão estatal, as punições em casos mais graves, ou quando

¹⁰ Terreno agrícola.

aplicados a inimigos políticos, poderiam culminar com o desterro para outras províncias ou colônias.

A partir de 1941, a fim de melhor controlar as várias fases do cultivo das lavouras, os governadores das províncias passaram a emitir ordens de serviço que permitiam às companhias concessionárias responsáveis pelas produções agrícolas empregar capatazes para controlar o andamento das atividades nas respectivas áreas. Eles deveriam ficar formalmente sob o controle dos cipaio e dos administradores. Mas o que se presenciou foi o uso indiscriminado da violência, com pancadarias, torturas, abuso sexual e prisões arbitrárias. O uso da força brutal foi a maneira encontrada para abafar qualquer tentativa de insurreição.

Com mercado consumidor garantido, aliado à produção no sistema de cultura forçada, o algodão tornou-se a principal matéria-prima de exportação e produto também foi responsável pelo crescimento industrial nas colônias nesse período. A maioria das indústrias instaladas estava relacionada com o seu beneficiamento, seja pela atividade do descaroçamento ou armazenagem. Verificou-se ainda um impulso na montagem de fábricas que atendessem à crescente procura por óleo e seus derivados principalmente pelo mercado externo. Algumas pequenas indústrias, como as de cimentos, cerveja, água mineral, sabão, cigarros e moagem de milho ficaram mais fortalecidas.

Com o regime salazarista a atuação da metrópole nas colônias se deu com mãos de ferro. Algumas decisões foram tidas como excessivamente centralizadas e autoritárias, como, por exemplo, a “política de controle total dos territórios”, que retomou o comando de áreas que eram administradas pelas companhias desde o início da fixação portuguesa em Moçambique. A maior presença do Estado colonial, de forma direta, nas sociedades tinha como principal finalidade controlar todas as formas de produção e tornar mais eficiente a cobrança de impostos. Outro propósito era aumentar o domínio sobre a mão de obra, já que as culturas forçadas precisavam de um número cada vez maior de trabalhadores, e estes, por sua vez, preferiam trabalhar nos países vizinhos, que pagavam melhor pelos serviços, o que prejudicava a produção nas lavouras moçambicanas.

A censura a jornais, revistas, grêmios, associações, obras literárias e de arte, foi permanente em todos os momentos do Estado Novo. As manifestações consideradas subversivas ou que contrariavam as diretrizes do governo fascista de Salazar eram violentamente sufocadas e seus responsáveis impetuosamente perseguidos. O desejo de controle total ficou ainda mais pujante com o novo temor de divisão territorial, dessa vez pelos estados totalitários que expandiam seus domínios pelo mundo. O temor ocasionado pela

invasão da Etiópia pela Itália de Mussolini, em 1935, provocou um recrudescimento ainda maior da coerção civil e da vigilância militar em Moçambique.

A Segunda Guerra Mundial se mostrou como um evento decisivo para todas as colônias na África e o seu término mudou completamente a estrutura dos impérios. A participação de soldados africanos na composição dos exércitos coloniais, especialmente da França e da Inglaterra (Portugal adotou a política da neutralidade, contudo não é nenhum segredo a “simpatia” de Salazar pelo fascismo), proporcionou aos soldados entrar em contato com novas perspectivas de mundo e concepções de autodeterminação. Colonizados e colonizadores estavam lado a lado no front pela defesa da liberdade. Sem dúvida alguma essa experiência foi extremamente importante, já que redimensionou e proporcionou um novo fôlego para as lutas de libertação nacional na África.

O fim da guerra foi o início da difusão da ideologia anticolonial e do fortalecimento dos nacionalismos africanos, a própria recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) confirmou o direito dos povos de dispor do seu próprio destino. Portugal passa a sofrer uma intensa pressão da comunidade internacional por insistir em manter o domínio sobre suas colônias, apesar da mobilização das demais potências no sentido de condescender aos movimentos de libertação. Com o pós-guerra toma novas dimensões o sentimento de descrença na superioridade das raças, o mundo passou a pensar melhor no perigo de os poder ser tomado a partir de justificativas de cunho racial como aconteceu com a Alemanha nazista.

Nesse quadro de reestruturação das políticas mundiais em torno das colônias, algumas vias para o nacionalismo começaram a desenhar-se na vida política africana. Há uma maior organização e fortalecimento de associações culturais de estudantes, intelectuais, religiosos, sindicais e de partidos políticos. Essas organizações civis tornaram-se importantes bases de apoio ideológico dos movimentos de libertação, não raras vezes estando na base da formação dos movimentos nacionais, que levariam à independência, nas décadas seguintes, a maior parte dos países africanos. Nas colônias portuguesas a situação era diferente, pela incisiva repressão do estado colonial, que não permitiu a formação de partidos políticos nem de outras organizações que tivessem alguma atuação expressiva e que pudessem operar contra o colonialismo. A estruturação de um efetivo movimento de libertação aconteceu fora de Moçambique, em territórios de países vizinhos.

Em face de pressões internacionais, Portugal realiza, em 1961, uma reforma para corrigir possíveis excessos cometidos nas colônias. Essas mudanças na realidade não alteram em nada a situação das sociedades locais. De acordo com as novas determinações, as colônias são elevadas ao status de províncias ultramarítimas, o que configuraria os territórios do além-

-mar uma extensão de Portugal e este, formaria, com suas ex-colônias, uma única nação. Com a abolição do estatuto do indigenato, o Estado tenta acabar com o trabalho forçado ilegal e com as culturas obrigatórias, decisão que não foi cumprida, as formas de trabalho e a situação de exploração dos trabalhadores permaneceram as mesmas.

Além disso, houve um maior incentivo à adoção da política assimilacionista, tida como parte do processo civilizador proposto pela colonização portuguesa. Os “nativos” poderiam ser considerados cidadãos portugueses se pagassem pelo alvará de assimilação e cumprissem alguns requisitos básicos para tal reconhecimento. O objetivo era “converter” os africanos em Europeus ainda que de segunda classe. As condições básicas para ser um assimilado são, segundo Hernandez:

Saber ler e escrever a língua portuguesa; possuir os meios necessários para a sua subsistência e a de sua família; ter bom comportamento atestado pela autoridade administrativa da área em que residia; diferenciar-se pelos usos e costumes da sua raça. Ou então exercer um cargo público, estar integrado em corporações administrativas, ser comerciante ou industrial, e possuir habilitações literárias mínimas (HERNANDEZ, 2005, p. 515).

Outra importante arma do Estado Novo salazarista para enfrentar as pressões internacionais contra a ordem colonial, foi a adoção oficial do Lusotropicalismo, teoria formulada pelo sociólogo Gilberto Freyre, como base ideológica e discurso oficial do governo. A apropriação do lusotropicalismo buscava criar uma legitimidade histórica de Portugal sobre os territórios explorados. Mais do que isso, “criava uma consciência colonial e uma motivação psicológica de maneira que os portugueses se sentissem orgulhosos de sua condição de metrópole imperial e assumissem as colônias como herança histórica e parte da própria pátria” (CABAÇO, 2007, p.264).

Freyre sublinha a especial capacidade de adaptação dos portugueses aos trópicos e a ausência de preconceitos raciais dos lusos, que conseguiram criar uma sociedade mestiça devido à capacidade de se misturar em meio às diferenças, característica provavelmente herdada do contato com os Mouros. Os portugueses, segundo a teoria freyriana, tinham vocação para se espalhar por outros continentes, levando os valores universais aos lugares mais remotos, estabelecendo uma relação harmoniosa baseada na compreensão e na adesão dos valores culturais do além-mar, livre dos preconceitos raciais. Em uma passagem de sua obra *O Mundo que o Português Criou* Freyre discorre:

Esse carácter humano da colonização portuguesa [...] é, entretanto, commum à obra colonizadora de Portugal. Em toda a parte onde dominou esse typo de colonização, o preceito de raça se apresenta insignificante, e a mestiçagem, uma força psychologica, social, e pode-se mesmo dizer, ethicamente activa e criadora [...] simples expressão de luxuria que só fizesse dissolver a moral christã de familia dos conquistadores (FREYRE, 1940, p. 45-46).

Maria Conceição Neto (1998), referindo-se aos textos da coletânea *O Luso e o Trópico*, de Gilberto Freyre, faz uma série de críticas ao que ela denominou de “pseudo-ciência da luso-tropicologia”. Segundo ela, essas idéias acabaram por se perpetuar ao longo do tempo afetando muitas das interpretações, algumas recentes, sobre a especificidade da colonização portuguesa na África, prejudicando não só as análises do passado, como a “compreensão de certos aspectos do nosso atribulado presente” (1998, p.230). Ela ressalta que a idéia da mestiçagem só foi valorizada por Portugal muito tardiamente, para se defender dos ventos de liberdade que sopravam nas colônias africanas.

3.1 As Resistências

As resistências¹¹ às agressões do colonizador foram constantes em todas as etapas da dominação e repressão colonial, em todos os países e por todas as populações submetidas ao jugo imperialista. A efetiva presença europeia na África acompanhada pela violência da dominação não se realizou de maneira submissa e pacífica. Muitas foram as formas e os movimentos de resistência, que, apesar de muitas vezes não terem como plano político a independência, foram muito importantes para manter vivo o desejo de maior liberdade e de melhorias das condições de viver e trabalhar. Todas as formas de oposição individual ou coletiva serviram de base para o início de um protonacionalismo, devido ao seu carácter de contestação ao colonialismo.

Segundo Hernandez (1999), significativas iniciativas de resistência à partilha, à conquista e à colonização podem ser apresentadas a partir dos anos trinta do século XIX. Ainda segundo a autora, essas estratégias de defesa foram criadas para se contrapor ao tratamento dispensado pelos colonizadores quando os indivíduos das sociedades locais foram despossosados de suas terras, de seus lares e de sua liberdade, ao mesmo tempo em que lhes foram impostos trabalho forçado, excessivas cobranças de impostos, maus tratos e proibição de práticas culturais e religiosas.

¹¹ Ver APÊNDICE C página 162, mapa de localização das regiões com o maior numero de fugas, greves e protestos em Moçambique de 1930 a 1960.

A luta contra o europeu tornou-se de tamanha relevância que muitos dos particularismos locais foram superados em torno de uma ação conjunta. O descontentamento das populações submetidas pelo colonialismo se manifestou por diversas formas de resistência, dentre as quais: táticas de guerrilha, banditismo social, guerras abertas, movimentos messiânicos, ataques às sedes coloniais, movimentos de reafirmação cultural, dentre outros. As resistências cotidianas também tiveram uma importância crucial, Leila Leite Hernandez afirma que,

Quanto à resistência cotidiana, algumas das formas mais usadas foram as doenças simuladas, o ritmo lento de trabalho, as fugas, as sabotagens de equipamentos, as queimadas (por exemplo, de entrepostos), os roubos de armazéns das companhias concessionárias e de negociantes locais, a destruição de meios de transporte e de linha de comunicação e as fugas para zonas desabitadas criando enclaves autônomos (HERNANDEZ, 1999, p. 47).

A consolidação do domínio português em Moçambique, no início do século XX, não significou o fim da oposição dos povos africanos à opressão e exploração. Muitas das ações eram isoladas e esporádicas, o que facilitava o controle e a repressão do Estado colonial, principalmente quando ocorriam no campo. As maiores forças de contestação, inicialmente, estavam com os trabalhadores da cidade, que se reuniam em associações, sindicatos ou simples grupos coletivos que executavam a sabotagem de máquinas e promoviam paralisações. Outros movimentos, em parte encabeçados pelas elites, também figuram como um apreciável instrumento de resistência: as associações culturais, clubes desportivos negros, jornais, revistas e grêmios, além de encontros e congressos de intelectuais. Essas agremiações tinham como objetivo,

Constituir espaços de “dignidade racial e cultural” onde podiam ser discutidas questões relativas ao preconceito racial, à importância das culturas tradicionais africanas dos povos de Moçambique e ao significado da história de Moçambique, antes e desde a opressão portuguesa (HERNANDEZ, 2005, p. 598).

Após a Segunda Guerra Mundial, influenciados pela conjuntura de mudanças sociais e políticas, muitas associações e movimentos juvenis se organizaram, em Moçambique, com o objetivo de fazer uma intensa propaganda contra o Estado Novo, pela distribuição de panfletos de divulgação da política clandestina. Algumas organizações sucumbiram à inexorável repressão do governo com seus líderes presos e julgados. Muitas dessas associações, contudo, podem ser consideradas o embrião de uma articulação maior que iria organizar a luta de libertação nacional. Em Moçambique, nesse período, destacaram-se o

Movimento dos Jovens Democratas Moçambicanos (MJDM) e o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM), que funcionava dentro do Centro Associativo dos Negros (CAN).

As missões religiosas, basicamente as protestantes, também tiveram significativo papel na resistência e no combate ao colonialismo em Moçambique. Principalmente a partir de 1930 atuaram como um importante contraponto das missões católicas portuguesas, que, em sua maioria, estavam alinhadas com a ideologia do governo colonial. A missão suíça em especial teve um importante papel ao atuar na área da educação com um projeto de valorização da população local e crítica ao colonialismo. Figuras de prestígio da história de Moçambique tiveram sua formação nessas escolas, o mais célebre, sem dúvida, é Eduardo Mondlane.

As igrejas independentes e o islamismo também merecem destaque na luta anticolonial. Algumas congregações, como a igreja Etiópica, a vertente pentecostal do protestantismo, e mais tarde missões católicas não portuguesas denunciaram as atrocidades, a brutalidade, a injustiça, a discriminação e os abusos da ordem colonial. Suas atividades, porém não passavam despercebidas ao governo de Portugal, que não media forças para barrar a atuação de frentes religiosas que cultivavam e propagavam sentimentos de oposição à política colonial. Para assegurar a ordem do Estado, a ação repressiva da PIDE¹² não poupou sequer os membros dessas congregações, muitos pastores e padres foram presos, torturados e exilados.

Especialmente a partir da segunda metade da década de 1950, início da década de 1960, os movimentos de independência que se espalharam pela África repercutiram nos territórios controlados por Portugal. Iniciou-se uma série de levantes e revoltas que culminaram nos movimentos organizados de luta pela libertação. A eclosão dos conflitos armados se deu em Angola¹³ em 1961, tendo à frente dos combates contra as forças coloniais o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional para a Independência de Angola (UNITA). Na Guiné a luta iniciou-se em 1963, com o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). E em Moçambique, em 1964, com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). A guerra de libertação, de uma perspectiva interna, significou a emergência dos

¹² A Polícia Internacional e de Defesa do Estado atuou em todas as colônias portuguesas como instrumento de repressão a qualquer tipo de manifestação contra o Estado colonial. Além de polícia política, era sua função controlar o movimento nas fronteiras, espionagem e segurança do estado. Atribui-se a PIDE a responsabilidade pela morte de Eduardo Mondlane e Amílcar Cabral.

¹³ A luta de libertação de Angola foi realizada por três distintos movimentos de libertação, que muitas vezes travavam batalhas contra o colonizador e entre si. Para maiores detalhamentos, ver: BITTENCOURT, Marcelo. Dos Jornais às armas. Trajectórias da contestação Angolana. 1.ed.Lisboa: Veja, 1999.

nacionalismos africanos; de uma perspectiva externa, mostrou-se um complexo jogo de influência em um mundo dividido pela Guerra Fria.

4 . A FRELIMO e a Guerra de Libertação

Com o fim da Segunda Guerra mundial, os movimentos de contestação ao colonialismo tornaram-se mais ativos e se fortaleceram dentro e fora da África. A consciência anticolonial foi redimensionada, seguiu-se nos anos posteriores uma série de congressos nacionais e internacionais, que tinham como pauta principal o rompimento com o sistema colonial e a luta pelas independências. É enfático lembrar que entre 1956 e o final de 1962, foram proclamadas, nos territórios africanos, trinta e seis independências. As colônias que continuaram subordinadas às metrópoles, como Angola, Moçambique, Guiné, São Tomé e Cabo-Verde, iniciaram seus processos organizados de libertação.

Em Moçambique, nos maiores centros urbanos, iniciaram-se organizações políticas e culturais, com grande participação da juventude, que tinham como objetivo refletir a situação colonial e pensar alternativas para as mudanças na sociedade. Organizações como o Centro Associativo dos Negros de Lourenço Marques, a Associação Africana, a Associação dos Naturais de Moçambique e o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (NESAM) foram de extrema importância para a criação de um sentimento de solidariedade e desejo de liberdade entre os indivíduos.

Foi pela maturação da experiência sofrida, pelo estudo e reflexão da própria história ouvida dos mais velhos, pelo conhecimento direto e indireto de quanto ocorria noutras paragens, mas, sobretudo, pelo agravamento constante da segregação e da violência colonialista que as novas gerações do pós-guerra foram estruturando um pensamento nacionalista (CABAÇO, 2007, p. 390).

Muitos fatores externos foram importantes para a construção de um projeto de libertação nacional, por exemplo, a Conferência de Bandung, que tratou em escala mundial da questão da autodeterminação dos povos africanos e a ressonância das primeiras independências na África do pós-guerra. Mas sem dúvida alguma a semente para um projeto de libertação nasceu com o envolvimento de parte das elites assimiladas e pela conscientização dos trabalhadores e refugiados moçambicanos que se encontravam em outros países. Devido à conjuntura de intensa repressão do Estado colonial, foi no exterior, em países que já tinham conseguido sua liberdade, que se edificou o movimento de libertação de Moçambique.

Paralelamente à dinamização do movimento anticolonial de Moçambique nos territórios vizinhos, entre 1957 e 1961, começou uma nova fase na evolução das organizações anticoloniais radicadas na Europa. Entre 15 e 18 de novembro de 1957, realizou-se na casa de Marcelino dos Santos, em Paris, a “Reunião de consulta e estudo para o desenvolvimento da luta contra o colonialismo português”, que contou com a participação de Amílcar Cabral¹⁴, Guilherme Espírito Santos e outros. Tendo analisado a experiência das lutas anticoloniais, na década de 1950, os participantes elaboraram um manifesto, que apelava à luta patriótica dos povos das colônias portuguesas de forma científica e organizada, baseada na unidade política, nacional e internacional, e na força fundamental dos trabalhadores.

Um dos principais problemas enfrentados, no entanto, era o desconhecimento, em nível internacional, sobre o que ocorria nas colônias portuguesas, devido à repressão Salazarista à informação. Para ultrapassar esse obstáculo, a reunião criou o Movimento Anticolonialista (MAC), que estimulado pelo avanço da luta de libertação, na África, pela execução da política de descolonização elaborada pela Inglaterra e França e, sobretudo, pela perspectiva de uma ajuda concreta dos países agora independentes, ganhou uma nova energia passando a sua sede de atuação diretamente para a África. Em janeiro de 1960 o MAC transformou-se na Frente Revolucionária para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas (FRAIN), para representar os povos das respectivas colônias portuguesas na Conferência dos Povos Africanos, em Túnis no mesmo mês.

Associados a esses eventos, houve outros acontecimentos que reforçaram os apelos pela libertação de Moçambique e deram um novo impulso ao movimento internacional contra o colonialismo português. Dentre outros, pode-se destacar a importância da ressonância dos massacres de Mueda e de Sharpeville, a formação da União Democrática de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), e a vontade expressa por alguns países como Gana, Egito, Marrocos, Argélia e Mali, na Reunião dos Chefes de Estado Africanos, de apoiar a liquidação do colonialismo em todo o continente. No mesmo ano de 1961, ocorreu a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP)¹⁵, que constituiu o primeiro encontro dos movimentos opostos ao colonialismo português.

¹⁴ Amílcar Cabral foi o fundador do PAIGC e líder da luta de libertação da Guiné Bissau e Cabo-Verde.

¹⁵ A CONCP era uma organização que visava a coordenação entre os movimentos de libertação das colônias portuguesas na África. Entre os membros deste movimento encontravam-se os angolanos Mário Pinto de Andrade, fundador do Movimento Popular de Libertação (MPLA), Agostinho de Neto, o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, e o representante da FRELIMO Marcelino dos Santos.

Nesse clima internacional de oposição ao colonialismo português, na tentativa de criar as condições necessárias para enfrentar o estado colonial¹⁶, o presidente Julius Nyerere, da Tanzânia, convidou Eduardo Mondlane¹⁷, nessa altura funcionário da ONU e professor universitário, para liderar um processo de unificação da força dos três movimentos que existiam de maneira isolada. A base de operações desses movimentos, com permissão do presidente Nyerere foi instalada em 1962 em Dar es Salaam. Inseridos nesta dinâmica internacional de conquista da liberdade, a UDENAMO, composta por trabalhadores moçambicanos que estavam na Rodésia; a MANU, que reunia emigrantes e refugiados de Moçambique na Tanganyka; e a UNAMI, também composta por trabalhadores refugiados no Malawi, concordaram em deixar de lado as diferenças político-ideológicas para unirem-se contra o regime colonial, voltando suas forças para a luta contra o estado colonial e a independência de Moçambique, formando a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

A Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi liderada por Eduardo Mondlane. Esse líder conseguiu impor a unidade como condição para uma luta vitoriosa e integrar os militantes que não pertenciam a nenhuma das três organizações, nomeadamente os que exerciam atividades na Casa dos Estudantes do Império (Lisboa) ou tinham fugido da repressão, indo para França, Argélia ou Marrocos, como Marcelino dos Santos e Samora Machel. São os membros dessa elite que irão dirigir o movimento. A FRELIMO contou ainda com o apoio dos movimentos de libertação das outras colônias portuguesas, principalmente de Angola, além de países como a Argélia, Marrocos e Tunísia.

A concepção defendida pela FRELIMO era de uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, sem discriminação, consubstanciada na unidade ideológica do movimento, na unidade entre guerrilheiros e o povo, na unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e trabalho manual, cidade e campo. [...] Esta unidade forjar-se-ia na participação na libertação nacional e no comportamento quotidiano, conquistar-se-ia pela comunhão dos sofrimentos vividos, pela convergência nos propósitos da luta, pelo estabelecimento de “relações de tipo novo” que deveriam ultrapassar tanto a experiência colonial como a tradicional (CABAÇO, 2004, p.240).

¹⁶ Deve-se ter em conta o fato que se tratou inicialmente de movimentos que tinham a sua sede nos países vizinhos e um caráter regional e étnico limitado, o que dificultava uma aliança dos povos de línguas e etnias diferentes que vivem em Moçambique.

¹⁷ Eduardo Chivambo Mondlane nasceu em Manjacaze, província de Gaza, no dia 20 de junho de 1920, foi assassinado em Dar es Salaam, no dia 3 de fevereiro de 1969, por uma encomenda bomba. Estudou em escolas da missão presbiteriana suíça, teve uma curta passagem pela Universidade de Lisboa, quando ganhou uma bolsa para estudos nos EUA, onde concluiu seu doutorado em sociologia; trabalhou na ONU, no departamento de curadoria para assuntos da África.

Após, aproximadamente, um ano de treinamento nas bases militares e com a postura política de libertação total dos territórios moçambicanos, em 1964 o movimento, a partir de suas bases na Tanzânia, iniciou a luta armada de libertação contra Portugal. As batalhas foram realizadas a partir do modelo de guerrilhas; o exército da FRELIMO conseguiu de imediato importantes vitórias principalmente na região de Niassa. Contudo, em 3 de fevereiro de 1969, o líder da Frente de Libertação Moçambicana, Eduardo Mondlane, foi assassinado, fato que abalou as estruturas do movimento. Após intensos debates, o vice de Mondlane, Uria Simango, não considerado “apto” para assumir o comando da FRELIMO, foi obrigado a dividir (inicialmente) o cargo com o comandante das forças militares Samora Machel, que assume, juntamente com Marcelino dos Santos, a direção do movimento.

A crescente influência do pensamento socialista na FRELIMO foi alimentada pela conjuntura internacional da Guerra Fria. Embora os países ocidentais não apoiassem formalmente o sistema colonial, mantinham uma posição ambígua em relação à “especificidade luso-tropical” de Portugal. Parceiros de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), os países europeus e os Estados Unidos recusaram o apoio militar às lutas armadas de libertação e se limitavam a autorizar ações de ajuda humanitária por organizações não oficiais. Os apoios mais relevantes, neste campo, vinham dos países nórdicos e da Holanda e, mais tarde, da Itália.

O apoio logístico para a guerra e o treino militar eram concedidos exclusivamente pelos países socialistas, pelo comitê da Organização da Unidade Africana (OUA)¹⁸ - cujo armamento oferecido era originário também dos países socialistas - e pela Tanzânia. Essa dinâmica criou um ciclo vicioso: a especialização da ajuda aproximou o movimento de libertação da esfera política socialista fato que acentuou a desconfiança e o distanciamento dos países ocidentais, e o alinhamento de Moçambique pendia cada vez mais para o bloco do leste. Entretanto, contrariando os acordos da OTAN, Portugal continuava desviando para a guerra colonial material de guerra concedido por aquela organização, sem firme objeção de seus parceiros.

Uma das estratégias usadas pelas forças armadas coloniais de combate aos guerrilheiros da FRELIMO, que se mostrou desastrosa e acirrou ainda mais as pressões internacionais, foram os aldeamentos. Eram verdadeiros “campos de refugiados”, onde a população local era tirada de suas terras em direção a uma área escolhida pelo governo

¹⁸ A OUA tinha como princípio político a unidade e solidariedade dos povos africanos e o combate ao colonialismo, apoiou os movimentos de luta pela libertação em toda a África.

colonial. Nesses espaços, não se proporcionavam condições de vivência apropriada, criando um sentimento de deslocamento, já que as especificidades étnicas e culturais não eram levadas em consideração, gerando, por muitas vezes, um clima de hostilidade entre as pessoas que ali viviam. Outro grave problema era o sustento econômico dessa população, não viabilizado pelo Estado, resultando em fome e abandono. Esses aldeamentos tinham três finalidades básicas: primeiro, evitar o contato da população local com os guerrilheiros, para que a ideologia de libertação não “contaminasse” a mente das pessoas; segundo, evitar novos recrutamentos; terceiro, enfraquecer o inimigo, já que as populações locais alimentavam e alojavam os rebeldes.

A forte censura aplicada aos meios de comunicação pelo Estado Novo não permitiu que a real situação da Guerra de Libertação chegasse até a sociedade portuguesa. O governo nunca admitiu a guerra, considerava a luta pelas independências como um ato de terrorismo. Somente com o fim do governo fascista foi possível compreender a dimensão do conflito, a crueldade e violência que envolviam aquela luta, que já se arrastava por vários anos, durando de 1961 a 1974 e envolvendo as colônias de Moçambique, Guiné e Angola. A negativa em assumir a verdadeira situação em que se encontrava a guerra colonial se deve em parte ao medo de perder o poder. Não era do interesse do regime e não fazia parte da ideologia do Estado Novo se desfazer da concepção de mundo que tão engenhosamente criara e que se baseava na idéia de um país glorioso e senhor de um império único.

O silêncio se mostrou desastroso, um trauma nacional. Norberto do Vale Cardoso, em sua dissertação *Autognose e (Des) Memória: Guerra Colonial e Identidade Nacional em Lobo Antunes, Assis Pacheco e Manuel Alegre*, argumenta que quase todas as famílias portuguesas foram atingidas de certa maneira pela guerra ou pelo retorno dos colonos após as independências. Ainda segundo o autor, a guerra não foi vista, não foi contada e não foi inteiramente contabilizada. Sua marca se dá pelo horror, pelo macabro, pela experiência do indizível que representa. Cardoso observa ainda que

Depois da tragédia de Quibir [...] O fim do Império poderá ter trazido um outro grande trauma, que passa pela questão do nosso regresso ao cais de partida, após cinco séculos fora de nós mesmos. Depois dos descobrimentos, em que estávamos incontestavelmente no centro do mundo, o país se vê o seu avesso, fica encoberto, perdido de si mesmo [...] O que essa trágica derrota militar nos vem provar é, antes de mais, que nunca fomos o centro (CARDOSO, 2004, p.18).

A guerrilha de libertação, que outrora adotara a estratégia de esperar o momento propício para o ataque, beneficiando-se do prolongamento do tempo, tornou-se mais agressiva

especialmente quando Samora Machel assume sua liderança. A guerra, que até então se limitava a áreas rurais com pouco contingente populacional branco, avança para áreas industrializadas com expressivas presenças de colonos. Essa ofensiva progressiva aumenta o sentimento de descontentamento no seio das forças armadas portuguesas, já que o governo colonial não tinha condições de manter a guerra e se negava a iniciar um diálogo.

No ano de 1969 “a PIDE reconhece que as autoridades portuguesas tinham perdido o controlo de parte das populações africanas, e que existia uma ocupação efetiva de territórios por parte da FRELIMO” (SANTOS, 2006, p.76). Em 1972 a ação militar da FRELIMO atingiu o centro do país, onde se localiza a atual província de Manica, então uma área com forte presença de agricultores portugueses e algum desenvolvimento industrial. No fim de 1973, os guerrilheiros da FRELIMO atacaram a via férrea entre a Beira e a Rodésia e atingiram o rio Save, revelando a impotência de Portugal na proteção da comunidade europeia nas cidades. No início de 1974 abriu-se uma nova frente na província da Zambézia, e um pouco mais tarde deu-se uma intensificação das actividades da guerrilha no centro urbano da Beira e Lourenço Marques, o que significava que a FRELIMO conseguia consolidar a sua influência em importantes centros, incluindo a capital.

O governo de Marcelo Caetano, que substituiu Salazar, tentou apaziguar os ânimos realizando uma revisão constitucional rasa, que apenas descentralizou o poder colonial, permanecendo a população local na mesma situação de exclusão. Diante da recessão econômica enfrentada por Portugal, da inviabilidade de resolver a situação colonial, com o agravamento da guerra, sem o apoio de importantes setores como a Igreja e as forças armadas, no dia 25 de abril de 1974 Marcelo Caetano foi destituído do poder, por um golpe do Movimento das Forças Armadas (MFA). Esse levante militar foi nomeado Revolução dos Cravos. O que se seguiu a partir desse evento foi uma séria instabilidade política com a sucessão de vários governos provisórios. De acordo com Linconl Secco (2004), os militares que promoveram a revolta queriam basicamente três coisas: pôr fim à ditadura; resgatar o prestígio das Forças Armadas; e terminar a Guerra Colonial em África. O historiador argumenta que

A Guerra Colonial foi o início de tudo. Sem ela não teria havido nenhuma Revolução Portuguesa. Ao menos não na forma em que ela ocorreu. O epicentro do abalo não era a metrópole, mas a África. A revolta dos povos colonizados por Portugal obrigou o país a desviar recursos pesados do orçamento para manter o esforço de guerra. Aumentavam a emigração (traço secular), a deserção, o descontentamento entre civis e militares (SECCO, 2004, p. 8).

Antonio de Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial no governo do general Spíndola, e também um dos responsáveis pelas negociações dos processos de “descolonização”¹⁹ dos territórios colonizados por Portugal, ressalta em sua obra *Quase Memórias. Do colonialismo e da Descolonização* o enfraquecimento da atuação das forças militares portuguesas em territórios africanos. Como argumenta o autor, não fazia sentido a manutenção de uma guerra que há muito estava perdida apenas para enfrentar situações degradantes, “E tudo isso para que um velho que nunca pôs os pés em África alimentasse os seus delírios, ou alguns poucos os seus interesses e as ambições” (SANTOS, 2006, p. 327). Ainda segundo o autor, a teimosia do governo português em iniciar de imediato uma rodada de negociações com os líderes da Frente de Libertação, insistindo numa guerra fracassada, provocou a indignação das forças armadas, que iniciaram uma sublevação na qual exigiam a imediata descolonização de Moçambique ou entregariam as armas aos guerrilheiros da FRELIMO²⁰.

Depois de um grande desgaste político e de pressões internacionais, o novo governo português concordou em negociar com os movimentos de libertação de todas as suas colônias africanas. Depois das negociações em Dar-es-Salam, capital da Tanzânia, foi realizado em Lusaka, no dia 7 de setembro de 1974, um acordo (acordo de Lusaka²¹) com a FRELIMO em que o estado colonial reconheceu a liberdade de Moçambique. Nesse encontro foi definido que um governo de transição seria constituído e que a formalização da independência seria celebrada no dia 25 de junho de 1975 (data de aniversário da FRELIMO), com um ato público. A FRELIMO passa a assumir o controle do país, Samora Machel torna-se o primeiro presidente de Moçambique livre.

Com a independência, Moçambique e todos os países africanos acataram a resolução da OUA que, em consonância com a comunidade internacional, definiu que as fronteiras deveriam permanecer as mesmas do colonialismo. Outra importante decisão foi a respeito da língua. Ficou estabelecido que, como língua oficial (administrativa), seria adotada a mesma usada pelo colonizador, ficando livre a adição de uma segunda língua oficial local. As duas decisões foram importantes para evitar conflitos entre grupos locais, pois a escolha de

¹⁹ O termo descolonização é usado pelo autor, contudo, para me referir ao processo de emancipação política de Moçambique usarei independência em detrimento de descolonização alinhando-me ao pensamento de Alfredo Margarido, segundo o qual o uso desse termo cria a idéia de que os portugueses aparecem como os únicos atores do processo político. “Não foram os portugueses que descolonizaram, mas os africanos que ganharam a guerra de libertação” (MARGARIDO, 1980, p. 8).

²⁰ Em sua obra *Quase Memórias. Do colonialismo e da Descolonização*, Antonio Almeida dos Santos relata um curioso caso chamado a “Traição de Omar”, evento que demonstra o desprestígio do governo colonial frente as forças armadas portuguesas (SANTOS, 2006, p. 66).

²¹ Ver ANEXO B página 167 o acordo de Lusaka.

uma língua ou a recomposição fronteiriça, certamente abriria precedentes para o surgimento de conflitos internos. Döpcke acrescenta outra explicação para a decisão de não alterar as configuração territoriais,

Uma vez que a África decidiu se integrar à comunidade internacional na forma de Estados soberanos, foi inevitável, devido ao grande número de etnias, [...]. Pela mesma razão, e pelo fato de que é impossível delimitar *cultural áreas* por fronteiras fixas, foi simplesmente impossível evitar que as novas fronteiras cortassem os espaços culturais. Neste sentido, as fronteiras atuais, bem como as coloniais, representam uma resposta racional à necessidade da África de participar no sistema internacional do século XX (DÖPCKE, 1999, p. 102).

Um dos grandes problemas enfrentados pela FRELIMO diz respeito à introdução de uma forma de organização social que fora “importada” de modelos externos, cujo principal propósito era a modernização do país. Esse ideal foi introduzido em Moçambique numa época e em que mais de 80% da população vivia ainda da agricultura familiar do tipo tradicional, de subsistência. Muito embora as reformas se destinassem a criar um conceito integrado de uma nova sociedade, as mudanças afetaram interesses tradicionais de toda ordem. Desse modo, foram colocadas em xeque as identidades étnicas, as religiões institucionalizadas, as células das famílias, a liderança tradicional das aldeias, a lei local, os códigos de conduta, as redes de sociabilidade e solidariedade e as formas de casamento tradicionais.

No intuito de combater todos os atrasos e promover uma “revolução social” em Moçambique, a FRELIMO identificou as relações tradicionais como feudais e, portanto, legitimadoras da ignorância e promotoras da opressão, à medida que as pessoas ficavam alienadas das condições em que viviam. Essa ignorância, segundo o partido, devia-se ao fato de as pessoas ficarem à mercê do conhecimento e práticas tradicionais que as condenavam à pobreza, as tornavam supersticiosas e perpetuavam retrocessos, como o costume do lobolo²² e a iniciação religiosa tradicional.

Em oposição ao passado colonial, seria criada uma rede de integração social que envolveria todos os moçambicanos, com o objetivo de criar um “homem novo”, uma nova “sociedade moderna” que em nada lembrasse a sociedade colonial. Essa integração deveria efetivar-se na construção de uma economia moderna, baseada em agricultura mecanizada, colocada em funcionamento por indivíduos preparados para o desempenho de funções administrativas e técnicas. Para isso, a “ciência” deveria substituir a “tradição”, as

²² O lobolo é uma espécie de “dote” que o futuro marido deve dar à família da noiva.

transformações seriam realizadas por empresas industriais e agrícolas estatais e pelas aldeias comunais, onde as pessoas receberiam, de um Estado moderno os serviços de educação.

As mudanças propostas pela FRELIMO, com uma forte inclinação ideológica para o materialismo histórico, geraram desconfianças por parte dos países alinhados com o capitalismo, e daqueles que mantinham regimes de segregação racial. Parte das comunidades rurais, obrigadas a se integrarem ao sistema de trabalho implementado pelo Estado, e as chefias tradicionais, destituídas de sua alteridade, ingressaram no grupo de descontentes. Essa situação beneficiou dissidentes e contários à FRELIMO, portugueses prejudicados com a independência, que receberam apoio internacional para a criação de um grupo de oposição armada, dando início a uma guerra civil que durou dezesseis anos e matou cerca de um milhão de pessoas²³.

A história de Moçambique como a grande maioria das histórias dos países africanos vem de um longo percurso de trocas culturais entre os diversos povos formadores dessas sociedades. A presença do europeu sempre foi uma constante, mas essas relações são profundamente alteradas como a política colonialista. As conferências que se seguem na Europa durante o final do século XVII são um divisor de águas na medida em que legitimam institucionalmente a partilha do continente africano. A partir de então, a obrigatoriedade da presença efetiva nos territórios coloniais muda substancialmente a relação entre colonizados e colonizadores que é regulada pelo uso da violência e despersonalização do subalternizado. Dentro dessa conjuntura de agressão e brutalidade os movimentos de resistência são criados com o importante papel de combate ao colonialismo e luta de libertação nacional. Dentre as várias formas de contestação a literatura se apresenta como um elemento de extrema importância.

A literatura moçambicana não foge à essa regra. As primeiras manifestações artísticas culturais de denúncia à política colonialista foram realizadas dentro de uma ligação muito íntima com a literatura. O despertar do sentimento de consciência nacional é representado pela literatura, devemos nos lembrar que a primeira vez que o termo de Rovuma ao Incomati²⁴ que simboliza a unidade nacional foi expressada nos versos de José Craveirinha. A literatura também foi “panfleto” da luta de libertação. A literatura de combate tinha um claro fim de denunciar o colonizador e anunciar combate pela libertação nacional. Com a independência ela projeta os ideais de identidade nacional e denuncia as mazelas da sociedade

²³ Este assunto será tratado de maneira ampla no terceiro capítulo desta dissertação.

²⁴ [...] E nas fronteiras de águas do Rovumo ao Incomati / Eu - cidadão dos espíritos das luas / carregadas de anátemas de Moçambique. (Craveirinha, José. Manifesto. In. Xigubo. Eduardo Mondlane: Maputo, 1995).

e o caus da guerra civil. Nesse sentido Mia Couto e suas narrativas são também uma forma de construir as representação de Moçambique.

CAPÍTULO II

A Literatura Moçambicana

*De palavras novas também
se faz país
Neste país tão feito de
poemas
Que a produção e tudo a
semear
Terá de ser cantado noutra
ciclo
(Manuel Rui)*

1 . A Trajetória da Literatura em Moçambique

A maioria das literaturas africanas nasceu como uma recusa à literatura e ao pensamento colonial. Tornaram-se um espaço de negação, protesto e reivindicação. A pretensão inicial dessas narrativas foi mostrar o continente, seu povo, sua história, denunciar o colonialismo e suas consequências. Elas tomaram para si parte da responsabilidade de reescrever a história do povo africano. Nessa “nova versão” a África não foi mais concebida como um simples anexo da história ocidental ou um capítulo da “gloriosa” história europeia. Ao desconstruir a discursividade colonial, elas iniciaram um processo de reinscrição e reinvenção da África. Essas literaturas nacionais nasceram antes da constituição dos Estados Nacionais, elas ajudaram a criar uma idéia, um espírito de nação. Para a efetivação desse projeto de luta contra o colonialismo, e de edificação das histórias africanas, a literatura encabeçou um discurso de exaltação da africanidade.

A construção da tão desejada nação foi e continua sendo um tema que predomina nas literaturas africanas. Boa parte das produções que outrora assumiram o papel de divulgador das lutas pela independência e de denúncia da violência colonial, agora se inclinam para pensar um projeto de identidade nacional. Na empreitada da luta de libertação, os escritores incorporaram o papel de matizes de um novo pensamento e de um novo tempo que se deseja, assumiram o desafio de serem agentes mobilizadores e modificadores da sociedade. Sua luta foi travada com letras e com os sonhos de uma pátria livre.

A formação e o desenvolvimento das literaturas africanas de língua portuguesa, desde o primeiro livro impresso, em 1849, até a atualidade, passaram pela construção do ideal nacional no discurso. No discurso literário, o nacionalismo foi a

antecipação da nacionalidade, modo específico de a escrita se naturalizar como própria de uma Nação-Estado em germinação. A consciência nacional, no discurso literário, atravessou, assim, diversos estágios de evolução, desde meados do século XIX até a atualidade (LARANJEIRA, 2001, p.185).

É importante ressaltar que cada uma das literaturas nacionais guarda especificidades, particularidades, temporalidades e características que as tornam únicas. Pensar um fio condutor que une essas literaturas é considerar que as sociedades detêm peculiaridades que advêm das variadas experiências históricas que cada país vivenciou. É também importante considerar as composições populacionais distintas, os percursos políticos e culturais diferenciados, e que sofreram e reagiram de diferentes maneiras à opressão do colonizador. Mas é também ter em mente os laços fortes que as une, que as aproximam no plano da experiência colonial.

Se por um lado essas literaturas são completamente diferentes entre si, por outro, têm caminhos semelhantes, saberes compartilhados, patrimônios em comum e referências culturais que se aproximam. O fator colonialismo apresenta-se como um importante elemento de contingência compartilhada entre todas as nações africanas. São os desdobramentos da experiência da dominação colonial que permitirão o surgimento de uma tradição histórico-cultural em que as diferenças se aproximam e criam uma rede de solidariedade. De acordo com Perrone-Moisés (1990), sobre determinado chão cultural podem ocorrer confluências, coincidências de tema e de soluções formais que nada têm a ver com as influências, mas com a existência de certas condições literárias em determinado momento histórico.

Meu objeto de reflexão, contudo, são os romances de Mia Couto, o que requer um ponto de observação mais localizado, ou seja, a literatura moçambicana especificamente. Não quero dizer com isso que a perspectiva global será posta de lado, mas apenas que o meu olhar estará direcionado para essas narrativas em especial. É importante, mesmo que brevemente, trilhar as suas principais características. Percorreremos o que entendo ser os principais atributos da literatura moçambicana. Esse exercício possibilitará uma melhor compreensão das narrativas do escritor tomado para este estudo.

O complexo processo sócio-histórico de construção da nação moçambicana caracterizou-se, inicialmente, pela definição de uma identidade que se contrapusesse à identidade atribuída pelo colonizador português. No momento da luta de libertação, a literatura figurou como uma importante arma ideológica de contestação do colonialismo, ao ser uma das transmissoras do sentimento de libertação. Posteriormente, com a independência, a relação continuou íntima, mesmo que ela não mais figurasse como nacionalista. As ideias do

que seria o país, a nação Moçambique, de certa maneira continuaram referenciadas e inspirando a literatura que, nessa conjuntura, é tida como “uma componente central da identidade cultural de todos os Estados Nação modernos” (CHABAL, 1994, p.15).

Existem, de acordo com CHABAL (1994), dois aspectos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento das literaturas nas nações africanas de língua portuguesa, nomeadamente a moçambicana, responsável pelas primeiras manifestações artísticas culturais contra o colonialismo. O primeiro aspecto tem a ver com a origem da literatura, o que leva imediatamente à questão relacionada ao surgimento de uma *intelligentsia* moçambicana. O segundo, tem a ver com o papel que a literatura pode desempenhar no desenvolvimento de uma identidade nacional. Isso se deve ao fato de que, ao referenciar, retratar, apresentar aspectos locais, ela está preocupada em construir uma imagem de nação que possa ser reconhecida pelo povo.

A compreensão do percurso trilhado pela literatura moçambicana requer algumas ressalvas. Inicialmente é importante remete-se à tipologia do colonialismo português. O Estado colonial português não ofereceu muitas oportunidades de educação nas suas colônias, especialmente aos indivíduos locais. Os negros compunham uma ínfima minoria nas escolas, em muitas delas a sua presença era proibida. O ensino superior era privilégio de pouquíssimos moçambicanos, que tinham de sair do país para concluir os estudos. O resultado é a formação de uma pequena elite que fala e escreve o idioma do colonizador ocidental e, muitas vezes, com formação intelectual ocidental. Sobre essa singularidade, Patrick Chabal afirma:

O impacto cultural do colonialismo vincula a gradual expansão da língua europeia na população africana, a educação nessa língua e, eventualmente, o desenvolvimento de uma literatura africana numa língua europeia. Este processo, tal como as posições coloniais acerca da superioridade cultural da cultura europeia, significava necessariamente que a cultura metropolitana desempenhou um papel considerável em África na evolução de uma linguagem escrita de cultura (CHABAL, 1994, p.20).

Serão os indivíduos pertencentes à *intelligentsia*, que dominam o português, os percussores da literatura nacional em Moçambique. Mesmo que inicialmente a preocupação central não tenha sido a luta pela independência, a nação moçambicana é desejada, declamada, sonhada pela literatura. Nesse sentido, aspectos históricos, políticos e sociais estão diretamente relacionados com a trajetória literária.

Estabelecer o caminho percorrido pela literatura moçambicana não é em si uma tarefa das mais fáceis. Existe uma série de discordâncias quanto a maneira de demarcar as periodizações das produções, quais autores seriam considerados efetivamente moçambicanos,

que tipo de literatura, alinhada a que corrente de pensamento, deve ser considerada como moçambicana. Outra questão que se apresenta como problemática está relacionada à produção textual. A dúvida que se estabelece é pensar de que forma se pode construir uma literatura efetivamente nacional, usando a língua trazida pelo colonizador, em uma sociedade em que a maioria da população não é alfabetizada.

Russel G. Hamilton (1984) levanta algumas considerações a respeito da literatura moçambicana. Segundo ele, as três fases principais de sua formação são: 1) uma produção realizada por indivíduos de uma burguesia indígena e multirracial que se consideravam moçambicanos e não portugueses; 2) um texto que reivindicava o reconhecimento da importância cultural e racial dos povos nativos; 3) uma literatura política e combativa alinhada com os ideais da militância revolucionária.

Outro importante teórico que se dedica ao estudo das literaturas, Patrick Chabal (1994), divide a trajetória da literatura africana em período colonial, com quatro subdivisões: 1) cultura mestiça, a expressão cultural literária da comunidade indígena até os anos 40; 2) literatura européia, textos de moçambicanos brancos; 3) literatura nacionalista ou revolucionária; 4) literatura da moçambicanidade, texto conscientes do processo de construção de uma literatura nacional. O autor trata do período pós-independência a partir de duas subdivisões: Poesia Individualista e Ficção Popular.

Por sua vez, Fátima Mendonça (1988) faz uma periodização cronológica da literatura moçambicana, dividindo o processo literário em três períodos: 1925-1947, produção de uma literatura comprometida com a política de assimilação; 1947-1964, surgimento de uma nova literatura marcada pela rejeição da visão colonial, essa nova perspectiva está relacionada com o clima provocado pela Segunda Guerra Mundial e pelo momento político de Portugal; 1964-1975, atividade literária comprometida de diferentes maneiras com o sentido da afirmação da ideologia da libertação nacional.

Ainda segundo Mendonça (1988), destacam-se outros três períodos, pós-independência (1975), que marcam a literatura em Moçambique. O primeiro seria de edição de obras que foram proibidas pela censura colonial ou tiveram na época tiragens irrisórias. Foi o momento em que a literatura moçambicana se lançou no espaço aberto pela temática nacionalista, quando surgiram novas vozes, como Mia Couto e Luís Carlos Patraquim.

O segundo período é caracterizado por uma intensa atividade editorial mais orientada para a publicação de materiais que estavam dispersos em jornais, fato esse que permitiu à população maior acesso à produções de autores dos quais só ouviam falar, além de

propiciar o nascimento dos estudos sobre a literatura moçambicana. Nessa fase predomina uma escrita que evoca a vitória do passado e almeja um futuro redentor.

O terceiro período, segundo a autora, coincide com a dinamização literária possibilitada pela constituição da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO). “A criação de uma organização com vocação para promover o contato entre escritores veio despertar uma nova dinâmica na vida literária do país” (MENDONÇA, 1988, p.63). Muitos autores de Moçambique são publicados em todo mundo, e premiados, como, por exemplo, Eduardo White, Mia Couto, Paulina Chiziane, dentre outros. A escrita continua politizada, elementos da terra predominam nas narrativas, além do crescimento da temática intimista.

Gilberto Matusse (1997), em seu artigo *A representação literária da identidade na literatura moçambicana: Craveirinha*, afirma que a literatura moçambicana escrita em língua portuguesa nasce dos círculos da cultura assimilada, dentro de um processo de divulgação letrada, que, de forma mais ou menos sistemática, se inicia no princípio do século XX. Em confluência com o pensamento de Matusse, Fátima Mendonça (1988) expõe que a geração que produziu os primeiros homens de letras moçambicanos situou suas ações entre 1908 e 1940. Sofreram, assim, o efeito de uma política de assimilação em ascensão, só alterada qualitativamente em 1936, com a entrada em ação da política do Estado Novo. “A contestação da assimilação enquanto sistema será feita pela geração do pós-guerra, numa luta que se transformou no germen do Movimento de Libertação” (MENDONÇA, 1988, p.11).

A formação de uma classe de assimilados em Moçambique propiciou a formação de “homens de letras”, de indivíduos que dominavam o português, uma das premissas da política de assimilação portuguesa. Para Mendonça, “a língua portuguesa impondo-se como língua escrita e de prestígio, língua da cultura, abre o caminho para a sua eleição em língua literária” (1988, p.15). É desse quadro que emerge em Moçambique uma *Intelligentsia* composta por jornalistas, poetas, ficcionistas, dentre outros.

1.1 A *Intelligentsia* moçambicana

Pires Laranjeira, em seu artigo *Mia Couto e as literaturas africanas de língua portuguesa*, destaca a construção de uma identidade nacional pela literatura moçambicana e sublinha o mérito das primeiras elites no desenvolvimento dessa literatura:

[...] A edificação das literaturas africanas de língua portuguesa acompanha a construção de um novo poder político, primeiro clandestino e, depois, triunfante. Os homens que escrevem são os mesmos que pensam e que politicam. E fazem-no

em português, domesticando a língua em função das suas virtualidades e finalidades, criando literaturas nacionais numa língua internacional (LARANJEIRA, 2001, p.14).

Laranjeira alude também à importância das elites no desenvolvimento da identidade nacional em Moçambique. Essa perspectiva também é encontrada na ideia de comunidades imaginadas de Benedict Anderson (1989), que realça o papel primordial das primeiras gerações de *Intelligentsia* na construção de uma identidade nacional em todas as colônias cuja nação é posterior ao Estado, instalado pelos poderes coloniais. Anderson se refere ao papel importantíssimo das primeiras gerações de *Intelligentsia* nos territórios colonizados, por terem transmitido e aplicado as ideias nacionalistas, convertendo, assim, uma unidade administrativa sem raízes naturais, criada pelos poderes imperiais em pátria e num território nacional.

Essa *Intelligentsia* foi formada a partir do sistema colonial de educação tanto dentro como fora de Moçambique. O contato dos primeiros moçambicanos letrados com o conceito de uma história nacional mundial e de uma literatura escrita nacional, promovido e transmitido pelo sistema escolar deve ser considerado um aspecto central no entendimento da evolução literária de Moçambique. Patrick Chabal sublinha tal importância, afirmando que “é o acesso à língua e literatura metropolitanas que permitiu o contacto com a literatura escrita de todo o mundo” (1994, p. 21).

A partir da compreensão de que essas elites serão os primeiros a sistematizar uma ideia de independência e nação, pode-se destacar o grupo dos irmãos Albasini como precursores do sentimento de moçambicanidade. Foram os jornalistas José e João Albasini os fundadores, em 1908-1909 do jornal moçambicano *O Africano*, publicado em português e ronga, ao qual se liga a criação do *Grémio Africano*²⁵. Este jornal, por sua vez, dedicou-se à defesa da melhoria das condições de vida da população local e, sobretudo, à questão fundamental da instrução dos indivíduos locais. No *Brado Africano*, igualmente de propriedade dos Albasini, era editado o suplemento *O Brado Literário*, no qual se publicaram textos de diversos autores moçambicanos, dentre eles Rui de Noronha, considerado um dos percussores da literatura moçambicana²⁶. Sobre o nascimento da literatura moçambicana Mia Couto revela que durante a primeira metade do século XX,

²⁵ O Grémio Africano era uma das primeiras associações nacionalistas, fundada em 1909 e domiciliada em Lourenço Marques. Funcionava como palco para um reduzido número de mulatos e negros com alguma instrução que passou a reivindicar, com frequência, a instalação de escolas e a extensão do ensino em toda a Colônia. Entre os membros encontravam-se os irmãos Albasini e Estácio Dias.

²⁶ Faço alusão às outras obras publicadas neste jornal, de João Dias e Augusto Conrado, mas também ao *Livro da Dor*, de João Albasini.

Nascia em Moçambique uma corrente de intelectuais ocupados em procurar a moçambicanidade. Já era, então, clara a necessidade de ruptura com Portugal e os modelos europeus. Escritores como Rui Noronha, Noémia de Souza, Orlando Mendes, Rui Nogar, ensaiavam uma escrita que fosse mais ligada à terra e à gente moçambicana. (COUTO, 2005c, p.104).

Patrick Chabal (1994) afirma que a contribuição dos irmãos Albasini, de Karel Pott e outros na edificação de uma literatura moçambicana tem mais a ver com o que fizeram para promover debates e publicações, do que com o que escreveram. A primeira geração moçambicana de *Intelligentsia* criou, dessa maneira, as condições propícias para o surgimento da próxima geração de escritores, dentre os quais destacam-se Noémia de Sousa e José Craveirinha. Trata-se, no entanto, de uma geração muito mais politizada, inserida no processo global da emancipação dos povos e países colonizados e responsáveis pela difusão da ideologia anticolonial.

É importante perceber que todo o grupo de precursores e de iniciadores de uma literatura ‘moçambicana’ foi uma elite vivendo nos dois maiores centros urbanos de Moçambique: Beira e Lourenço Marques. Tratou-se de um conjunto de africanos, mestiços e brancos que divulgaram a ideia de uma literatura e identidade nacional moçambicana, com o fim de promover uma narrativa que contrastasse com a literatura exótica promovida pelo dispositivo colonial, esta apoiada e incentivada pelos Prêmios da *Agência Geral das Colônias*, com o objetivo de nutrir o mito do *Lusotropicalismo*, apresentando uma imagem de Portugal como uma nação multirracial.

Outro importante centro formador dessa elite que combateu o colonialismo foi a Casa do Estudante do Império (CEI). Com a edificação da CEI, o governo português de Salazar pretendia alcançar dois objetivos: criar uma estrutura que representasse a unidade da nação portuguesa num país pluricontinental e plurirracial e ao mesmo tempo permitir o controle dos estudantes vindos das colônias. Esses grupos deveriam ser preparados para ocupar cargos nos governos locais das colônias, seriam intermediários entre o poder colonial e os “indígenas”. O objetivo era que, do contato com a “civilização” portuguesa, esses estudantes de origem africana, se tornassem também “civilizados”, cultivando hábitos, gostos, ideias e princípios morais que representariam os ideais da metrópole.

Em vez de nutrir o mito do *Lusotropicalismo*, porém, a CEI tornar-se um espaço chave na evolução da identidade nacional nas colônias portuguesas. A sua organização possibilitou, de fato, a realização de conferências e atividades editoriais, oferecendo um espaço onde era possível entrar em contato com idéias políticas e literárias, mas também trocar experiências com outros estudantes de outras colônias e com o *Centro de Estudos*

Africanos (CEA). Essas organizações foram o palco onde se realizou o contato com uma ideologia anticolonial, foram usadas como instrumento de coordenação de luta comum dos países africanos colonizados por Portugal. Saiu também da Casa do Estudante do Império boa parte dos líderes dos movimentos de libertação.

Após essa exposição sobre os precursores da literatura moçambicana, a atenção a partir de agora, será direcionada a particularidades dessa literatura. Já foram expostas anteriormente, de maneira genérica, algumas especificidades das literaturas africanas, entretanto, a proposta agora é pensar propriedades, singularidades da literatura moçambicana. É necessário lembrar que não é o foco deste trabalho elaborar um estudo sistemático a respeito da formação e consolidação da literatura moçambicana. Desejo apenas estabelecer algumas características que julgo pertinentes para conhecer melhor esse sistema literário.

Os pontos de reflexão levantados são revestidos de extrema importância, pois propiciam a percepção de como a estilística e a estética das narrativas estudadas estão diretamente relacionadas aos acontecimentos políticos e históricos do país. Para uma compreensão mais clara dos objetivos aqui traçados, destacou-se três elementos considerados essenciais para o entendimento da literatura moçambicana: a valoração do passado e (re)escrita da história; a presença de elementos da oralidade na escrita; o forte apelo político das narrativas.

2 . História, Oralidades e Política na Literatura Moçambicana.

A lógica colonialista incorporou o discurso da diferença e inferioridade para justificar as suas ações no Continente Africano. A presença europeia seria uma “ajuda” para que os povos africanos superassem seus “atrasos”. O modo de viver europeu era concebido como um espelho, um modelo a ser seguido no caminho da evolução humana. A única forma de se integrar aos quadros civilizacionais da humanidade seria a cópia, a imitação de hábitos e costumes ocidentais. Tudo aquilo que foi enquadrado fora dos padrões europeus foi considerado primitivo e bárbaro, ou seja, as formas de organização familiar, política, religiosidades, rituais, alimentação, dentre outros. Para Fanon (2005), um dos artificios usados pelo colonizador na sua tarefa de subjugação foi a desvalorização dos sujeitos e do passado dos colonizados.

[...] o colonialismo não se contenta com impor a sua lei ao presente e ao futuro do dominado. O colonialismo não se contenta com encerrar o povo nas suas redes, com esvaziar a cabeça do colonizado de qualquer forma e de qualquer conteúdo.

Por uma espécie de perversão da lógica, orienta-se para o passado do povo oprimido, distorce-o, desfigura-o, e aniquila-o. Essa empresa de desvalorização da história anterior à colonização assume hoje o seu significado dialético (FANON, 2005, p. 244).

A luta contra a dominação estrangeira e pela afirmação de uma identidade nacional efetuada pela literatura passa necessariamente pela retomada das referências do passado. Os intelectuais dos países sob o jugo do colonialismo europeu (português) buscaram formas de combater a imagem estereotipada em que eram representados. A descaracterização da imagem forjada pelo opressor se dá por intermédio de uma “recuperação” e valorização da história que fora negada ou mal contada pelo colonizador. Voltar ao passado se transforma em experiência de renovação. A partir dessas estratégias são lançadas as bases para uma literatura afinada com o projeto de libertação. Para Manoel Ferreira (1987), o texto literário africano nega a legitimidade do colonialismo e faz da revelação e da valorização do universo africano sua raiz primordial.

Pensar essa literatura a partir de uma escrita histórica é reconhecer seu importante papel na construção, ainda que inacabada, da ideia de nação moçambicana. Patrick Chabal afirma que

A literatura é uma componente central da identidade cultural de todos os estados-nação, apesar de evidentemente ser muito mais do que isso. Nessa perspectiva, a moderna literatura é melhor entendida historicamente como uma das mais importantes formas de produção cultural, através das quais um estado-nação pode ser identificado (CHABAL, 1994, p.15)

Para construir uma identidade diferente da atribuída pelo colonizador é necessário uma incursão ao passado. Ao criar um sentimento nacionalista ou de identificação nacional requer, obrigatoriamente, livrar-se da negatividade imposta pelo colonizador e fundar bases que afirmem a aspiração da construção de um país independente ou de uma nação consolidada. Esse exercício quase sempre se faz pela criação de mitos fundadores, invenção de tradições, criação de heróis e elevação do passado. De acordo com Hamilton, (re)escrever e (re)mitificar o passado é, de certo modo, “uma estratégia estético-ideológica que tem em vista protestar contra as distorções, mistificações e exotismos executados pelos inventores colonialistas da África” (1999, p. 18).

Nessa medida, a literatura moçambicana surge como um importante instrumento de resistência à exploração portuguesa, e uma das estratégias usadas nessa prática é a valorização da História nacional. A busca pelo orgulho do passado realizado pelos artistas não se dá unicamente em níveis nacionais, as glórias que são exaltadas são de todos os povos do

continente que estão engajados na luta contra o imperialismo. Essa atitude revela um sentimento de solidariedade e cumplicidade que une todos em torno de uma experiência e de um objetivo em comum: o colonialismo e a liberdade. Em relação à postura de superestimar o passado, de maneira continental, Fanon (2005) justifica afirmando que é uma resposta ao colonialismo, já que este também exerceu sua dominação e condenação em nível continental.

Esse mergulho não é especificadamente nacional. O intelectual colonizado que decide declarar guerra às mentiras colonialistas trava esse combate à escala do continente. Valoriza-se o passado. A cultura que é arrancada ao passado para ser mostrada em todo o seu esplendor (...). O intelectual colonizado que partiu muito longe do lado da cultura ocidental e que decide proclamar a existência de uma cultura nunca o faz em nome de Angola ou Daomé. A cultura que se afirma é a cultura africana (FANON, 2005, p.245).

Esse caminho de exaltação do local a oralidade constitui-se um dos componentes mais importantes. A incorporação dessa forma discursiva nas obras literárias é a maneira que os autores encontraram de evidenciar características linguísticas presentes nas culturas locais, inferiorizadas pelo colonizador. Com essa medida eles buscavam uma maior identificação com as referências nacionais. A evocação dessa forma de expressão é a legitimação do tipo de conhecimento ancestral que ela produz e do passado que ela representa.

Fernanda Cavacas (2006) afirma que a tradição oral na África é um sistema de autointerpretação concreta, por ela a sociedade explica o outro e a si própria. A palavra falada traz em si a intenção da aprendizagem, que é feita dentro da própria família, por meio dos mais velhos, dos tradicionalistas ou griots. A transmissão da experiência por intermédio da palavra falada, além do seu valor moral fundamental, possui caráter sagrado, e é associada com uma origem divina e com forças ocultas nela depositadas.

A palavra falada é o código social que rege as instituições, tem a função de depositária da memória e do saber instituído, é regida pela força da voz. A tradição oral, de acordo com Hampâté Bâ (1982), é ao mesmo tempo religião, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação. Tudo o que uma sociedade considera importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários papéis sociais, os direitos e obrigações de cada um, tudo é cuidadosamente transmitido. Esses conhecimentos são passados em forma de provérbios, máximas, adágios, lendas, fábulas, poesias, contos, músicas, histórias e mitos. Como diz Amadou Hampâté Ba, uma das grandes referências sobre as sociedades orais na África,

Nas civilizações orais, a palavra compromete o homem, a palavra é o homem. Daí o respeito profundo pelas narrativas tradicionais legadas pelo passado, nas quais é permitido o ornamento na forma ou na apresentação poética, mas onde a trama permanece imutável através dos séculos, veiculada por uma memória prodigiosa que é a característica própria dos povos de tradição oral. Na civilização moderna, o papel substitui a palavra. É ele que compromete o homem (HAMPÁTÉ BÂ, 1997, p. 64).

A oralidade é um dos mais significativos traços da literatura moçambicana. Sua presença nas narrativas está associada à predileção por componentes das culturas que formam Moçambique. O apelo ao passado e à tradição oral faz parte de uma estratégia de demarcação do espaço, do local e da fala diante do colonizador. Alfredo Margarido (1980) pondera que a recuperação da autonomia cultural antecipava e confirmava a recuperação da autonomia política.

Se esse apego ao passado pode ser percebido na escolha temática, no domínio da estrutura poética podemos detectar outros sinais desse enraizamento. Estamos pensando na presença da tradição oral que sutilmente corta essa produção literária. Surge explícita ou implicitamente um tom de conversa sugerindo a interlocução própria da oralidade (CHAVES, 2000, p. 248).

É fundamental pensar a oralidade e o seu papel transformador nas análises sobre a literatura moçambicana. A linguagem literária ajusta-se aos propósitos do escritor moçambicano de ressaltar elementos que expressem seu povo. A única forma de conseguir se ver na língua do colonizador é rompendo com as regras e com os parâmetros formais do português. A desobediência traduz-se na adoção de procedimentos que envolvam o campo lexical, morfológico, sintático, valendo-se de empréstimos das línguas locais e de tudo mais que considere válido para conferir uma feição moçambicana à língua portuguesa.

Violar a formalidade da língua oficial é uma forma de se reinventar. A utilização de expressões nativas, o recurso dos provérbios veiculados nas línguas nacionais, a criação de termos por processos de amálgamas, o uso sem preconceitos de corruptelas próprias da fala popular, constituem a base do fenômeno de apropriação e “contaminação” do idioma oficial. A língua já não é a que o colonizador trouxe, ela que outrora foi um veículo privilegiado de dominação, é agora um veículo de libertação, pois sofre um processo de metamorfose, de africanização, de criouliização.

Buscaram-se novos parâmetros para pensar e dizer o país. Por intermédio da insubmissão às regras da literatura colonial e aos valores do colonialismo, funda-se um novo estilo linguístico comprometido com o nacional. A língua escrita é um dos meios escolhidos para recuperar a mundividência mítica, as marcas culturais da sociedade tradicional, o onirismo e a simbologia a ela ligados. Contudo essa escrita ganha uma nova forma. Como

bem define Secco (2006), há uma oraturização do sistema verbal português. Nessa dinâmica, elementos fundamentais da oralidade são agora apropriados pela escrita.

O romancista africano tende a recuperar simbolicamente a preeminência do narrador que, na tradição oral, recebe o legado e o retransmite, orientando o ato narrativo, com autoridade incontestada pelo seu público, e pelas personagens da sua narrativa (LEITE, 2005, p. 60).

As literaturas escritas em língua oficial portuguesa coexistem na maleabilidade das narrativas orais, fazendo coabitar o novo com o antigo, a escrita com a oralidade, num discurso híbrido. Origina-se assim uma expressão criativa, mestiça, resultante dos diálogos entre formas de textualidade das línguas européias escritas e formas de textualidade das línguas nativas. As palavras falam da busca de um lugar entre o que poderá ser e o que foi, da procura de uma identidade condicionada ao exercício constante da sobrevivência nas diferenças.

O português se crioula, se moçambicaniza. Como bem definiu Mia Couto (2002), o português sozinho não consegue transmitir a realidade africana, há que se usem as potencialidades da língua portuguesa e trabalhá-la inserindo elementos que possam representar os significados de Moçambique. Nesse ensejo nada mais próprio do que as oralidades, para realizar essas “transformações” linguísticas que nada mais são que uma maneira moçambicana de contar coisas moçambicanas usando a língua portuguesa.

Na ânsia pela construção de modelos literários e culturais próprios em um processo de autoafirmação, de busca de expressão própria, a autoridade e as certezas instituídas pelo discurso hegemônico do colonizador são subvertidas, questionadas, desestabilizadas, para produzir um novo discurso híbrido e libertador. Esse projeto literário está em consonância com o momento político, seja de luta pela independência política, seja pela consolidação do Estado Nacional moçambicano.

A percepção da singularidade das culturas subalternas cria um sentimento de afirmação das diferenças, um pensamento da margem que prima pela lógica da diversidade, da enunciação fraturada e híbrida. O processo de ressimbolização do que é ser africano, moçambicano, macua, formula um projeto libertador - político e literário - comprometido com os referentes históricos. A marcação da situação pós-colonial exige a diferenciação linguística em relação ao colonizador, como nos confirma Inocência Mata,

A criatividade e a inventividade linguísticas são características de literaturas que se querem afirmar diferentes da do colonizador, que se inscrevem na mesma língua, de

certa maneira corporizando as aspirações coletivas e estilizando uma tendência natural do dinamismo de uma língua quando é transportada pra outros espaços, falada por outras gentes, para expressar realidades outras (MATA, 1998, p.263).

A literatura moçambicana sofreu influências de muitas idéias políticas e sociais de combate ao racismo e ao colonialismo. Essa característica está presente até os dias de hoje em algumas obras, mas é no pré-independência que essa especificidade se torna mais evidente. A literatura se apropria desses discursos de contestação, muitas vezes reproduzindo fielmente suas ideais. O intento é provocar uma resposta à altura da agressão do colonizador, que, por diversas vezes, foi realizada à luz de subterfúgios cientificistas e racistas.

Uma das grandes armas do imperialismo é o poder de nomear e rotular. O pensamento dominante, a partir de uma perspectiva preconceituosa, promoveu, com freqüência, reflexões equivocadas sobre a África. Esse olhar quase sempre foi realizado com lentes impróprias, o que provocou visões distorcidas e equivocadas sobre o continente. Todas as ideias e atitudes hostis foram revestidas de legitimidade científica e usadas como instrumentos políticos para “comprovar” a superioridade ocidental e justificar a invasão sistemática de países europeus na África.

A postura colonialista diante do outro, o colonizado, foi assentada nas teorias evolucionistas e do darwinismo social. Segundo Andersom Oliva (2003), essas teorias tiveram um efeito norteador nas representações elaboradas sobre os africanos, do século XIX em diante. O continente africano seria um espaço onde povos identificados como primitivos viveriam um estado de barbárie, e as relações seriam regidas por credices e superstições. Segundo Hernandez, “o termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui em amplo espectro de significações negativas tais como frouxo, fleumático, indolente e incapaz” (2005, p.18). As sociedades africanas foram representadas e tachadas como sem cultura, sem arte, sem escrita, logo, sem história.

A reação à postura colonial se deu de inúmeras maneiras, inclusive usando de estratégias políticas. A resistência à agressão do colonizador foi uma constante nesse processo de dominação. A efetiva presença européia na África, acompanhada pela violência da dominação, não foi realizada de maneira submissa e pacífica, muitos foram os indivíduos, organizações, partidos, intelectuais que lutaram contra essas práticas e ideias insensatas criadas e alimentadas pelo imperialismo. A usurpação da liberdade, como todo processo de dominação, gerou formas de resistência ao colonizador. Esses eventos são de extrema importância, já que enfatizá-los é dar luz a importantes indivíduos históricos que fizeram da luta de libertação do colonialismo e dos seus racismos parte de suas vidas.

A partir dessa relação de dominação/resistência, uma nova postura entre subjugador/subjugado se impõe e dita o futuro das sociedades africanas. O desejo de reconhecimento e respeito pelas dinâmicas africanas rege os movimentos contra o colonialismo, buscando firmar uma identidade dissociada do passivismo e apatia alegados pelos colonizadores. Esse ideal de resistência que desejava revolucionar o status do negro no mundo é incorporado pela literatura.

A literatura moçambicana sempre esteve atenta aos movimentos políticos, sociais, de resistência e solidariedade ao povo negro, como o pan-africanismo e a negritude, movimentos imbuídos de ideais de valorização do passado e exaltação do continente africano. Essas manifestações são guiadas muitas vezes por uma noção nativista e essencialista. As aspirações desses movimentos visavam o combate ao racismo, o fortalecimento da luta pela liberdade e a positivação do negro. As mobilizações que se efetivaram no âmbito político e acadêmico repercutiram e influenciaram ideologicamente na criação de grupos culturais, revistas, grêmios, sindicatos e, principalmente, nas políticas de luta pelas independências.

O pan-africanismo se apresenta como um importante movimento político-social ao pensar a questão das resistências. Surgido nos Estados Unidos no final do século XIX, sua ideologia pregava a noção de uma irmandade simbólica em que todos os pertencentes à raça negra deveriam se unir para combater os racismos e lutar por suas liberdades. Esse pensamento repercutiu e influenciou ideologicamente na criação de movimentos culturais negros e as políticas de luta pelas independências. De acordo com Balandier (1993), depois da negação do seu valor cultural, humano, histórico, o negro sente uma poderosa necessidade de afirmação e, assim, procura fazer-se reconhecer como sujeito de sua própria história.

Appiah (2007) considera que Alexander Crummell e Edward Wilmot Blyden deram início à articulação intelectual de uma ideologia pan-africanista. Considera também que foi W. E. B. Du Bois que lançou as bases intelectuais e práticas do movimento pan-africano. Sylvester Williams e principalmente Marcus Garvey são também figuras importantes desse movimento. Garvey se destaca por conseguir mobilizar verdadeiras multidões em torno de suas idéias quixotescas, chegando a montar uma companhia de navegação com dois navios velhos, nos quais transportou negros norte-americanos para a Libéria.

As ideias pan-africanistas se dividiam entre os que propunham um retorno simbólico à mãe África como uma maneira de reencontrar e aceitar suas origens, e aqueles que defendiam uma volta efetiva de todos os negros em diáspora ao continente africano. Não importa a corrente, todo ideal pan-africanista está revestido de um nativismo africanista e de

um racismo exacerbado. Nessa perspectiva, todos os negros deveriam comungar do mesmo sentimento de pertencimento a uma única raiz. A ligação ancestral dos povos negros espalhados pelo mundo estaria solidificada em uma África ancestral, profunda. Para Achille Mbembe,

O pan-africanismo define o “nativo” e o “cidadão” a partir de sua identificação com o povo negro. Nesta mitologia, os negros tornam-se cidadãos não porque são seres humanos dotados de direitos políticos, mas por causa da sua cor, como privilégio de sua autocnia. As autenticidades territorial e racial confundem-se e a África se torna terra de gente negra. Já que a interpretação racial está na base de uma ligação cívica restrita, tudo o que não seja negro está fora do lugar, e, portanto, não pode reivindicar nenhuma forma de africanidade (MBEMBE, 2001, p. 9).

A negritude, por sua vez, é considerada um dos mais importantes movimentos poéticos-culturais e políticos-sociais de crítica ao colonialismo e ao racismo. Tributária em muitos aspectos do pan-africanismo, foi um importante instrumento ideológico para as lutas de libertação nacional na África. Essa corrente política, literária, filosófica nasceu na América (Martinica) a partir de autores de língua francesa, cujos maiores nomes são: Leon Contran Damas, Léopold Sédar Senghor e Aimé Cesáire que define a negritude como

a consciência de ser negro, simples reconhecimento de um fato que implica aceitação, tomar conta de seu destino de negro, de sua história, de sua cultura, ela é a afirmação de uma identidade, de uma solidariedade, de uma fidelidade a um conjunto valores negros (NETO, 2007, p. 85)²⁷.

A negritude tinha entre seus objetivos a conscientização e reivindicação dos direitos civis dos negros, a reversão do sentido pejorativo de elementos que eram associados ao mundo negro, à construção de uma nova identidade baseada no critério racial que fosse ostentada com orgulho. A negritude herda a noção do sentimento de fidelidade, e solidariedade racial do pan-africanismo, é uma resposta identitária, racial e étnica ao excludente universalismo colonialista. Com o seu discurso sobre o colonialismo, ela teria como objetivo criar uma alteridade que se contrapusesse à identidade imposta pelo imperialismo, muitas vezes a partir de suas políticas violentas de manutenção do domínio colonial.

A valoração do negro, que converge do ideal continentalista pan-fricano e da negritude, é fundamental para a ideia de autonomia política e cultural. Essas ideias radicam

²⁷ No original : la conscience d'être noir, simple reconnaissance d'un fait qui implique acception, prise en charge de son destin de noir, de son histoire, de sa culture; elle est affirmation d'une identité, d'une solidarité, d'une fidélité à un ensemble de valeurs noires.

uma posição marcada por questões de ordem libertária, de contestação ao eurocentrismo, e de construção das identidades nacionais africanas. Esses movimentos políticos configuram-se como importante fonte de inspiração para as narrativas moçambicanas, cujo pensamento, mais do que nunca, estava direcionado para um projeto de libertação nacional. O discurso do homem negro universal introduz na literatura uma consciência racial que supera diferenças de classe e etnia para expor a condição do sujeito explorado e alienado no decurso da história. Segundo Pires Laranjeira,

O discurso da Negritude constitui, portanto, a emergência estética da ampla doutrina da africanidade e da ideologia pan-africanista, contributo inestimável para o fazer literário segundo uma concepção autonomista que, embora aceitando naturalmente os contributos culturais variados (políticos, ideológicos, científicos, étnicos, populares, eruditos, etc.), incluindo os europeus, se atém a princípios autonomistas, africanos, anti-colonialistas, recusando a submissão aos padrões impostos pelas potências dominantes (2001, p.53).

Os conceitos de africanidade e negritude desempenham um papel fundamental na legitimação de um sentimento de unidade nacional e de autonomia, essenciais para a constituição do movimento de libertação. A literatura moçambicana incorpora e transmite esses ideais. Ela passa a ser uma bandeira, um estandarte em que a ideologia da libertação é pintada em cores fortes e intensas. As ideias expressas de pátria livre e nação autônoma confundem-se com o sentido da própria arte. O escritor é quem porta e transmite os desejos da sociedade e a sua mensagem é um apelo, uma denúncia contra a opressão colonialista.

A partir do pós-independência, há uma modificação de perspectiva no que tange ao aspecto político-instrumental de que a literatura servia aos ideais da independência. O ponto de observação passa a ser interno, as preocupações são de âmbito nacional, não mais continental, e as críticas da literatura se dirigem aos que assumem o poder com o fim do colonialismo. Para Isabel Pires de Lima as primeiras manifestações literárias posteriores à independência tiveram como tema principal “uma problemática típica de uma sociedade dualista, a relação do passado colonial e da sociedade em vias de construção, em função da experiência individual de não realização da utopia” (LIMA, 1997, p. 133).

Inicia-se uma mudança de perspectiva narrativa dos autores moçambicanos. O foco não é mais um discurso ufanista de oposição ao regime colonial. Agora, de acordo com Salgado (2004), os escritores pós-coloniais buscam novos caminhos e experiências ficcionais, continuam ligados ao fenômeno colonial, mas voltam-se para questões que afligem as sociedades no presente como a problemática da construção da identidade nacional. Segundo Benjamim Abdala Junior (1989), a identidade cultural dos países colonizados mostra-se por

uma luta que não se esgota na independência política. É uma conquista contínua de uma autodeterminação a efetivar-se dentro das condições de subdesenvolvimento e de necessidade de modernização. As pesquisadoras Vera Maquêa e Tânia Macedo no livro *Literaturas de Língua Portuguesa Marcos e Marcas*, tratam dessa questão, tomando Moçambique como referência:

A definição de um modo de fazer literatura moçambicana acompanhava a necessidade de estabelecer uma nação. É no momento do pós-independência, quando esse debate se torna mais evidente, que a formação de um conceito para dar sustentação às chamadas literaturas nacionais surge como demanda no meio intelectual. Esse conceito é o de *moçambicanidade* (...) (MACEDO; MAQUEA, 2007, p. 20).

A preocupação não é mais o colonizador, mas o rumo que a pátria toma. Outros problemas se apresentam, como por exemplo: as formas como são reguladas as relações do mundo com a África e da África com o mundo, a corrupção que se instala nos governos, a fome, as mortes os conflitos internos, etc. É inegável o clima de desencantamento presente em algumas obras da literatura moçambicana, sentimento esse agravado pela guerra civil que assolou o país durante dezesseis anos e que deixou marcas indelévels em toda a sociedade moçambicana.

Para Kwame Anthony Appiah (2007), os modernos escritores europeus estão voltados para a descoberta de um “eu” que seja objeto de uma viagem interior de descobrimento. Sua referência é o “si mesmo” e sua preocupação é com a autenticidade e com o existencialismo. Os escritores africanos, por sua vez, estão preocupados com o “nós”. O seu problema consiste em descobrir um papel público, sua luta é para desenvolver suas culturas. Appiah ressalta a necessidade de o intelectual (escritor) africano ver a África não como um subproduto do olhar ocidental “civilizado”, não o continente pan-africano ou negro, mas a partir de sua cultura, um olhar de dentro, com suas tensões, contradições, conflitos e heranças.

Rita Chaves (2000) argumenta que a consciência da ruptura aberta pelo colonialismo é clara e ilumina a inevitabilidade da situação que mesmo a independência não pode solucionar. Diante do panorama que se abre não há regresso, o que resta a fazer é dinamizar o legado, apropriar-se daquilo que outrora foi instrumento de dominação e foi, seguramente, fonte de angústia. A recuperação integral do passado é inviável. Seu esquecimento total se coloca como uma mutilação a deformar a identidade que se pretende como forma de defesa e de integração no mundo. Deve-se inventar, interferir, reescrever com o que o presente tem a oferecer. Destituído de tanta coisa, o moçambicano recupera-se na

desalienação, ponto de partida para a afirmação de seu mundo, para a sua afirmação num mundo que já é outro, no qual ele precisa conquistar um lugar.

Os desafios enfrentados pelos artistas africanos não cessaram com as independências. Agora, a luta dos escritores é para se libertar do caráter periférico e do status de subliteratura a que a literatura moçambicana e africana de maneira geral fora reduzida. Tomando como base de comparação a ótica de construção das literaturas ocidentais, essas narrativas, muitas vezes, foram julgadas inferiores devido à simplicidade de algumas obras (principalmente a poesia de combate) e à relação direta da escrita com a política vigente (muitas vezes consideradas como forma de apologia ao governo instituído).

Outro entrave a ser superado diz respeito à questão da legitimidade. O problema se torna mais contundente quando se questiona o fato de essas literaturas serem escritas na língua do colonizador, atitude que, faz com que a produção literária moçambicana seja encarada como uma espécie de subproduto colonial. Existe uma cobrança exterior para que o autor local represente em sua obra formas de expressão reconhecidas como “autenticamente” africanas pelos não-africanos. Para um bom reconhecimento externo, faz-se necessária a presença do tocar de tambores, da natureza selvagem, do velhinho sentado na beira da fogueira, dos dúbios orixás, dos mortos que não morrem, e todas as “excentricidades” que envolve o continente. As narrativas que porventura não possuírem essas características não podem ser consideradas “legitimamente” africanas pelos “outros”. Mia Couto discorre sobre essa questão no seu texto: *Que África escreve o escritor africano?* Que compõe a obra *Pensatempos*, Segundo ele,

Defensores da pureza africana multiplicam esforços para encontrar essa essência. Alguns vão garimpando no passado. Outros tentam localizar o autenticamente africano na tradição rural. Como se a modernidade que os africanos estão inventando nas zonas urbanas não fosse ela própria igualmente africana. Essa visão restrita e restritiva do que é genuíno é, possivelmente, uma das principais causas para explicar a desconfiança com que é olhada a literatura produzida em África. A literatura está do lado da modernidade. E nós perdemos “identidade” se atravessamos a fronteira do tradicional: é isso que dizem os preconceitos dos caçadores da virgindade étnica e racial (COUTO, 2005c, p.60).

Em outro trecho do texto acima citado o autor prossegue: “exige-se a um escritor africano o que não exige-se a um escritor europeu ou americano. Exigem-se provas de autenticidade.” (COUTO, 2005, p.62). Apesar dos percalços e da permanente necessidade do “atestado de africanidade”, a literatura moçambicana continua sendo um lugar de protesto e representação de idéias e sentimentos da moçambicanidade. Ela permanece comprometida em pensar uma identidade, uma sociedade, uma nação, que condiz com as experiências

particularidades e abarque a diferença cultural. A sua missão ainda consiste em imaginar uma nação livre. Dessa vez ela busca se libertar dos exotismos, purismos e concepções homogeneizantes da sociedade moçambicana.

Ao pensar uma literatura moçambicana é importante considerar o homem mestiço, a cultura híbrida e a experiência colonial. Do processo de transculturação, a que se submeteu essa sociedade, geraram-se novos e imprevisíveis produtos culturais. As culturas pós-coloniais são marcadas por histórias de deslocamento e por aproximações de diferentes culturas e povos. O sujeito híbrido pensado por Bhabha (1998) nasce desse processo que por vezes é violento, mas que resulta em algo novo num “outro” sujeito pós-colonial. Esse outro é também representado na poesia *Identidade*, de Mia Couto, que se inicia com a sugestiva frase: “Preciso ser um outro para ser eu mesmo (...)”.

Mostrar como a literatura moçambicana se forma, em que condições isso acontece, como ela se estrutura, quais são suas propriedades, seus traços, é importante para demonstrar mesmo que em linhas gerais, suas principais características. Minha intenção com esta exposição é localizar Mia Couto dentro desse sistema literário e apontar suas heranças literárias dentro de Moçambique. Esse exercício é necessário já que os próximos capítulos vão mostrar como o autor recebe as posições políticas do pré-independência; as formas como ele vai trabalhar com essas perspectivas herdadas; se existe um alinhamento ou rompimento com a concepção de nação pensada por autores moçambicanos e pela FRELIMO em outros momentos históricos; e, principalmente, as ressignificações que propõe quanto as que seria uma identidade nacional moçambicana.

3 . Mia Couto: uma breve biografia

É importante levar em consideração os aspectos biográficos do autor das obras em análise. As ideias do escritor têm uma relação direta com a sociedade, já que explicita e tenta firmar uma visão do meio, período, espaço, tempo e momento em voga. Considerar a vida do autor é uma forma de apreender Moçambique. Como afirma Bordieu (1986), a compreensão da trajetória do escritor implica a compreensão do espaço no qual suas ideias se desenvolveram.

Mia Couto, ou Antonio Emilio Leite Couto, é uma das vozes mais originais da literatura africana contemporânea. Ele é casado com Patrícia que é uma médica, é pai de três filhos: Madoy, Luciana e Rita. Nasceu em Moçambique, no dia 5 de julho de 1955, em Sofala, mais propriamente na cidade da Beira. É o segundo de três filhos do casal de

emigrantes portugueses, seu pai, o jornalista e escritor Fernando Couto, e sua mãe, Maria de Jesus que, segundo o próprio autor, exerceu uma influência maior que seu pai no gosto por histórias: “Minha mãe contava história cujo fascínio nos prendia todo ser. Ela nos dava a possibilidade de encantamento por via da palavra”. (MACEDO; MAQUÊA, 2007, p.193).

Na cidade de Beira, Mia Couto iniciou os seus estudos primários. Ali também ele teve os seus primeiros contatos com a segregação racial imposta pelos brancos colonizadores. Em entrevista à revista *Discutindo a Literatura* (2008), o autor comenta sobre como a discriminação racial era (é) muito forte em sua cidade natal, relatando que na adolescência “não precisaram explicar para mim o que era colonização [...], pois eu sentia na pele o que era o colonialismo” (COUTO, 2008, p. 12). Ainda se remetendo à questão da discriminação racial, lembra que nas escolas em que frequentou quando criança e adolescente havia apenas dois ou três negros na sala de aula em meio a uma maioria branca. Reafirma que o racismo era uma constante em todos os espaços sociais.

Parte da postura política e intelectual de Mia Couto começou a ser gestada nesse ambiente de permanente hostilidade. O conturbado ambiente vivenciado, acrescido da repressão policial aos estudantes, aumentou sua indignação perante a situação vivida em seu cotidiano, estimulando-o a se direcionar em favor da política de esquerda. Esse engajamento iniciou-se na universidade, a partir de trabalhos de conscientização sobre a luta armada.

Como grande parte da juventude de sua geração, ele era simpatizante do modelo socialista de governo. Mia Couto conta em entrevista a Patrick Chabal que os estudantes organizavam-se em grupos, para estudar os textos de Fidel Castro e Che Guevara. A partir dessas leituras e da experiência vivida passaram a questionar os modelos culturais e a política colonialista. O desejo de uma revolução social, porém não colocava em primeiro plano a questão colonial. Essas idéias de independência e construção nacional só vão efetivar-se a partir da tomada de conhecimento dos projetos da FRELIMO. As informações sobre as ideias da Frente de Libertação chegavam inicialmente pelo rádio. A simpatia pelos guerrilheiros cresceu principalmente quando Mia Couto ingressou na universidade. O próprio autor lembra a maneira como iniciou sua relação com a FRELIMO:

Nós começamos a gravar os programas da rádio FRELIMO, reproduzíamos e espalhávamos estes panfletos na cidade, e houve uma certa altura em que nós fomos pelos quartéis convidando os soldados para desertar. Enfim, escolhemos outras horas que não eram estudantis para fazer o nosso trabalho de reinvidicação política (CHABAL, 1994, p.279).

A concreta integração nos quadros da FRELIMO ocorreu, segundo Mia Couto, depois do 25 de abril. A Frente de Libertação, agora transformada em partido único, precisava de um grupo de jornalistas simpatizantes da sua causa para assumirem pontos estratégicos na área de comunicação, especialmente nos jornais. Foi nesse contexto que Mia Couto foi convidado pela Frente a assumir cargos em alguns deles. Em 1974, quando cursava medicina, abandonou os estudos e passou a dedicar-se às atividades políticas e jornalísticas, exercendo tal função por onze anos.

Com as independências não havia quadros especializados para conduzir a imprensa nacional. Para a direção do Partido era prioritária a presença de militantes nessa área. Foi a partir desse contexto que Mia Couto foi escolhido para ser diretor da *Agência de Informação de Moçambique*, de 1976 a 1979, da revista *Tempo*, de 1979 a 1981, e do *Jornal de Notícias*, de 1981 a 1985. Em 1989 abandona a carreira jornalística retornando à universidade para cursar biologia. Mesmo relativamente afastado do jornalismo, continuou a manter uma colaboração dispersa com jornais, cadeias de rádio e televisão, dentro e fora de Moçambique. Sobre esse momento de envolvimento como o jornalismo o autor declara sobre o início dessa experiência da seguinte maneira:

Em Março de 1974, eu era um jornalista trabalhando como estagiário num vespertino em Maputo. Militava em grupos clandestinos de apoio à Frente de Libertação e foi-me pedido que abandonasse os meus estudos universitários para trabalhar num jornal da capital. Era preciso “infiltrar” (assim se dizia) com quadros moçambicanos os órgãos de informação que estavam nas mãos dos portugueses. Um mês depois de iniciar no meu estágio sucede o 25 de Abril (COUTO, 2005c, p.55).

Em entrevista dada a Sérgio Vale publicada na revista *Discutindo Literatura* Mia Couto reflete sobre sua atuação no jornalismo servindo a FRELIMO após a independência, declara que:

Durante esse período eu consegui fazer um jornalismo engajado, a serviço da revolução, e isso eu fiz com grande dedicação. Hoje reconheço que havia muita coisa que não faria novamente, mas essa foi uma entrega de alma num período muito ético da história do nosso país, quando estávamos reconstruindo uma nação embriagados por uma causa. Depois houve um divórcio entre aquilo que era prática e o discurso, e pedi para sair do governo (Couto, 2008. p.11).

O vínculo com o jornalismo permaneceu aceso. Mia Couto passou a escrever alguns textos “politizados”, publicados na imprensa mundial, também chamados de textos de intervenção. Nesses escritos ele aborda temáticas do dia a dia do continente africano e do

mundo, de maneira clara e poética, em que mistura a linguagem jornalística com a literária realizando “Intervenções da ordem moral, política, ética” (COUTO, 2006d). São nesses momentos em que ele exerce de maneira mais incisiva o seu papel de intelectual participante, conforme mencionou em entrevista a Tânia Macedo (2006). Algumas dessas produções estão reunidas no livro *Pensatempo*, publicado em 2005.

Mia Couto cultivou relações estreitas com a FRELIMO, prova disso é o fato de ele ser um dos compositores do Hino Nacional²⁸ Moçambicano. A afinidade com o partido, contudo, foi se abrandando ao longo do tempo pelo fato de o poeta não concordar com os rumos políticos e com a postura de alguns integrantes da Frente. Como o próprio Mia Couto afirma “Eu acho que já não sou da FRELIMO porque acho que a FRELIMO se converteu em outra coisa. Eles próprios confessaram, já não são social democratas” (COUTO, 2002, p. 4). Mesmo com algumas reservas em relação aos rumos políticos de seu país, em um texto publicado com o sugestivo nome de *Mia Couto e o exercício da humildade* confessa que ainda é um simpatizante da FRELIMO.

Acho que a FRELIMO passou a ter um discurso falseado, mascarado, com objetivos ainda socialistas quando eles todos já se tinham convertido em empresários de sucesso. Eu já não estou lá. Mas quando a FRELIMO cantava era uma coisa que fascinava. Lembro da primeira vez que eu vi Samora Machel, que era um Deus para nós, nós endeusávamos aquele homem. Era o nosso Guevara. [...] E agora, quando chego a este Congresso e começam aquelas canções e começam aqueles velhos militantes que eu conheci e que eram jovens, todos, naquela época, estava ali um pedaço da minha própria história [...] Porque estavam presentes esse mesmo Samora, esses heróis nacionais, estavam sendo enfocados nesse clima de celebração, quase de missa. E eu pensava assim, eu não posso deitar essa parte da minha vida fora, não posso. Porque, senão, fica um vazio (COUTO, 2002, p. 4).

Mia Couto surge na década de 80 como um renovador da literatura moçambicana. Transformou-se em importante figura de uma nova geração que despontava para afirmar novas perspectivas literárias. Seu livro de estréia foi de poemas, intitulado *Raiz de Orvalho* (1983); lançou posteriormente livros de contos: *Vozes Anoitecidas* (1986), *Cada Homem é uma Raça* (1990), *Histórias Abensonhadas* (1994), *Contos do Nascer da Terra* (1997), *Na Berma de Nenhuma Estrada* (2001), *O Fio das Miçangas* (2003), *O País do Queixa Andar* (2003) e a novela *Mar Me Quer* (1997). Seu romance *Terra Sonâmbula* (1992) foi muito elogiado pela crítica; seguido por *A Varanda do Frangipani* (1996), *O Último Voo do Flamingo* (2002), *Vinte e Zinco* (1999), *Um Rio Chamado Tempo uma Casa chamada Terra* (2002), *O Outro Pé da Sereia* (2006), e *Remédio do Diabo Veneno de Deus* (2008) que

²⁸ Ver ANEXO F página 174, hino e bandeira nacional de Moçambique.

compõem o restante dos romances de autoria de Mia Couto. Escreveu livros infantis. Além de adaptar textos para o teatro.

Desde 1987 ele faz parte do grupo teatral Mutumbela Gogo de Moçambique. Segundo Mia Couto, o teatro foi fundamental para seu exercício de criação, uma grande escola em que aprendeu a se comunicar com as pessoas. Ressalta ainda a importância fundamental dessa forma de arte, considerando que a maioria dos moçambicanos não são alfabetizados. No texto *Exercício de Humildade* o autor não esconde a paixão pelo teatro ao considerá-lo o mais importante processo de aprendizagem.

A minha passagem pelo teatro foi uma das melhores escolas que eu tive, eu escrevia para um grupo de teatro, ao qual pertenço há 14 anos. E escrever para eles, e depois perceber como é que as pessoas reagiram ao ver as peças de teatro aqui na cidade, nas zonas rurais, quais eram as diferenças, me ensinou muito sobre o que é se comunicar com os outros. (COUTO, 2002).

Sua escrita goza de grande influência de autores, como o poeta moçambicano José Craveirinha e principalmente o escritor angolano Luandino Vieira. A literatura latino-americana com o real maravilhoso de Alejo Carpentier e Gabriel Garcia Marques foi também uma inesgotável fonte de inspiração. As artes brasileiras, a literatura em especial, foram muito importantes na trajetória artística de muitos escritores moçambicanos. Com Mia Couto não foi diferente. Segundo o autor, em entrevista à Maricélia Pinheiro,

O Brasil simplesmente não conhece o que se escreve ou se escreveu em Moçambique. Já os escritores moçambicanos têm uma longa e duradoura ligação com a literatura brasileira. Começou com Tomaz Gonzaga, quando este foi exilado na ilha de Moçambique e ali criou um núcleo de poesia que foi talvez o primeiro grupo de poetas com raiz em Moçambique. Depois, nos anos de luta pela independência, Manuel Bandeira, Jorge de Lima, e Mário de Andrade foram essenciais para o desenvolvimento de uma corrente moçambicana que buscava introduzir rupturas com os modelos portugueses e com o português de Portugal. Muitos de nossos poetas foram iluminados com a poesia de Drummond, João Cabral de Melo Neto. Todos recebemos influências da poesia cantada de Chico Buarque e Caetano Veloso e outros representantes da MPB. Eu fui muito marcado por João Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Adélia Prado e Manoel Barros (COUTO, 2004a, p.12).

Mia Couto abandonou a carreira jornalística, voltando a ingressar na Universidade para fazer o curso de Biologia. Especializou-se na área de Ecologia. Foi professor da Universidade Eduardo Mondlane na área de ciências biológicas e ultimamente tem atuado em programas de avaliação de impacto ambiental. Em 1992 foi o responsável pela preservação da reserva natural da ilha de Inhaca em Moçambique. A biologia na vida desse

escritor é uma espécie de espaço onde ele entra em contato com as histórias e com os mundos que, posteriormente, vão invadir suas narrativas. Sobre a permanente relação de simbiose entre a literatura e a biologia em sua vida afirma que

ser escritor é viver a escrita como uma forma de olhar o mundo. Portanto, sou sempre escritor, mesmo quando trabalho como biólogo. Para mim, a biologia é uma porta, uma janela que me permite falar com as pessoas, ir para o campo e receber histórias. Nunca sou simplesmente só uma coisa (COUTO, 2006d).

Ainda falando sobre sua relação com a biologia, Mia Couto em um dos seus textos: *Uma palavra de conselho e um conselho sem palavra* publicado no livro *Pensatempos* declara que: “A Biologia para mim não é apenas uma disciplina científica mas uma história de encantar, a história da mais antiga epopéia que é a vida”. (COUTO, 2005c, p.45).

Mia Couto é o único escritor africano membro correspondente da Academia Brasileira de Letras. É o autor moçambicano mais traduzido e divulgado no estrangeiro, suas obras foram publicadas em vinte e cinco países, sendo um dos autores estrangeiros mais vendidos em Portugal. Couto foi condecorado com uma série de menções e prêmios, dentre eles o *Noma Award* (2002) por *Terra Sonâmbula*, considerado um dos doze melhores livros do século XX de toda a África. Recebeu também os prêmios: *Nacional de Literatura* (1993), *Virgílio Ferreira* (1999) *Mário Antonio* (2001), *União Latina de Literaturas Românicas* (2007), *Passo Fundo Zaffari e Bourbom de Literatura* (2008), dentre muitos outros.

Parte de seu prestígio vem pela forma em que é elaborada a escrita de seus romances, na combinatória de elementos dos sistemas culturais europeus com os locais, dando origem a manifestações discursivas híbridas. Embora Mia Couto tenha nascido e se criado em Moçambique, sua herança cultural é também ocidental, portuguesa. Ele conhece as culturas africanas de maneira empírica, convive permanentemente com um ambiente cultural híbrido. Essa experiência como sujeito pertencente a vários universos paradoxalmente distintos ajudou-o a compreender e enxergar como os sujeitos são múltiplos e as culturas são permanentemente dinâmicas. A literatura nesse seu estado transfronteiriço, veio para contemplar essa identidade híbrida do escritor. Como ele mesmo nos declara em tom confessional:

O meu país tem países diversos dentro, profundamente dividido entre universos culturais e sociais variados. Sou moçambicano, filho de portugueses, vivi o sistema colonial, combati pela independência, vivi mudança radicais do socialismo ao capitalismo, da revolução à guerra civil. Nasci num tempo de charneira, entre um mundo que nascia e outro que morria. Entre uma pátria que nunca houve e outra que ainda está nascendo. Essa condição de um ser de fronteira marcou-me para

sempre. As duas partes de mim exigiam um médium, um tradutor. A poesia veio em meu socorro para criar essa ponte entre dois mundos distantes. (COUTO, 2005c, p. 106).

Em entrevista publicada no livro *Vozes Moçambicanas*, de Patrick Chabal, o autor aqui estudado reflete sobre a sua permanente condição de sujeito híbrido: “praticamente eu vivi em dois mundos o mundo da família, amigos da família e de alguns vizinhos... E depois o outro nível, que era o que eu mais procurava que eram os negros, também da vizinhança” (1994, p.277). Em outra entrevista concedida a Ana Paula dos Reis Alves Roblés, publicada em sua dissertação *O Fantástico e o Maravilhoso na Narrativa de Mia Couto*, o escritor moçambicano reitera sua posição de pertencente a vários mundos:

A Minha vida se converteu em um ser de fronteira: entre África e a Europa, entre religião católica e o culto dos antepassados, entre Ocidente e o Oriente, entre as raças negra e branca, entre cidade e campo. Vivi em cima dessa linha, desse limiar, aprendia as línguas de um lado e de outro. Posso funcionar como uma espécie de tradutor, não de línguas, mas de intimidades. Tenho a *password*, tenho acesso a esses universos e, muitas vezes, sinto-me como um contrabandista (COUTO, 2007, p. 93).

A escrita de Mia Couto assume um caráter de resistência aos valores axiológicos pensados como universais, impostos pelo colonizador. O autor parte de uma escrita de contestação que reinterpreta o passado, desvela a persistência dos efeitos da colonização na atualidade. Denuncia o eurocentrismo imperialista mediante leitura crítica da situação pós-colonial, denuncia a perpetuação dos estereótipos coloniais e a manutenção do sentimento de inferioridade. Forja uma contrapoética mestiça que busca acessar imaginários simbólicos locais ameaçados ou calados pela intervenção colonial.

A criação ficcional de Mia Couto representa uma nova manifestação de sensibilidade literária marcada pela heterogeneidade, que vai problematizar lúcida e criticamente as questões sobre a alteridade, identidade, dependência colonial e a importância de linguagens literárias autônomas. Vai produzir uma escrita que se distancia dos essencialismos universalistas, buscando uma escrita que reflita sobre o hibridismo cultural moçambicano. Uma narrativa comprometida com o “entrelugar” que se formou em Moçambique.

Há uma apropriação de formas e modelos linguísticos europeus e locais. Mia Couto prima pela recomposição de elementos de culturas distintas que interagem e se influenciam, aponta para um traço de singularidade criado a partir de uma escrita híbrida. A língua que outrora fora elemento de segregação, agora apresenta-se como um possível

“cimento” aglutinador das coletividades. É dessa escrita mestiça que vai surgir uma tentativa de construção de uma memória nacional em relação à guerra civil, e uma ideia de nação, de identidade nacional.

3.1 O Autor e a Escrita

Pensar Moçambique é ter em mente a complexidade e diversidade cultural, social e política desse país. É compreender os caminhos e percalços trilhados em busca daquilo que seria uma moçambicanidade, uma tentativa de estabelecer identidades moçambicanas. Dentre as inúmeras possibilidades de estudar as ideias de nação moçambicana se encontram os romances de Mia Couto.

A literatura desse escritor moçambicano se destaca pela linguagem singular em que suas obras são escritas. Há um processo de criação lexical, que se forma a partir de combinações de palavras de diferentes classes gramaticais. Sua escrita chama a atenção pela variedade de formação de palavras a partir de diversas formas. Esse processo se dá por uma recriação, recombinações e reordenações dos códigos linguísticos. Uma das marcas mais importantes desse processo é a criação por amalgamas que seria a formação de novos vocábulos e significados da língua.

As amálgamas de Mia Couto têm a capacidade de exprimir vários sentimentos, atitudes, características, estados de espírito e sentidos de uma só vez, ou seja, são vocábulos que assumem uma enorme capacidade descritiva e de condensação de ideias (NUNES; COIMBRA, 2004, p.2) como por exemplo: agradádiva (agradável + dádiva), miaudível (miau + audível), desqualquerficado (desqualificado + qualquer), iluminados (iluminados + lua), compaixonasse (compaixão + apaixonar), brutamonstro (brutamonte + monstro), sonhâmbulo (sonho + sonâmbulo).

Por intermédio dessa escrita particular o autor anseia descrever sentimentos que não são traduzíveis na língua oficial do colonizador, e de outra forma não seria possível dar a conhecer alguns aspectos culturais presentes em Moçambique. A reinvenção da língua portuguesa é aliada a uma reflexão histórica, político-social e ideológica.

A rebeldia do escritor materializa-se nas rupturas que impõe à língua imposta pelo colonizador. Modificá-la, ampliando o léxico e alterando-lhe a sintaxe, é assim sem dúvida, uma maneira de apropriar-se dela. O padrão normativo identificado com o colonizador é rejeitado e em seu lugar emerge uma língua transformada, revigorada pela circulação dos elementos da terra, revitalizada pela aproximação com as línguas nacionais, num processo de apropriação (CHAVES, 2005, p.35-36).

Outra característica das narrativas de Mia Couto é a presença do sagrado e do sobrenatural. Essa construção cria um universo ficcional desconcertante, onde ambos os mundos, o dos mortos e o dos vivos, se misturam. Os mitos e lendas são incorporados ao relato objetivo da narrativa realista que cria os mundos possíveis. Há uma permanente presença do imaginário popular, percebidas, a partir de recriações de lendas, crenças, maldições e superstições populares, que alimentam o real maravilhoso.

O tema da morte, uma constante nas obras de Mia Couto, é outro terreno privilegiado para a compreensão de mundos reais maravilhosos. A crença na presença dos mortos, como mortos-vivos, é uma componente da cosmologia africana cuja crença interfere na vida social das pessoas, como lembra o autor, “Em África os mortos nunca morrem. Vivem de outra maneira” (BRAGA, 1999, p. 58).

Grande parte das narrativas de Mia Couto utiliza o insólito como meio de criticar o real opressor e de subverter os cânones da racionalidade europeia. Seus textos fundam uma semiose libertadora, cuja ação, por intermédio de representações oníricas, faz aflorar o imaginário cultural popular, que foi censurado tanto no período colonial, como nos primeiros anos após a libertação, quando a orientação marxista ortodoxa do Governo da Revolução proibia, de modo geral, as manifestações religiosas (SECCO, 2006, p.72).

Outro fator que deve ser levado em consideração é a presença da oralidade nas escritas de Mia Couto. Como o próprio autor relatou em entrevista a Cristina Duran, “não é possível falar da alma moçambicana sem entrar no universo da oralidade. Meu prazer é trabalhar numa zona de fronteira, de converter em escrita sinais do mundo oral.” (1999, p.3). A oralidade abre possibilidades para a inserção em um mundo com novos olhares e diferentes formas de se expressar.

Nas narrativas de Mia Couto há uma presença constante de neologismo, provérbios e ditos populares. A linguagem literária ajusta-se aos propósitos do escritor de ressaltar elementos que identifiquem seu povo, “burlando” a gramática do português do colonizador. A utilização de expressões locais, o recurso dos provérbios veiculados nas línguas nacionais, a criação de termos por processos de contaminação entre várias línguas e o uso sem preconceitos de corruptelas próprias da fala popular constituem a base do fenômeno de apropriação do idioma imposto. A desobediência traduz-se na adoção de procedimentos que envolvam o campo lexical, morfológico, sintático, valendo-se de empréstimos das línguas Bantu e de tudo o mais que considere válido para conferir uma feição moçambicana à língua.

Segundo Matta (1998), em Mia Couto a artesanaria do verbo é aliada a uma reflexão histórica, político-social e ideológica. Essa artesanaria é exemplo da criatividade e

inventividade linguística características de literaturas que querem afirmar sua diferença com relação à do colonizador. Nessa permanente busca por afirmação, autoconhecimento e reconhecimento, o autor encontra nas variações linguísticas, presentes em suas obras, uma preciosa aliada. Não nega a língua do colonizador, ao contrário, ressaltando-a, demonstrando como elementos africanos, latinos, europeus e orientais foram agregados, tornando a língua moçambicana única. Com a insubmissão às regras da literatura colonial e aos valores do colonialismo, por meio da fundação de um novo estilo lingüístico, buscam-se novos parâmetros para pensar e dizer o país.

No programa “Conversa afiada”, Maria João Avilez (2002) perguntou a Mia Couto se a invenção das palavras, que lhe caracteriza, seria uma forma de exaltar e honrar a miscigenação ou ainda de “arrumar” a língua. O escritor respondeu que o português, sozinho, não consegue transmitir a realidade africana; há que usar as potencialidades da língua portuguesa e trabalhá-la. “As alterações da língua portuguesa têm uma lógica que ultrapassa o domínio linguístico e que traduzem uma outra apreensão do mundo e da vida” (COUTO, 2004, apud. MACIEL, 2004, p.46).

Tal recurso representaria a incessante busca da identidade de uma jovem nação que quer dar conta dos espelhos nos quais refletem suas imagens, que procura condições favoráveis para sua construção. A língua constitui-se um elemento de identificação, defesa, luta, denúncia e coesão. Trata-se da expressão do desejo natural de um jovem Estado pela (re) construção de sua história, contada a partir de sua própria língua.

A literatura de Mia Couto se oferece como espaço discursivo capaz de repensar Moçambique, permitindo a recuperação de vozes e histórias do passado silenciadas ao longo do processo colonial. Sobre a relação entre literatura e estados pós-coloniais, Said (1995) afirma que pela literatura há a busca da autenticidade de uma origem nacional mais adequada do que a oferecida pela história colonial. Há um esforço em reescrever a história e repensar a nação. Ao trabalhar com os silêncios, as ruínas da história, e ao recriar poeticamente, pela ficção, os dramas pós-coloniais, a palavra do escritor reflete criticamente a ideia de identidade moçambicana.

A complexidade da construção identitária, segundo Mbembe (2001), acentua-se quando articulada com a necessidade de (re)definir a identidade em uma região pós-colonial marcada pela presença efetiva e violenta do outro, do colonizador. A necessidade de uma construção da identidade esbarra na problemática de cair no essencialismo da raça, e na rigidez estática de reproduzir os códigos organizacionais herdados do colonizador,

alterando apenas os indivíduos brancos pelos negros. Dessa forma, a questão não seria só a retomada do espaço que o ocidental ocupou na época colonial, mas, como afirma Mbembe (2001), a reinterpretarão do lugar do sujeito pós-colonial inscrito na contratextualidade colonial e emergente dela.

Pensar uma identidade moçambicana é considerar que as culturas, os sujeitos, são híbridos. Said (1994) afirma que, devido ao imperialismo, todas as culturas estão mutuamente imbricadas, nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo. Segundo Stuart Hall (2003), o hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população, mas um outro termo para a lógica cultural da “tradução”, isto é, um processo pelo qual faz-se uma revisão dos próprios sistemas de referência, pensados a partir do contato, troca com o outro.

A ambivalência e o antagonismo acompanham cada ato de tradução cultural. Quando o indivíduo se desloca, seus vínculos com o lugar antropológico são automaticamente revisados, diluídos, e novos elementos são incorporados à sua identidade, que passa a ser outra, híbrida e transcultural. A negociação com a nova cultura na qual se insere provoca o surgimento de uma nova identidade que se opõe tanto à assimilação quanto à manutenção integral da identidade vinculada ao lugar antropológico. A esse fenômeno o antropólogo Fernando Ortiz denominou “transculturização”.

Para compreender Moçambique é preciso lembrar da diversidade cultural antes da chegada do colonizador, as diferentes experiências coloniais e suas consequências. As identidades são complexas, múltiplas, construídas historicamente, o que leva a entender que ao longo do tempo elas são alteradas, reconstruídas, modificadas, reformuladas. É importante uma visão que conceba a identidade não como essência, mas como posicionamento, pressupõe aceitar também que qualquer descrição de uma identidade é parcial, refletindo uma dada posição no tecido social.

Na empreitada de construção e desconstrução de identidades pensando em um projeto de nação, Mía Couto, em suas obras, considera as diferenças as diversidades presentes na sociedade moçambicana. Sua obra torna-se um espaço onde a “tradição” e modernidade dividem espaços e constroem mundos. Vários Moçambique são mostrados nas páginas dos romances, outros tantos são desconstruídos, porém, todos são referencializados.

A literatura de Mía Couto é compreendida como um discurso orientado para promoção de cartase da guerra civil. A partir dessa autoanálise o autor nos aponta possibilidades para a construção de identidades nacionais que possam produzir sentido e com

as quais os indivíduos possam se identificar. O texto literário constrói um mundo fictício pelo qual se modeliza o mundo empírico, representando-o e instituindo uma referencialidade mediatizada. As narrativas e a forma como são escritas revelam a capacidade do autor de traduzir-se e traduzir os mundos que compõem Moçambique.

CAPÍTULO III

A GUERRA CIVIL

Recordar o passado para nos livrarmos de suas maldições. Não para atar os pés do tempo presente, mas para que o presente caminhe livre de armadilhas (Eduardo Galeano).

1 . A Guerra Civil Moçambicana

A conquista da independência por Moçambique não significou o fim dos conflitos armados no país. Com o fim do colonialismo, a FRELIMO assumiu o controle do Estado moçambicano, por meio de uma eleição intrapartidária que elegeu Samora Machel presidente. A partir de então o partido-governo iniciou a implantação de um projeto político de vertente marxista, que, dentre outros aspectos que serão mais bem trabalhados no próximo capítulo, primava por uma ideia de nação “moderna”, e que consistia no rompimento de tudo aquilo que fosse considerado atrasado e/ou fruto de credices e obscurantismo. Essa postura gerou um profundo descontentamento principalmente entre as chefias tradicionais e a população rural.

O projeto de transformação da sociedade moçambicana planejado pela FRELIMO colocou o Estado como o centro de todas as decisões, como a única instituição político-administrativa capaz de regular as populações. Qualquer outra forma de organização social regida pelas autoridades tradicionais ou pelas lógicas de parentesco era tachada como “feudal” e “retrógrada”, pois representava um retrocesso para a nação. Os chefes tradicionais principalmente no pós-independência, eram vistos pelo comando da FRELIMO como oportunistas, corruptos, que haviam lucrado muito com o seu papel de cobradores de impostos, recrutadores de mão de obra e agentes de policiamento local durante o colonialismo português²⁹.

A forma como foi conduzida a luta de libertação nacional também gerou uma série de insatisfações e discordâncias entre alguns membros e dirigentes da FRELIMO. Essas

²⁹ Essa questão já foi trabalhada no capítulo I.

diferenças nem sempre foram resolvidas diplomaticamente, muitas vezes resultaram em expulsão ou rompimento com o movimento. Com o rumo socialista dado ao país pela FRELIMO, aumentou o número de discordantes, que logo se tornaram opositores organizados. Além dos ex-integrantes da FRELIMO e das chefias, contabilizava-se entre os contrários à FRELIMO ex-colonos portugueses que perderam tudo com a nacionalização de alguns setores da economia, e países que tinham comprometimento com a política segregacionista do apartheid.

A insatisfação se deu também no plano político internacional. É importante lembrar que esses acontecimentos se deram em meio à conjuntura da Guerra Fria, quando o mundo estava alinhado à influência capitalista, liderada pelos Estados Unidos, ou socialista, controlada pela União Soviética. Os governos com base ideológica socialista na África³⁰ não foram vistos com bons olhos, principalmente entre os países vizinhos, especificamente a Rodésia de Ian Smith e o Partido Nacional da África do Sul, que comandava aquele país, sendo que ambos adotavam a política do apartheid. Moçambique era uma base de apoio dos movimentos de resistência³¹ a esses governos racistas. Chegou a fechar fronteiras e suspender relações comerciais com a Rodésia em 1976.

Da ideologia marxista-leninista da FRELIMO, resultou que a recém-nascida nação se tornasse, depois da independência, base central para os guerrilheiros da União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU), que era um movimento nacionalista que lutava contra o regime segregacionista da Rodésia do Sul. A FRELIMO apoiava também o Congresso Nacional Africano (ANC) na sua luta contra o governo de minoria branca na África do Sul. Em consequência desses apoios, a Rodésia acolheu e fomentou um movimento de guerrilha contra o governo moçambicano, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que também foi apoiado pelo regime do Apartheid da África do Sul. Para Temudo, a RENAMO era acima de tudo “uma organização militar que não possuía uma ideologia claramente definida. A sua propaganda estruturava-se em torno de uma oposição explícita às políticas da FRELIMO” (2005, p.34).

Os contrários à FRELIMO e todos aqueles que de alguma maneira se opunham ao governo de Samora Machel encontraram na Rodésia um importante aliado. O governo rodesiano ofereceu espaço físico para a implantação de bases de treinamento militar da

³⁰ Como é o caso de Angola, Tanzânia e outros.

³¹ O Congresso Nacional Africano (ANC) participou dos movimentos mais importantes na luta contra o regime do apartheid na África do Sul, em sua história, figuras de destaque, como Nelson Mandela e Steve Biko, participaram de suas bases.

RENAMO, distribuiu armamentos, que também vinham da África do Sul, e permitiu a criação de uma rádio de propaganda anti-governamental. Foi a partir desse desenho geopolítico regional que se constituiu efetivamente a RENAMO. Foi comandada inicialmente por André Matsangaíssa, que iniciou contra o governo moçambicano um conflito armado que durou de 1976 a 1992. Com o fim do regime segregacionista na Rodésia (agora Zimbábue), com a eleição do presidente Robert Mugabe, em 1987, as forças da RENAMO são obrigadas a se deslocar para a África do Sul, onde continuaram a receber importante apoio logístico das forças armadas deste país.

A adesão de parte da população à RENAMO transformou a agressão externa contra as elites da FRELIMO numa guerra civil que durou dezesseis anos e tornou Moçambique um dos países mais pobres do mundo. Esse apoio, basicamente de comunidades rurais, deu-se pela incompatibilidade do modelo de crescimento econômico da FRELIMO, que visava a criação de aldeias comunais e coletivação dos meios de produção. Essa estratégia de desenvolvimento rural foi aplicada em áreas em que a maioria das pessoas continuavam a viver de modo tradicional, ligadas à terra e às lideranças. Fernando Florêncio alude a essa questão destacando que

É o processo de aglomeração das populações rurais em aldeias comunais, que vai provocar uma forte desestruturação das condições de vida, e de reprodução social, econômica e política, dessas populações. O processo de aldeamento provocou fricções e lutas entre sectores das próprias sociedades rurais, quer pela definição dos locais de edificação das aldeias, quer pelo controlo das cooperativas de consumo (FLORÊNCIO, 2002, p.354).

Com o início da guerra civil, aumentou a tensão envolvendo o Estado e as comunidades rurais, onde formas tradicionais de organização permaneciam. Muitos dos chefes locais que haviam sido desprezados pela FRELIMO mostravam-se extremamente insatisfeitos com o governo e de certa forma cultivavam um sentimento de simpatia por aqueles que contestavam o partido. Florêncio (2002) chama a atenção para o fato de que a RENAMO tira proveito dessa situação de descontentamento a seu favor. Segundo o autor, ela passa a manipular os conflitos, as divergências entre os grupos sociais, para se “alimentar” dessa discórdia. Todavia, é bom enfatizar que boa parte das autoridades tradicionais e linhagens descontentes com o governo não se aliaram à RENAMO.

Peter Fry, em seu artigo *Culturas da Diferença*, ao fazer uma análise crítica em relação à adesão de parte das comunidades locais à RENAMO, toma como referencial o livro

de Cristian Geffray, *A Causa das Armas: Antropologia da guerra contemporânea em Moçambiqu*, e faz um comentário sobre ele. Segundo o autor:

O livro de Geffray afirmava que, ao contrário da versão oficial, grupos inteiros sob a liderança dos anciões de linhagens específicas deixaram espontaneamente áreas controladas pela FRELIMO para unir-se à RENAMO. Ele argumentava que esses grupos eram precisamente os que foram excluídos tanto pelo estado colonial quanto pelo governo da FRELIMO. A RENAMO deu-lhes a oportunidade de usar armas e violência para se colocarem fora do controle do que ele chamava o “Estado Aldeião”, referindo-se à política de destruir a organização política e residencial prévia, para construir “aldeias comunais”. Segundo ele, num sentido mais amplo, a guerra alimentou-se também da exclusão das áreas rurais a favor das cidades, as quais, com “seus habitantes alfabetizados, educados e lusófilos, pertenciam à FRELIMO” (FRY, 2003, p.298).

A postura de proibir manifestações culturais tradicionais, inclusive as religiosas, fez com que a responsabilidade pelos horrores da guerra fosse atribuída ao governo. Apesar de longa, a citação que se segue, retirada por Peter Fry do já referido livro de Christian Geffray, possibilita dimensionar o impacto das políticas nacionais nas comunidades tradicionais e explica, em parte, as razões pelas quais muitas se aliaram à RENAMO. Trata-se da declaração de uma mulher idosa, Yamazuru, que explica as origens da guerra:

Foram os mapéwé (chefes) os que deram origem à comunidade, através da epepa (farinha de milho oferecida aos ancestrais) (...) Graças a epepa, cada chefe da linhagem humu tem a permissão de se comunicar com os ancestrais do seu grupo, e a comunidade nunca sofreu desastres. Esta guerra que sofremos foi provocada pelos “contrários”. Não podíamos fazer nada: não podíamos depositar a epepa, nem ir aos lugares sagrados, porque tínhamos medo. Quando éramos pego depositando a epepa, íamos presos. É por isso que deixamos de depositar a epepa: para deixar os donos (FRELIMO) fizessem o que quisessem, para deixar os akunha (brancos) fazer o que bem entendessem. Deixamos de colocar a epepa, e por isso quando a guerra chegou ... em nossa comunidade, ninguém pôde evita-la. Chegou de surpresa, porque tínhamos medo de ir aos lugares sagrados para rezar e evitar a guerra. Mas, se tivéssemos ido rezar nesses lugares e se as autoridades tivessem encontrado a epepa lá, teriam nos prendido. É por isso que a guerra veio e entrou em nossa terra violentamente, chegando ao nosso povo. A gente se dispersou. A guerra nos destruiu. Aqueles que tinham epepa em casa, alguém veio e a queimou. Os ekhavete (tambores que simbolizam o poder dos chefes da linhagem) foram quebrados ... foram os soldados da FRELIMO que o fizeram. Quando a epepa estava em uma garrafa, quebravam a garrafa, e o pouco que sobrava, eles nos faziam diluir em água e beber. Estas foram coisas muito ruins de acontecerem, e por isso esta terra está arrasada. Ficamos muito tristes, esperávamos o fim. Porque eles destruíram todas as nossas coisas, quebraram tudo, queimaram tudo, e a guerra chegou violentamente ... (GEFFRAY 1990, apud FRY, 2003 p. 298-299).

A citação anterior é bem representativa em relação ao descontentamento com a postura política, ideológica, adotada pela FRELIMO. Para essas lideranças, a postura de se

colocar contra significava, dentre outros aspectos, a possibilidade do regresso a um passado histórico, no qual os chefes tradicionais eram respeitados, obedecidos e integrados às respectivas estruturas de autoridade. A RENAMO, consciente dessa força catalizadora, passou a captar o descontentamento das populações e se apresentar como uma opção “tradicional” diante das políticas modernizadoras propostas pela FRELIMO. É importante ter em mente que aos olhos dessas populações majoritariamente rurais, o poder dos chefes é legítimo, pois são portadores de conhecimento sobre as tradições locais e gestores das relações políticas que se estabelecem no seio da comunidade.

As investidas bélicas da RENAMO se localizaram, de início principalmente nas áreas rurais, situadas próximo às fronteiras dos países que apoiavam o movimento, especificadamente a Rodésia, África do Sul e Malawi³². A estratégia do grupo era tomar de assalto as aldeias, os núcleos de simpatizantes da FRELIMO, linhas férreas, pontes e estradas. Essas ofensivas provocaram uma grande desestabilização na economia moçambicana, já que obrigou o governo a investir grandes montantes para armar uma força militar e combater os ataques dos guerrilheiros da Resistência. Outra consequência que se mostrou desastrosa foi a migração de milhares de pessoas da zona rural para campos de refugiados e para a zona urbana, provocando um “inchamento” das cidades e diminuição da produção agrícola.

Grande parte do exército da RENAMO era constituída por jovens indicados pelas autoridades tradicionais na sua zona de influência, ou era fruto das investidas nas aldeias em que adolescentes eram raptados. Os indivíduos recrutados pela RENAMO eram sujeitos a experiências de choque que visavam torná-los aptos ao combate. Primeiramente eram obrigados a matar animais e mais tarde pessoas, inclusive da própria família. Essa situação fez com que os jovens que cometeram esses crimes não voltassem para as zonas controladas pelo governo, mesmo com a possibilidade de fuga. Eles tinham consciência de que se fossem pegos pela FRELIMO, ainda que alegassem o rapto e a obrigatoriedade de participar dessas investidas de extrema violência, seriam julgados e executados como terroristas. Dessa forma a

³² O Malawi, sob governo do Presidente Banda, permitiu o abrigo da RENAMO em seu território até 1986, prestando igualmente apoio logístico. Uma das razões para tal era a necessidade de assegurar as suas rotas de abastecimento via Corredor de Nacala. O Quênia, por sua vez, acolheu dissidentes Moçambicanos exilados, por algum tempo, e de 1984 em diante permitiu a abertura de um escritório oficial da RENAMO. Na primeira fase do processo de paz, o Presidente do Quênia, Arap Moi, agiu como mediador, embora viesse, mais tarde, a perder muita da sua influência, com o início das negociações de Roma. O Zimbábue foi igualmente um ator crucial na guerra, bem como no processo de paz. O Presidente Mugabe era um aliado íntimo da FRELIMO e esta recebia apoios maciços do Governo Zimbabueano. Para além do sentimento de solidariedade, o apoio do Zimbábue era principalmente motivado pelo seu interesse nacional em assegurar o Corredor da Beira, que salvaguardava a independência econômica do Zimbábue, visto ser um país do interior sem saída para o mar.

RENAMO cria uma força bélica “leal”. Sobre a questão, Temudo afirma que entre os combatentes mais violentes estavam os soldados da RENAMO, dentre eles muitos

eram grupos de jovens recrutados pela RENAMO para a constituição de contingentes de reserva e que lutavam com armas não convencionais, como facas e machetes. Especialmente no princípio da guerra, estes grupos espalhavam o terror com actos de violência (TEMUDO, 2005, p.35).

A partir de 1983 os rumos da guerra passaram a sofrer sensíveis alterações. Os governos moçambicano e sul-africano assinaram o *Acordo de Nkomati*, segundo o qual a África do Sul se comprometia a abandonar o apoio militar à RENAMO e Moçambique a não apoiar as forças do ANC. Com esse ajuste, o poder de controle da Resistência nas fronteiras sul enfraqueceu parcialmente. A outra alteração se deveu aos graves problemas econômicos enfrentados por Moçambique, o que obrigou o país, em 1987, a assinar um acordo de ajuda econômica com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial. Como contrapartida, o país concordou em abandonar a sua política de orientação marxista, controlar a inflação, iniciar um programa de enxugamento da máquina estatal e se abrir para investimentos estrangeiros. Essa mudança de orientação política e econômica desestabilizou parte do apoio internacional recebido pela RENAMO, pois Moçambique já não era um “perigo socialista”.

Depois de dois anos de mediação entre os lados insurgentes, com a participação da comunidade internacional o processo de paz se efetivou. Em quatro de outubro de 1992, a partir da intermediação da comunidade religiosa de Santo Egídio, foi assinado o Acordo Geral de Paz³³ na cidade de Roma, entre o presidente de Moçambique Joaquim Chissano e o líder da RENAMO Afonso Dhlakama. Nessa resolução ficou definido, dentre outras coisas, que haveria a garantia dos direitos básicos individuais, tais como: liberdade de crenças, opinião e associação; pluralismo partidário; independência dos tribunais; eleições livres e secretas; respeito aos direitos cívicos e humanos; e anistia a presos políticos.

Para assegurar o cumprimento do Acordo Geral de Paz, foi designada pela ONU uma força tarefa internacional que veio a se chamar ONUMOZ. Sua tarefa era garantir o fim do conflito com o estabelecimento da paz, o desarmamento das tropas e a criação de um exército nacional. As forças de paz permaneceram no território moçambicano até 1994, ajudando até mesmo na realização das primeiras eleições gerais multipartidárias. Uma das críticas ao desempenho da ONUMOZ foi em relação à incompleta verificação dos depósitos e

³³ Ver no ANEXO C página 170, parte do Acordo de Paz de Roma.

esconderijos de armas que, posteriormente, alimentou o banditismo local e armou criminosos da África do Sul. Aldo Ajello, italiano, representante especial da ONU para a operação de paz em Moçambique de 1992 a 1994, em seu depoimento publicado no livro *Moçambique 10 Anos de Paz*, afirma que “ A ONUMOZ ajudou a criar um ambiente propício para ultrapassar as desconfianças entre as partes e forneceu o apoio necessário em termos políticos e técnicos para a paz” (MAZULA, 2002, p. 324).

As primeiras eleições livres foram realizadas em Moçambique em outubro de 1994, com a participação de catorze partidos/coligações. Confirmou-se a vitória do presidente Joaquim Chissano, da FRELIMO, mas também foi ratificado o apoio de parte da sociedade à RENAMO e pela figura de Afonso Dhlakama, seu líder e candidato à presidência. Conforme mostra a Tabela 1, na contagem dos votos a diferença numérica entre os dois partidos não foi tão grande ³⁴. A disputa eleitoral, apesar de ocorrer em clima de relativa tranquilidade, foi posteriormente abalada pelas acusações da RENAMO de que a FRELIMO teria fraudado o processo. Essa acusação gerou tensão e temor na sociedade, já que esse desentendimento poderia culminar no fim da paz.

Tabela 1 - Resultados das Eleições Livres de Moçambique em 1994		
Candidatos	Partidos	Porcentagem de votos
Joaquim Chissano	FRELIMO	44,33%
Afonso Dhlakama	RENAMO	37,78%

Fonte: LUNDI, Iraê. Partidos Políticos: A leitura da vertente étnico-regional no processo democrático. In: MAZULA, Brazão (org). *Moçambique Eleições Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: s/e, 1995.

Na década de 90 Moçambique ainda continuou a sofrer as consequências da duradoura guerra civil. A reestruturação da infraestrutura depois da guerra exigiu a aplicação de altos investimentos, ficando a saúde, moradia e educação em um plano secundário nas metas do governo. Associado a esse fator houve calamidades naturais, que provocaram uma queda ainda maior da produção agrícola, principal base da economia moçambicana. Esses acontecimentos acabaram por mergulhar o país numa grave recessão. Além disso, as inadequadas políticas econômicas e a crescente dívida externa comprometeram ainda mais o frágil sistema econômico moçambicano. Toda essa situação provocou um quadro de desemprego, fome e miséria, e fez com que o país dependesse cada vez mais de ajuda

³⁴ Ver APÊNDICE D página 163, mapa da divisão de votos entre a FRELIMO e a RENAMO nas eleições livres de 1994, por província.

internacional. Somente no final dos anos 1990 o país começou a dar sinais de recuperação em termos econômico e social.

A atitude do partido FRELIMO e do seu Governo em relação às autoridades tradicionais também sofreu alterações. Isso se deveu a uma posição muito menos radical e menos cética do que aquela manifestada no período pós-independência. Assim, começou-se a esboçar a aceitação desse tipo de autoridade social. A única dificuldade era a falta de um enquadramento jurídico para as autoridades tradicionais dentro da hierarquia e organização político-administrativa do Estado moçambicano. Essa realidade só será alterada com a descentralização administrativa realizada após as eleições, em 2000.

O novo Governo da FRELIMO cada vez mais consciente do estatuto e reconhecimento que as Autoridades Tradicionais usufruíam junto das comunidades rurais, e no sentido de minimizar a referida ambivalência política existente em Moçambique, apresenta através do MAE, o Regulamento do Decreto-Lei nº15 de 20 de Junho de 2000, (...). A promulgação deste diploma inseria-se no âmbito do processo de descentralização administrativa, valorização da organização social das comunidades locais e aperfeiçoamento das condições da sua participação na administração pública para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de Moçambique, e para tal, tornava-se necessário estabelecer as formas de articulação política e/ou administrativa dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias (LOURENÇO, 2007, p.10).

A compreensão da guerra civil e seus desdobramentos não pode ficar restrita apenas ao plano político ou à conjuntura internacional. É necessário levar em conta as margens do processo, as histórias que ainda não foram escritas oficialmente, as vivências, as memórias e esquecimentos. Para refletir sobre esse aspecto, uso a literatura de Mia Couto por acreditar no seu potencial como documento revelador da outra face da guerra, aquela que não está nos relatórios do governo. Como mostra Garcia (2002), a literatura é uma historiografia inconsciente que permite um acesso privilegiado a uma temporalidade transcorrida. Forma de evocação do passado que captura as representações e sensibilidades de uma época.

2 . História, Memória e Literatura

Na empreitada de realizar um estudo sobre Moçambique, um emaranhado de entraves se apresentaram. Entre eles, os poucos trabalhos historiográficos no Brasil sobre a África e especialmente sobre Moçambique, que poderiam me servir de referência, e as pouquíssimas produções sobre a guerra civil moçambicana. As escassas obras a que tive acesso quase sempre se atêm às análises da conjuntura do pós-guerra, as causas do conflito e

seu impacto na sociedade são abordados de maneira superficial. Poucos se focam nas consequências da guerra para as populações civis, ou o que o povo moçambicano pensava e pensa sobre o conflito, o que ele significou, quais são os traumas, o que restou dessa disputa, ou qual foi/é a perspectiva de futuro desses indivíduos.

O próprio tema relacionado à guerra civil é sempre um evento difícil de ser estudado, é um evento relativamente recente e que ainda mexe com a sensibilidade das pessoas. Os números relativos a esse episódio são factuais. A guerra realizada em Moçambique terminou com um saldo de um milhão de pessoas mortas. Cerca de 3.737.000 foram deslocadas para outras áreas, fugindo dos combates. Mais de 1.600.000 se refugiaram em seis países vizinhos. Além disso milhares de pessoas perderam suas casas, terras e formas de subsistência. Até hoje um grande número de indivíduos continuam perdendo suas vidas em decorrência das minas existentes no território moçambicano. A economia foi abalada gravemente em razão da destruição de partes importantes da infraestrutura e da impossibilidade de realizar a produção agrícola (base da economia), já que os conflitos se davam preponderantemente nos espaços rurais.

Outra questão que merece destaque é a anistia, assegurada no acordo de Paz de 1992, que criou um sentimento de impunidade pelos crimes cometidos contra as populações locais. Parte dos responsáveis por muitos massacres estão vivos e ocupando cargos políticos, o que dificulta ainda mais falar abertamente sobre o acontecido. As feridas ainda estão abertas, ainda é um assunto inacabado, mal resolvido, não é difícil encontrar pelas ruas das cidades do interior pessoas que carregam em seus corpos marcas físicas da violência da guerra. Também não é difícil encontrar pessoas que se calam diante do evento por medo de represálias ou por medo de despertar lembranças que foram caprichosamente esquecidas ou silenciadas.

Essa realidade não é uma particularidade de Moçambique, é comum países que passaram por grandes traumas coletivos terem dificuldade de produção de conhecimento sobre o evento, especialmente se ele for de caráter bélico civil. Diferente de outras guerras, a população dividida em uma guerra civil, como a moçambicana, que não teve um fundo étnico, e sim político, tem dificuldade em determinar quem é o inimigo e do lado de quem deve ficar. O alvo em uma guerra civil são os civis, os embates não são travados entre duas forças militares claramente diferenciadas, e sim entre indivíduos que muitas vezes pertencem à mesma região, mesmo grupo, mesma família.

Recorro a Walter Benjamin especialmente em dois dos seus escritos: *Experiência e Pobreza* e principalmente *O Narrador*, para tentar compreender os silêncios sobre a guerra

civil moçambicana. Nestes textos, o autor reflete sobre as alterações das perspectivas de tempo, trabalho e experiência nas modernas sociedades capitalistas. Atribui essas alterações às profundas mudanças da percepção coletiva e individual da comunidade. Tais transformações provocaram o declínio da experiência à medida que não possibilitaram a abertura de espaços para as narrativas. Benjamim enfatiza a guerra como outro elemento que provoca a decadência da narrativa e da experiência. Ele pontua que ao retornar dos combates da Primeira Guerra Mundial os soldados eram tomados por uma espécie de mutismo, aqueles que voltaram das trincheiras voltaram “mudos”, sem experiências a compartilhar, sem histórias para contar. “O horror do conflito não permitia narrativas, a guerra provocou a privação da faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIM, 1994, p.198).

A guerra civil, pela perspectiva da perda do humano ou da humanidade, não é tema central nas histórias oficiais³⁵. A ausência de discussões está relacionada à memória da nação e à “vigilância” da história nacional pelos detentores do poder. O silêncio sobre esse passado é porque ele traz inconvenientes. O apagamento social da guerra é também a tentativa de apagamento da memória de guerra. A falta de monumentos é um bom exemplo para confirmarmos a ausência dos espaços de memória sobre esse episódio que atingiu de maneira brutal toda a sociedade moçambicana. Nesse momento de barbárie, as referências coletivas foram perdidas em face da lembrança da crueldade, o silêncio se impôs sobre aqueles que mais padeceram em meio à violência. “Abdicando do passado, perdendo a memória, parecemos que abdicamos também de saber quem fomos, rejeitando a possibilidade de saber quem somos, de virmos a ser algum dia” (CARDOSO, 2004, p. 9).

A intensa presença da história nas obras literárias de Moçambique foi uma das reflexões tratadas no segundo capítulo no item História, Oralidade e Política, desta dissertação. Perguntado sobre as razões desse desejo permanente de ter a história como referencial, Mia Couto avalia a situação da seguinte maneira:

A História tal como a conhecemos está quase sempre mal contada. Retiraram dessa narrativa a pequena história, oficializaram-na e manipularam essa memória do passado de acordo com o interesses de elites. A nossa obrigação é reconhecer que existem outras narrativas do passado e elas podem ser mais instigantes que esse texto solene que consta dos compêndios escolares (COUTO, 2006a, p.2).

Marcelo Caetano (2007) afirma que o texto literário amplia as concepções de história e realidade, conferindo-lhes novos sentidos, não se prendendo exclusivamente ao que

³⁵ O termo história oficial é usado para se referir às produções fomentadas pelo governo sobre a guerra civil, como obras científicas, as impressas e os manuais escolares.

oficialmente se diz sobre fatos e sobre os homens, vislumbrando mais do que aquilo que se vê. A ficção desprende-se do factual para, assim, poder dialogar com ele. Ao subverter a orientação unidirecional da ideologia dominante, a ficção tece ambigüidades, preenche vazios e resgata as práticas de resistência que foram silenciadas ou marginalizadas no discurso histórico, hegemônico. A ficção é instrumento de conscientização e resistência.

A partir dessa realidade de encobrimentos, a literatura se mostra como um importante espaço de ponderação sobre a guerra civil, torna-se fonte privilegiada de acesso aos imaginários e às representações do conflito. A ficção literária se apresenta como a “consciência” do fato, o seu significado ultrapassa as categorias estéticas e os signos linguísticos, é matéria para pensar o homem, a guerra e a sociedade. A literatura é uma forma de diálogo que possibilita o recordar, o guardar o sentido de uma época, de um povo, é a responsável pela catarse da guerra civil, pelo exorcismo dos fantasmas de um passado doloroso.

Os romances tornam-se uma forma de análise dos erros, transformam-se numa outra instância da memória da nação, ao revelar e questionar certa visão do país. As narrativas lançam mão da História como matéria narrativa, a partir da necessidade de conferir-lhe, novos sentidos. Revelam, assim deste fato uma preocupação com a correção e o redimensionamento, quer da memória, da história moçambicana, ou da própria identidade.

Em uma entrevista concedida a repórter Elisa Andrade Buzzo, publicada no Digestivo Cultural em 14 de setembro de 2006, Mia Couto faz a seguinte declaração, ao refletir sobre a guerra civil em Moçambique e o papel da literatura:

Uma coisa que me aflige, que me aflige muito, estes dezesseis anos de guerra, perdeu um milhão de pessoas e nós somos só dezessete milhões, portanto foi um momento sofrido um momento de luto. Nós ainda não fizemos o luto e de repente Moçambique esqueceu-se, se fores hoje a Moçambique ninguém fala do que passou. É uma esponja que passou ali, não há resquícios. E isso não é bom, isso significa que nós perdemos, que aquilo deixou de ser nosso, nós temos que ter acesso àquela memória. E os escritores podem ter aqui um outro papel ao escrever, ao abrir portas, ao fazer uma espécie de catarse sobre esse momento (COUTO, 2006b, p.4).

É importante considerarmos que nesse processo de inserção na realidade vivida, tomando muitas vezes a história como parâmetro, a intenção não é somente a de (re) contar o fato, mas também é de projetar um porvir, um futuro. Norberto do Vale Cardoso, em sua dissertação *Autognose e (Des)memória: Guerra colonial e Identidade Nacional e Lobo Antunes, Assis Pacheco e Manuel Alegre*, em que ele analisa a falta de memória nacional sobre as guerras de libertação em Portugal, por meio da literatura, dá-nos uma importante

contribuição, que é perfeitamente aplicável à realidade de Moçambique, ao considerar que uma das atribuições dessas narrativas está em

Realizar uma autognose, ou seja, preservar a memória, contar a guerra, contar o que é indizível. Contá-lo é enfrentar os nossos próprios fantasmas, é debater uma questão que temos conosco, é superarmos um remorso que não queremos admitir, mas que existe, e que é remorso de todos nós. Porque a guerra ainda não acabou, continua a travar-se na psique nacional. (CARDOSO, 2004, p.11).

A literatura produzida sobre a guerra civil moçambicana é uma forma de resistência social e de memória. Rememorar a guerra é uma tentativa de revisitar o passado e reescrever uma história diferente da história dita oficial, história essa em que o povo não se reflete e não se reconhece. Narrar, contar algo, está ligado ao desejo de conservar, de resguardar, de salvar o passado do esquecimento. As obras literárias de Mia Couto são pensadas neste estudo com monumentos às memórias individuais e coletivas, já que elas que resgatam do esquecimento a vivência de um povo castigado pelas intermináveis lutas.

Os romances que serão utilizados neste estudo são respectivamente: *Terra Sonâmbula*, *A Varanda do Frangipani*, e *O Último Voo do Flamingo*. Eles foram publicados em 1992, 1996 e 1999, respectivamente, e têm como um dos fios condutores das suas narrativas as consequências da guerra civil na sociedade moçambicana. É dos escombros desse conflito que surgem as histórias de Mia Couto, é a partir do olhar do autor que se vislumbra o cenário de morte e perdas irreparáveis trazido pela guerra, mas também a esperança, a perspectiva de uma nação unida e próspera. Esse exercício é feito por intermédio da memória, tomada como “campo móvel de significação, interpretação e experiência social de Moçambique” (MACEDO; MAQUÊA, 2007, p. 5).

Em relação aos três romances que formam as principais fontes deste estudo, Mia Couto confessa que, embora sem a intenção de instaurar um fim ou um princípio, teve a sensação de ter fechado um ciclo, uma trilogia. A respeito dessa constatação, a professora Vera Maquêa entende que as obras

Formam um conjunto que pode ser entendido como o motivo da guerra. O sentido dos sonhos de liberdade se transforma na confrontação com a situação real que se seguiu à independência. De todo modo, esses romances, ainda que tematizem os horrores da guerra, são sobre a capacidade de sonhar e de contar, abordando criticamente a necessidade de mudar e de não repetir os erros do passado, passado esse tão recente que ainda se pode sentir o seu cheiro e encontrar suas marcas à beira de uma estrada qualquer do país. (MAQUÊA, 2007, p.50).

Em *Terra Sonâmbula* duas narrativas de viagem se alternam: os capítulos – que narram a fuga permanente da guerra do menino Muindinga e do velho Tuahir –, e os cadernos – que narram as aventuras de Kindzu, o autor dos escritos que Muindinga acha em um automóvel queimado e passa a ler todos os dias. Cada capítulo é intercalado por um caderno, as narrativas se unem numa simbiose em que ambos se apóiam e os sentidos se completam. Tanto os capítulos quanto os cadernos são acumulações de mitos, rituais, histórias ouvidas, sonhadas ou inventadas, interagindo com uma visão mágica e sagrada da cultura moçambicana. Tudo numa relação de reciprocidade e interdependência entre o homem e a natureza, os vivos e os mortos, dentro de um tempo cíclico que implica um permanente retorno.

Mia Couto, nesse romance, retrata Moçambique no momento da guerra civil. Propõe uma crítica às identidades nacionais excludentes e questiona a desterritorialização espacial e cultural vivenciada por indivíduos, famílias e populações que foram separadas, massacradas e isoladas pelas guerras. Denuncia o sofrimento, as atrocidades, a morte e as perdas da população diante do absurdo em que está envolvida. O espaço percorrido na narrativa é o “território-nação” Moçambique, devastado pela guerra. A narrativa incorpora o movimento do dia a dia das coletividades das culturas “tradicionais”, e sua escrita é perpassada pela multiplicidade de histórias, lendas, mitos, rituais e sonhos.

A Varanda do Frangipani é um romance que gira em torno de uma investigação sobre a misteriosa morte do administrador de um asilo. Toda a narrativa é construída a partir de testemunhos e lembranças dos velhos que habitavam esse lugar. A obra é um espaço de memória, um grito de alerta à deterioração dos valores morais e humanos da sociedade. Como nos lembra Ana Mafalda Leite (2003), essa obra retrata um país fracionado na perplexidade dos novos tempos, em que a miséria se sustenta do ganho fácil e da despersonalização cultural, mostra também as tradições, crenças e religiosidades presentes no dia a dia dos indivíduos.

Há no romance, um conflito palpável entre os novos valores ocidentais, que se centram na alfabetização, na modernidade e na racionalidade; e os valores ditos “tradicionais”, erguidos sobre mitos, cultos aos antepassados, o sobrenatural, a oralidade. É uma crítica à corrupção das pessoas envolvidas com o Estado, ao negócio da guerra e ao flagelo dos mais velhos. A narrativa alerta para o abandono dos idosos, que passaram a ser considerados empecilhos para a modernidade, tornando-se desconhecidos em seus próprios lugares. Seus saberes, construídos ao longo do tempo, deixam de ser importantes, não existe espaço para os mais velhos nos “novos” tempos.

O Último Voo do Flamingo é a obra que completa a trilogia romanesca de Mia Couto. Ela coloca em evidência a questão da oralidade, do sobrenatural, da sabedoria e experiência. Critica a corrupção vigente em Moçambique no pós-guerra. É uma história que expõe o “outro”, aquele que não entende as dinâmicas das sociedades locais, que pode ser o estrangeiro (representado pelo inspetor da ONU), ou alguém da terra (representado pelo tradutor), que se sente desenraizado em seu próprio país. A narrativa se passa na vila de Tizangara, metonímia de Moçambique, quando misteriosamente soldados das Organização da Nações Unidas (ONU) explodem sem deixar nenhum resquício da provável morte, exceto pelo pênis intacto encontrado. As investigações para apurar o ocorrido levam o inspetor italiano da ONU a um mergulho na realidade da vila.

Em *O Último Voo do Flamingo* problematiza-se a instabilidade na qual está mergulhado o povo moçambicano. A corrupção em todos os níveis de poder, as injustiças sociais, o racismo, a subserviência perante o estrangeiro, a perplexidade diante das mudanças sociais, o desrespeito pelos valores tradicionais, a despersonalização, a miséria e a precipitação da morte. Como sublinha Leite, “Critica a ausência de valores éticos e morais, a perda da memória e da dignidade, a corrupção mais ou menos generalizada” (2003, p.67). Faz uma denúncia em relação aos graves problemas das minas terrestres colocadas durante a guerra e o desvio de dinheiro dos projetos de desminagem.

As obras tomadas para este estudo são revestidas de um tom testemunhal, pois o autor vivenciou o momento histórico sobre o qual discorre. As narrativas são um retrato literário da guerra e de suas consequências, uma “revisão histórica” de algo ainda não bem explicado ou digerido. Todas essas questões são abordadas dentro de uma perspectiva memorialística, que busca, na compreensão do passado longínquo ou próximo, um direcionamento para compreender o presente e/ou projetar o futuro. Gilberto Velho fala com propriedade da relação entre memória e projeto:

O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado a vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade. Ou seja, na constituição da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a memória e o projeto individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória. (VELHO, 1994, p.32).

As críticas presentes nas obras são uma tentativa de análise dos erros, de reestruturação e de ressignificação das identidades “sacudidas” pelas guerras. A memória, ao retornar no tempo, resgata os murmúrios, os sopros que restam de uma vivência. Antes do

silêncio se impor, tenta-se resgatar as vozes que estão à beira de extinguirem, prima-se, portanto, para o fato de que é necessário testemunhar, falar, superar o mutismo para que o acontecido não deixe de existir.

Cada um dos romances apresentados tem suas particularidades e semelhanças, porém, todos se unem em torno da temática da guerra, seja para narrá-la, rememorar-la ou denunciá-la. As suas diferenciadas histórias se conectam para representar a perspectiva dos vencidos, das pessoas que durante anos foram massacradas pelas guerras. O que se segue a partir daqui não é uma tentativa de sensibilização ou de mostrar pura e simplesmente as tragédias vivenciadas. Mas, sim, uma tentativa acadêmica de compreender o que e de que maneira a literatura produzida por Mia Couto representa os sentidos de um povo e trata da dimensão humana e histórica da guerra civil moçambicana.

3 . As Experiências da Guerra Entrelaçadas pelos Fios da Memória

Os romances de Mia Couto tomados para este estudo são escritos entre 1992 e 2000. Neles, o autor busca refletir sobre Moçambique após a independência e fundar uma narrativa compromissada com as consequências e com a memória da guerra civil. A elaboração das narrativas dos romances gira em torno da exposição das memórias de um grande trauma nacional. Os discursos constituem lembranças e esquecimentos, instituem recordações por vezes embaraçadas, confusas, dinâmicas, fluidas e fragmentadas. O autor constroi uma trama que possibilita rememorar o ocorrido, em busca de sentidos para o presente e de projetos para o futuro.

Segundo Eduard Said (1994), a inovação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste mesmo que sob outras formas. Há uma “presentificação” do passado à medida que ele atua de forma contundente e permanente no desenvolvimento do presente. Essa característica de permanência é em razão da falta de compreensão, aceitação e gnose do que se passou.

Ter a memória como um processo de construção e reconstrução das condições sociais no tempo, é levar em conta que ela é uma forma de representação da experiência vivida ou herdada do passado. Cabe, aqui, mencionar a importância dos conceitos de “espaço de experiência e horizontes de expectativas” de Koselleck (2006), para perceber a relação que desempenham os sujeitos envolvidos na tessitura das tramas no processo de rememoração.

Observar essa relação significa reconhecer na memória a possibilidade de criar, recriar e selecionar o passado no presente.

O fato de o autor nem sempre se remeter a situações que dizem respeito ao tempo da escrita reflete a sua intencionalidade em elaborar uma representação da guerra civil, fundar uma memória do conflito e documentar as experiências do vivido. Essas características não se restringem somente a Mia Couto em Moçambique, não é um caso isolado na história,³⁶ é muito comum que a literatura como arte da expressão humana seja pioneira em lidar com momentos de contingência. O poder da narrativa literária ameniza dores e torna mais fácil relatar os traumas sociais, a história nem sempre está preparada para esse tipo de empreitada. Patrick Chabal (1994) fornece um importante direcionamento ao concluir que, na África, muitas vezes a história é escrita antes pela literatura para depois passar para os manuais históricos.

Pode-se explicar essa situação em parte pela urgência de uma reescrita da história, em parte pela liberdade de criação da literatura. Ainda que o escritor faça uso de documentos históricos, a sua maior inspiração ainda é o seu tempo, o seu mundo e sua gente. No movimento de libertação, conforme foi abordado no capítulo anterior, a literatura foi um importante instrumento de comunicação entre os combatentes e a população local. Com a independência e a guerra civil, as aspirações são outras, não se luta pela libertação do colonizador, mas pela edificação de uma nação. O discurso do autor propõe outra possibilidade de pensar a nação³⁷, que envolve o antigo e o novo, a modernidade e a experiência, numa confluência híbrida, mestiça.

Constituir uma escrita fundada a partir das experiências da guerra civil é promover uma reflexão sobre a direção em que o país caminhava. É a partir das ponderações do ocorrido e da exposição das feridas que a nação poderá promover a sua autognose e finalmente caminhar adiante. Mia Couto não fala da guerra dos beligerantes, estes escreveram suas próprias versões: ele conta sob a perspectiva das populações locais que sofreram as violências provocadas pelo conflito armado. O seu testemunho não é de quem viveu o horror da guerra na pele, mas de quem teve a sensibilidade de direcionar o olhar para aqueles que não eram vistos. Os livros literários usados neste trabalho talvez não sejam as melhores fontes, mas ainda são, a meu ver, por enquanto, as mais fidedignas.

³⁶ Paulínia Chiziane, escritora moçambicana, publicou importantes romances que abordam o mundo feminino na sociedade moçambicana. Suas narrativas também trazem representação da guerra civil.

³⁷ Este assunto será melhor tratado no capítulo IV.

Lembrar é fundamental para a identidade humana, funda-se nas experiências passadas acumuladas e transformadas durante a vida. Projetar o futuro inclui operações complexas de memória. Assim, não é apenas o vivido que povoa a memória, mas também o imaginado, a perspectiva do futuro e a lembrança do passado. Sem lembranças, perderíamos o sentido do que somos, de quem somos, não seria possível construir o que quer que fosse. O sentido de humanidade está ligado à capacidade de reconhecimento de si mesmo, sem o qual não se poderia reconhecer o outro, e os homens não poderiam se reconhecer. A capacidade de lembrar, de rememorar, de sentir saudade, de reviver alegrias e tristezas, de contar aquilo que vivemos. Tudo isso se relaciona ao fenômeno da memória, sem a qual a vida humana não se distinguiria de outra parte da natureza.

Ao analisar os romances, percebe-se que o autor cria personagens que invocam a memória e experiências. O desejo deles é mostrar de que maneira são atingidos pela violência que se instalou no seu cotidiano. Anseiam por um momento em que as lembranças possam aflorar e que suas histórias dentro da história possam ser tributárias de sentido. A necessidade de explicar a situação do presente faz com que o processo de invocação contribua para uma percepção das mudanças sociais, econômicas e culturais, fato que reforça a memória coletiva na (re) elaboração de seu passado com um olhar do presente.

Concebo a literatura como espaço de memória. Para tanto, apoio-me no conceito de “lugar de memória” proposto por Pierre Nora (1993), segundo o qual esses espaços (material ou simbólico) teriam a função de bloquear o trabalho do esquecimento ao cristalizar e transmitir as lembranças. Ao refletir sobre os lugares de memória, remetemo-nos ao silêncio do Estado em relação à guerra civil moçambicana, que fora tratada pelos governantes como guerra de desestabilização. A memória oficial não se fixa nesse momento histórico, ele é tido como mais uma etapa da história de Moçambique, não se dispensam grandes atenções ao fato. O próprio Estado encabeça um processo de apagamento, de desmemória na sociedade, nada se fala, nada se diz, um silêncio planejado e consentido se instala, a memória da guerra é confiscada. Enrique Serra Padrós, em seu artigo *Usos da memória e do esquecimento*, estabelece o conceito de memória confiscada:

É uma idéia síntese que caracteriza a tentativa de expropriação do passado e a imposição de um novo corpo de valores e idéias que se colocam, conflitivamente, contra a memória e a interpretação do passado anteriormente existente, no sentido de purgá-los e manipulados em benefício do novo poder estabelecido (PADRÓS, 2001, p. 7).

Conforme definiu Pollak (1992), tratar a memória como um dos recursos utilizados como estratégia nas relações de poder, é levar em conta que esquecimento e silêncio não significam ausência de memória, pois só se esquece o que já foi importante registrar. Assim, silêncio e esquecimento são formas controladas de memória, são reveladores de mecanismos de manipulação da memória coletiva. “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (POLLAK, 1989, p.5).

Em todas as obras tomadas como fonte para este estudo, o autor fez referências ao desejo de não lembrar do passado, de não recordar. Mia Couto dá visibilidade aos que sofreram na guerra, dando vida aos personagens e atribuindo a eles características, sentimentos da gente comum que foi maltratada pela guerra. Espinheira pontua que “toda memória revela também o esquecimento. O esquecido é o que não tem nome, é o que está no reino da morte, mas é o que dele retorna quando chamado, nomeado” (1994, p.68). E como um morto, é preciso enterrá-lo. Como explica o tradutor de *O Último Voo do Flamingo*, “É que preciso livrar-me destas lembranças como o assassino se livra do corpo da vítima” (COUTO, 2005b, p.9).

No jogo do lembrar e do esquecer, fica-se entre dois tempos e dois espaços cruzados: o ontem e o hoje; a referência se volta para o vivido e experimentado subjetivamente. Essa polarização nos confronta com a diluição do tempo num paradoxo em que o passado se converte em presença no seio do momento em que a vida deflagra. Tal momento seria traduzido por Benjamin (1994) como um tempo saturado de “agoras”. Parte um do outro, esses pares de elementos se informam e se constituem mutuamente. Domingos Mourão, o personagem de *A Varanda do Frangipani*, representa a relação conflituosa entre o lembrar e o esquecer, “E agora me deixe só, inspector. Me custa chamar lembranças. Porque a memória me chega rasgada, e em pedaços desconstruídos. Eu quero a paz de pertencer a um só lugar, eu quero a tranquilidade de não dividir memórias” (COUTO, 2007b, p.53).

O desejo do esquecimento também está presente em *Terra Sonâmbula*, o lembrar é tido como uma ação dolorosa. A lembrança figura como uma espécie de maldição da qual todos querem se libertar. O próprio Muindinga, um dos personagens centrais não tem memória, não se lembra de nada de sua vida. A explicação para essa falta de recordação é dada pelo velho Tuahir, que acompanha o garoto em sua permanente busca, da seguinte maneira:

O miúdo tinha sido levado ao feiticeiro. O velho lhe pedira para que tudo fosse retirado da cabeça dele.

– Pedi isso por causa é melhor não ter lembrança deste tempo que passou. Ainda tiveste sorte com a doença. Pudeste esquecer tudo. Enquanto eu não, carrego esse peso... (COUTO, 2007a, p.125).

Negar a realização do trabalho de lembrança, optando entre lembrar e não querer contar, querer lembrar e não poder contar, lembrar e optar por não dizer, recordar para si e não para o outro, ou não poder recordar, é criar uma amnésia individual ou coletiva, ocultando ou escondendo lembranças, traumas, impressões. Em contextos nos quais as experiências são críticas e traumáticas, verifica-se, no sujeito, a capacidade de atribuir às imagens um lugar próprio, em que as recordações ficam mergulhadas entre os silêncios e os esquecimentos da memória. Pensar nesse tipo de ação dos sujeitos é reconhecer que memória, esquecimento e silêncio são indissociáveis, e que operam no caráter de seleção e manipulação da própria memória.

Em outras passagens de *Terra Sonâmbula*, precisamente no início e no final dos cadernos que Kindzu escreve, e que acompanham a viagem do menino Muindinga, que todas as noites lê aquelas páginas cheias de testemunho e lembranças, existe uma tentativa de registrar uma memória na ânsia de se libertar dela. A escrita em si é uma forma de purgação, é por meio dela que o personagem deseja se livrar do peso do vivido. O menino escreve para que questões mal resolvidas do passado não sejam esquecidas e de alguma forma sejam resolvidas. Nos trechos que se seguem, escritos por Kindzu em seus cadernos, essa intencionalidade é bem evidente.

Quero por os tempos em sua mansa ordem, conforme esperas e sofrências. Mas as lembranças desobedecem, entre a vontade de serem nada e o gosto de me roubarem do presente. Acendo a estória, me apago a mim. No fim desses escritos, serei de novo uma sombra sem voz.” (COUTO, 2007a, p.15).

Não quero lembrar nada [...]

É isso que desejo: me apagar, perder voz, desexistir. Ainda bem que escrevi, passo por passo, esta minha viagem. Assim escrita estas lembranças ficam presas no papel, bem longe de mim. (COUTO, 2007a, p.199-200)

Nos romances, a memória é uma estratégia narrativa que, por um lado, estrutura o texto com artificios que “recuperam” a história; por outro, joga com o esquecimento, com o não pertencimento. Se o passado, mesmo se tocando em seus traços concretos, não pode ser recuperado, ele pode ser imaginado, silenciado ou projetado tanto quanto o futuro, que nas negociações com o presente cria novas temporalidades.

Recoberto de significações novas que interagem constantemente com a experiência vivida, o passado se apresenta como uma referência de diálogo com os erros e acertos do passado, que não se extingue em julgamento ético ou moral. A memória dos personagens se organiza em torno da restauração de um espaço para sonhar, para criar um mundo que ainda não existe. Algumas experiências não deixam sinais materiais, mas sim lembranças, sentimentos e traumas. Então a memória precisa ser traduzida. Traduzir a memória implica visitar o passado, muitas vezes inventá-lo e mesmo traí-lo. A memória deixa de ser uma construção somente voltada para o passado e passa a ser uma construção contaminada pelos sentidos do presente.

O autor ao resgatar memórias, traz referências que se localizam na fronteira entre história e mito. Mia Couto nos fala dos Naparamas, figuras que fazem parte da parte do imaginário da guerra civil. Consistem, nos verdade, em homens que se reuniram para lutar no conflito em favor da população civil, não tomaram parte nem da RENAMO, nem da FRELIMO, qualquer um dos soldados dessas frentes, seja de um lado seja do outro, era considerado inimigo. Os Naparamas fazem parte do imaginário coletivo do povo moçambicano, algumas pessoas chegam a duvidar da verdadeira existência desse grupo. A melhor definição de quem seriam os Naparamas oferecida por Mia Couto:

Eram guerreiros tradicionais, abençoados pelos feiticeiros, que lutavam contra os fazedores da guerra. Nas terras do Norte eles tinham trazido a paz. Combatiam com lanças, zagaias, arcos. Nenhum tiro lhes incomodava, eles estavam blindados, protegidos contra balas (COUTO, 2007a, p.26).

Em *Terra Sonâmbula* é o sonho de se tornar um desses guerreiros que conduz o jovem Kindzu à sua viagem. Cansado das injustiças, sai de sua vila e inicia uma jornada de errância pelo país em busca dos Naparamas. Em sua jornada o jovem se depara com os horrores provocados pelos conflitos e torna-se testemunha deles. Marina Padrão Temudo, em seu artigo *Campos de batalha da cidadania no Norte de Moçambique*, faz uma breve menção aos Naparamas, mostrando como a organização desse grupo descentraliza a questão da referência ao mágico, muito usada pela RENAMO:

O monopólio da “guerra dos espíritos” detido pela RENAMO e a sua auto-atribuída superioridade mágica foi finalmente desafiada com a criação dos Naparamas. A suposta invencibilidade deste grupo independente de agricultores - que lutava apenas com armas brancas, como catanas – resultava de um ritual de vacinação que os protegia contra as balas (TEMUDO, 2005, p. 35).

Outro bom exemplo que se pode destacar em relação à visão particular que a literatura proporciona diz respeito aos refugiados de guerra, aos campos de acolhimento e à situação desoladora que as pessoas enfrentavam nesses locais. Mais uma vez é *Terra Sonâmbula* que proporciona essa apreciação. A própria história inicia com o velho Tuahir e o garoto Muindinga saindo de um campo de refugiados. Os deslocados de guerra são retratados pelo autor como sujeitos perdidos no tempo, sem referencial e com pouca esperança, usados como massa de manobra pelos políticos locais.

Naquele lugar, a guerra tinha morto a estrada. [...] aqui o céu se tornara impossível. E os viventes se acostumaram ao chão, em resignada aprendizagem da morte [...] A estrada que agora se abre a nossos olhos não se entrecruza com outra nenhuma. [...] Um velho e um miúdo vão seguindo pela estrada. Andam bambolentos como se caminhar fosse seu único serviço desde de que nasceram. Vão para lá de nenhuma parte, dando o vindo por não ido, à espera do adiante. Fogem da guerra, dessa guerra que contaminara toda a terra (COUTO, 2007a, p.9).

No sexto caderno do romance, quando Kindzu sai do barco e retorna para a vila de Matimati em busca do filho de Farida, ao se aproximar do lugarejo constata surpreso que aquele era um local pequeno e que as casas estavam mais inteiras do que as da sua vila. O personagem observa um grande aglomerado de pessoas e reflete: “Havia, no entanto, excessivos de refugiados. Dormiam nas ruas, nos passeios. Por todo o lado, se viam corpos estendidos, esteirados ao sol” (COUTO, 2007a, p. 104). Essa é uma das tristes realidades que a guerra provoca, o êxodo das áreas rurais em direção às cidades em busca de refúgio (Ilustração1), assunto já trabalhado no início deste capítulo.

Os campos de refugiados, efetivamente, também estão representados em *Terra Sonâmbula*. É Kindzu, que estava em busca de Euzinha, tia de Farida, quem apresenta esse triste lugar, onde as pessoas abandonavam suas casas, famílias, terras e vidas e passavam a viver para se protegerem dos ataques das forças rivais. Fugiam dos soldados que incendiavam as casas, destruíam celeiros, roubavam os animais, matavam os homens e sequestravam as crianças. Na história de Mia Couto, o jovem descreve o campo de refugiados da guerra da seguinte maneira:

“De facto era coisa de pasmar a tristeza. O Centro se espalhava como ruínas da própria terra, castanhas da cor do chão. Aquela gente dormia ao relento, sem manta, sem côdea, sem água. Se cobriam com cascas de árvores, vegetantes cheios de poeira.” (COUTO, 2007a, p.182).



Ilustração 1 - Pessoas saindo de suas vilas em direção aos campos de refugiados.
 Fonte: MAZULA, Brasão. *Moçambique 10 anos de Paz*. Maputo, CEDE, 2002.

Kindzu continua com o relato de suas impressões, observando que à noite “Ninguém dormia nas casotas. Todos se encaminhavam para buracos escavados nos arredores do campo. As casotas eram um disfarce para desviar a atenção dos salteadores” (COUTO, 2007a, p. 185). “Este campo de refugiados costumava ser atacado. Os bandidos sempre raptavam as crianças” (COUTO, 2007a, p. 184). Esse ambiente, aos olhos do jovem, era um lugar de tristezas e escuridão, onde as pavorosas chagas da guerra se expunham e saltavam aos olhos.

Recorro mais uma vez a Temudo (2005) para refletir sobre a questão dos refugiados de guerra, apresentada por Mia Couto. A estudiosa alerta para o fato de que tanto a RENAMO como a FRELIMO controlaram esses campos e que ambos eram atacados pelos exércitos opostos. O cenário era desolador, os indivíduos de diferentes grupos sociais tinham que dividir um pequeno espaço, e não havia qualquer condição para sua auto-sustentabilidade. O resultado foi a fome e a proliferação de diversas doenças, contribuindo ainda mais para os já elevados índices de mortalidade. A autora ainda fala das condições de vida dessas pessoas. (Ilustração 1)

Durante a guerra vestiam-se com fibras de casca de árvores – como nos tempos “antigos” -, que também são usadas como recipiente no armazenamento das leguminosas de grão e do arroz. Nas palavras de um agricultor da FRELIMO, que uma vez observou a chegada de um grupo de “recuperados” (gente capturada pelo exército durante as *raids*) à cidade de Cuamba: “estavam vestidos com cascas de

árvores e tão sujos que nem pareciam gente – estavam à maneira” (TEMUDO, 2005, p. 41).



Ilustração 2 - Campo de refugiados em Moçambique durante a guerra civil.
Fonte: MAZULA, Brasão. *Moçambique 10 anos de Paz*. Maputo, CEDE, 2002.

O fim da guerra civil, em 1992, não denotou o fim dos problemas enfrentados pela população em geral. A economia havia sofrido uma acentuada regressão, principalmente pela inviabilidade da prática da agricultura em muitos campos, já que as populações tinham fugido do confronto, ou porque as terras estavam cheias de minas. A infraestrutura do país também estava comprometida. Portos, pontes, estradas, linhas de ferro, que consistiam um dos principais mecanismos de chegada aos portos para exportação, foram destruídos pelas minas ou interditados pelo perigo de sua existência.

As minas foram utilizadas tanto pelo governo da FRELIMO como pelos rebeldes da RENAMO em zonas como quartéis militares, cidades e aldeias, fontes de água ou eletricidade, linhas de alta tensão e barragens, assim como em estradas, caminhos e trilhos, nos arredores das pontes e linhas ferroviárias. Muitas das minas em Moçambique foram colocadas ao redor de pontes e túneis para evitar que fossem atacadas por pessoas com a intenção de os fazer explodir (LANDMINE, 2000, p. 4).

As minas certamente foram e são um dos mais graves problemas enfrentados por Moçambique no pós-guerra civil³⁸. Foram espalhadas por todo o território desde a guerra colonial, acentuando-se na guerra civil, contudo não há mapas com a localização exata desses artefatos, o que torna o processo de retirada desse material bélico mais difícil, expondo a sociedade civil aos perigos de explosão. As maiores vítimas dessas armas são pessoas que vivem na zona rural, especialmente as crianças. O processo de desminagem iniciado logo após o fim dos conflitos tem-se realizado lentamente. Isso deve em parte à falta de recursos nacionais e mão de obra especializada, fazendo com que o programa dependa quase que exclusivamente de ajuda financeira e de especialistas internacionais para executar os projetos. Outro fator que contribui para a morosa desminagem é a corrupção, que desvia as verbas dos programas (Ilustração 3).

³⁸ Ver ANEXO D página 172, Tabela do número de vítimas de minas terrestre em Moçambique por província nos anos de 1998 e 1999.



Ilustração 3 - Criança vítima de mina em Moçambique.

Fonte: MAZULA, Brasão. *Moçambique 10 anos de Paz*. Maputo: CEDE, 2002.

A problemática que envolve as minas está presente em *A Varanda do Frangipani*. A história se passa em uma antiga fortaleza colonial, transformada em asilo, cercado, de um lado, por rochas junto ao mar, e do outro, rodeado de minas, ninguém podia entrar ou sair a não ser de helicóptero. A situação isolava os velhos da sociedade, criava um mundo paralelo, simbolizando o lugar de esquecimento que os antigos ocupam nessa sociedade. Por outro lado, servia de refúgio, de proteção de uma sociedade que já não valoriza o velho nem o mundo que ele representa. “A paz se instalara, recente, em todo o país [...] A fortaleza permanecia ainda rodeada de minas e ninguém ousava sair ou entrar. [...] só a velha Nãozinha, [...] mas ela era tão sem peso que nunca poderia acionar um explosivo.” (COUTO, 2007b, p. 20).

Mas é certamente em *O Último Voo do Flamingo* que a difícil situação das minas em Moçambique aparece de maneira mais clara. O enredo é construído a partir de explosões que matam soldados da ONU. O romance representa a vida de uma comunidade totalmente condicionada pela possibilidade de os explosivos serem acionados. Passam a conviver com a restrição dos lugares por onde ir ou os que devem evitar, aprendem a pisar em terras onde as minas foram “semeadas”. Afinal, como disse Temporina a Massimo, “Saber pisar nesse chão é assunto de vida ou morte” (COUTO, 2005b, p.68). Em entrevista a Jonas Furtado da Isto É Independente Mia Couto faz a seguinte declaração sobre o problema das minas em Moçambique:

Circulo pelas zonas rurais e esse terror de algum dia pisar em uma mina está presente de maneira intensa. Sei o que é ter esse medo. Nós não sabemos exatamente quantas minas terrestres ainda temos. Mas o número oficial provavelmente é maquiado, porque a desminagem é um negócio (COUTO, 2006c, p.4).

Em tom de crítica, ao revelar o desmantelamento do “negócio da desminagem” que desviava as verbas destinadas a esse fim, o autor, a partir da voz do padre Muando, considera que a morte dos soldados da ONU tenha desmontado o esquema devido ao fato de que “Se atraíram atenções indevidas. A verdade das minas pedia provas de sangue nacional. Nada de hemorragias transfronteiriças” (COUTO, 2005b, p. 196). Em outra passagem do mesmo romance, está presente mais um relato de morte provocada pelo acidente com uma mina: “O moço explodira. Desta vez, porém, era uma explosão real, dessas a que a guerra já antes nos havia habituado. Tão simples quanto cruel: o moço pisara uma mina e suas pernas se separaram do corpo como um esfarrapado boneco de trapos” (COUTO, 2005b, p. 143). “Saber pisar neste chão é assunto de vida ou morte” (COUTO, 2005b, p. 68).

O Último Voo do Flamingo nos proporciona também uma crítica à atuação das forças de paz da ONU em Moçambique, após o fim da guerra civil. A preocupação de Mia Couto nessa narrativa não está no desempenho militar dos soldados, mas na forma como eles se relacionam com a população local. Sua crítica está direcionada para o espírito de opulência dos militares diante dessa população local. “Já tinham chegado os soldados das Nações Unidas que vinham vigiar o processo de paz. Chegaram com a insolência de qualquer militar. Eles, coitados, acreditavam serem os donos de fronteiras, capazes de fabricar concórdias.” (COUTO, 2005b, p. 10).

A questão da incompreensão das culturas locais também é tratada por Mia Couto, a partir da figura do inspetor italiano da ONU, que chega a Tizangará para investigar a

explosão de soldados que estavam atuando na missão de paz. É necessário que um tradutor de mundos o acompanhe, pois ele não compreende aquelas pessoas e suas crenças. Nada faz sentido para um homem que tenta compreender as particularidades locais com um olhar ocidental. A certa altura do romance, o investigador desabafa: “Eu posso falar e entender. Problema não é a língua. O que eu não entendo é este mundo aqui” (COUTO, 2005b, p. 40).

Pode-se pensar que esse tradutor de *O Último Voo do Flamingo* opera a partir do sentido de tradução cultural conceituado por Bhabha (1998). Ele, sendo um sujeito híbrido, pós-colonial, está inserido numa dimensão cultural marcada pelos deslocamentos, são incompreensíveis para o outro, no caso o italiano. A falta de domínio dos sistemas de referência da cultura que estão imersos apavora o estrangeiro, pois ele não consegue transcender a sua própria perspectiva cultural, e acaba por estabelecer um juízo de valor ao tomar o outro com incompreensível.

É interessante perceber que Mia Couto não representa, em nenhum momento do livro, qualquer tipo de estranhamento da comunidade local quanto ao estrangeiro. Quando algum personagem faz uma referência ao estrangeiro, quase sempre é de maneira irônica ou a partir de uma conversa “pedagógica” em que se pretende ensinar o “outro” sobre o “eu”. Esse fato nos remete a Frantz Fanon (2005), quando argumenta sobre a relação irônica estabelecida entre o colonizador e o colonizado.

As críticas do autor são ainda mais enfáticas em relação ao envolvimento pessoal dos soldados com as mulheres das comunidades locais. Denuncia o fato de que muitas ficaram grávidas e foram deixadas para trás, tendo de criar os filhos por conta própria. O repúdio a tal situação é claramente manifestado na obra. No romance, o único órgão que fica intacto com a explosão dos soldados é o pênis. O órgão sexual masculino é a única prova dos crimes e o maior mistério, afinal, porque só ele e o capacete da ONU permanecem no local das explosões. O feiticeiro da localidade, Zeca Andorinho, dá uma explicação ao inspetor para os motivos da feitura de um suposto feitiço que fazia os soldados explodirem:

Fazia esse feitiço por encomenda dos homens de Tizangara. Ciúmes dos locais contra os visitantes. Inveja de suas riquezas, ostentadas só para fazer suas esposas tontarem. Carecia-se de castigo contra os olhares compridos dos machos estrangeiros. Sobretudo, se fardados de soldados das Nações Unidas (COUTO, 2005b, p.146).

Alguns dos assuntos até aqui tratados nos remetem ao tempo da guerra e ao sofrimento da população que se encontrava em meio aos tiros cruzados de duas forças inimigas. Muitos dos dados apresentados padecem de maior aprofundamento, estudo, e

pesquisa. Para muitas das questões que eu gostaria de tratar, não encontrei referências em trabalhos de ciências humanas, como por exemplo, a convivência entre os soldados da ONU e a população local. Esses indícios só foram encontrados por mim nos romances. Mais uma vez a literatura opera historiograficamente, não deixando o ocorrido se apagar, apontando para outras possibilidades, outros objetos de investigação.

É importante ressaltar o papel fundamental da Organização das Nações Unidas (ONU) para o início da paz em Moçambique (Ilustração 4). Sua presença foi fundamental em um ambiente onde as desconfianças eram recíprocas. No relatório do tenente-coronel Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti, publicado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), consta o papel da ONU no processo de democratização e paz em Angola e Moçambique. Tece informações no que tange às especificidades da operação em cada país, os sucessos e insucessos, as dificuldades e o temor diante da ameaça de um retorno às armas. No caso específico de Moçambique, ele analisa a participação da ONUMOZ³⁹ da seguinte maneira:

Em Moçambique, a operação de paz da ONU (ONUMOZ) atuou no período 1992-94. Monitorou e verificou todo o processo eleitoral e proveu o necessário apoio logístico. As eleições foram conduzidas ordeira e pacificamente. A desmobilização das tropas governamentais da Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO) e da guerrilha, Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), foi substancialmente concluída. O acordo geral de paz assinado pelos líderes moçambicanos da FRELIMO e da RENAMO, em 1992, sob supervisão da ONU, e implementado pelas Forças de Paz, orientou um ordenado final para a guerra. O desarmamento dos soldados da RENAMO, a integração de ambos os exércitos em um único e o sucesso das eleições, merecem destaque (CAVALCANTI, 2007, p. 4).

³⁹ Nome dado às tropas responsáveis pelo processo de paz em Moçambique.



Ilustração 4 - Força de paz da ONU em Moçambique.
 Fonte: MAZULA, Brasão. *Moçambique 10 anos de Paz*. Maputo: CEDE, 2002.

O autor ao tecer sua narrativa, busca, no momento da escrita, as representações da guerra, e a partir delas cria substâncias para edificar sua história, para torná-la plausível, imaginável. O autor concebe seu romance a partir da memória do que passou, mas também projeta um futuro e reflete um presente. Sua obra assume aspectos de denúncia ao apontar erros, dessacralizar heróis, por em xeque modelos de governo e políticos envolvidos em corrupção.

Mia Couto aponta realidades históricas em meio à sua criação ficcional, como referido anteriormente, sua literatura torna-se um monumento à memória da guerra e a seus desdobramentos. Luta contra os esquecimentos e parte em busca do que está silenciado, recalcado, e alerta para o porvir. Mas ela é também instrumento de denúncia, de alarde, para que mais uma vez o acontecido seja visto e lembrado. Nesse sentido, os romances tomados para estudo são construídos também como formas de revelar as injustiça que acometem ao povo e a nação. São espaços de denúncia.

A questão torna-se muito explícita nas três obras: *Terra Sonâmbula*, *A Varanda do Frangipani* e *O Último Voo do Flamingo*. Apesar de as narrativas fazerem referência a momentos diferentes (a guerra em curso, a transição, o pós-guerra), elas são estruturadas em torno de histórias de personagens que sofrem pelo descaso e pela corrupção que assola o país e as autoridades. As críticas são dirigidas aos que fazem a guerra, aos que controlam os governos e aos que deveriam fazer a paz.

Em *Terra Sonâmbula* o aspecto de denúncia não é observado somente quanto aos governantes. Mia Couto toca no assunto muito sensível, que é o desprezo e a intolerância racial aos estrangeiros. Essa prática foi muito comum em Moçambique no pós-independência, agravada na guerra civil. No romance citado a questão é tratada em dois momentos: primeiro, quando o pastor e professor Afonso, português, é assassinado e sua escola queimada. Posteriormente, o personagem Surendra, comerciante indiano amigo de Muindinga, é constantemente espezzinhado pela comunidade local, que o chamava pejorativamente de monhé. Ele e sua esposa são retratados em situações humilhantes. Essa situação se deve ao fato de que dentro do contexto de uma sociedade pós-colonial os indivíduos passam a associar o outro, o estrangeiro, com o sistema e o identificam como um explorador.

As maiores acusações presentes nos romances são direcionadas aos políticos e administradores. Eles foram retratados em *Terra Sonâmbula* pelo personagem Estévã Jonas, administrador local que desviava os donativos enviados aos refugiados e os revendia depois. Além disso, ele só distribuía o pouco que restava depois de uma cerimônia oficial, que tinha como fim a autopromoção. Na história, Kindzu se surpreende com a miséria dos campos de refugiados apesar de haver comida estragando: “Os bichos vazavam o armazém com gulas de gigante. Como era possível? Tanto alimento apodrecendo ali enquanto morriam pessoas às centenas no campo?” (COUTO, 2007a p. 188).

Em *A Varanda do Frangipani*, evidencia-se a corrupção a partir do tráfico de armas remanescentes da guerra civil. Toda a narrativa gira em torno da morte do administrador de um asilo, Vasto Excelêncio, que é assassinado misteriosamente. No final das investigações, o policial responsável, Izidine Naíta, descobre que o morto estava envolvido com a venda ilegal de armas, e usava o asilo como depósito. “Excelêncio escondia armas, sobras da guerra. [...] Até que, um dia, o helicóptero voltou. Vinha buscar armamento. Um grupo de homens fardados desceu do helicóptero e foi ao armazém. [...] passados nem momentos, se ouviram os tiros. Tinham morto Excelêncio.” (COUTO, 2007b, p.1 36-137). Ressalta-se que no início deste capítulo, tratou-se do problema de a ONUMOZ não ter dado a atenção necessária aos depósitos de armas, que, posteriormente, caíram nas mãos de criminosos, inclusive os da África do Sul.

Em *O Último Voo do Flamingo*, a polêmica sobre o desvio de verbas permanece, o administrador Estévã Jonas reaparece na figura de um corrupto: “[...] O administrador Jonas tinha desviado o gerador do hospital para seus mais privados serviços. Dona Ermelinda, sua esposa, tinha vazado os equipamentos públicos das enfermarias: geleiras, fogão, camas” (COUTO, 2005b, p. 18). Porém a questão mais enfatizada por Mia

Couto nesse romance é a denúncia do desvio de dinheiro destinado à desminagem de Moçambique. A narrativa, que parte da morte de soldados da ONU em misteriosas explosões, acaba por revelar uma rede de corrupção.

Parte das minas que se retiravam regressava, depois, ao mesmo chão. Em Tizangara tudo se misturava: a guerra dos negócios e os negócios da guerra. No final da guerra restavam minas, sim umas tantas. Todavia não era coisa que se fizesse prolongar tanto os projetos de desminagem. O dinheiro desviado desses projetos era fonte de receita que os senhores locais não podiam dispensar. [...]. Umhas mortes à mistura até calhavam, para dar mais crédito ao plano. Mas era gente anônima, no interior de uma nação africana que mal sustenta seu nome no mundo. Quem se ocuparia disso? (COUTO, 2005b, p. 196).

A corrupção envolvendo os projetos de desminagem é apenas uma página da complexa rede de desvio de dinheiro em Moçambique. Um relatório produzido pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) analisa o nível de crescimento, as formas e os setores onde a corrupção se instalou em Moçambique desde 1992. Esse relatório numera os principais setores que sofrem com essa prática, como saúde, educação, alfândegas, judiciário, executivo, legislativo, inspeções, partidos políticos. Aponta também os principais fatores que propiciariam a corrupção, dentre eles: domínio de um único partido e falta de controlo e fiscalização; fusão dos interesses políticos e econômicos da elite; norma jurídica limitada e impunidade por comportamento corrupto; crime organizado; falta de transparência e de acesso à informação; mecanismos de responsabilização inadequados; burocracia politizada e ineficaz; e legado social, com a ausência de uma cultura democrática.

O nível e o âmbito da corrupção em Moçambique atingiram níveis alarmantes e potencialmente representa um risco para a governação democrática nascente no país. A corrupção é tão endêmica que se tornou norma para os cidadãos e homens de negócios, os quais a toleram para conseguir que os assuntos sejam resolvidos e ter acesso aos serviços públicos básicos. Os funcionários do Estado de escalão inferior utilizam a corrupção como suplemento das suas magras receitas, enquanto que os funcionários de nível sênior recorrem à corrupção para aumentarem a sua riqueza e fortalecerem o poder político, enquanto que as elites econômicas utilizam-na para consolidarem a sua posição e impedirem a concorrência (FILLES, 2000, p.9).

O relatório prossegue com as seguintes afirmativas:

A corrupção no sector público em Moçambique tem consequências devastadoras na vida econômica, política e social do país. Ela afasta os investidores nacionais e estrangeiros, cria vantagens injustas para alguns e reduz as perspectivas para os pobres. A corrupção constrange a governação democrática, pois mina o processo judicial, desmantela o estado de direito e reduz a prestação de serviços públicos essenciais, em particular para os pobres. Penetra de tal forma no tecido social e cultural do país que parece que os moçambicanos estão resignados a viver com a

corrupção penetrante porque não vêem de que forma a podem evitar (FILLES, 2000, p. 9).

Dentro do exposto neste capítulo, pode-se constatar o aspecto transfronteiriço assumido pela literatura de Mia Couto. Os romances se apresentam como espaço de resistência, denúncia, contestação e memória. Com essa afirmativa, não pretendo desconsiderar o principal compromisso desse tipo de narrativa, que está no âmbito da arte, da ficção. Meu intento é mostrar que essas narrativas oferecem muito mais do que o prazer literário. Moçambique e sua história estão estampados nas páginas desses livros. O intento desse tipo de abordagem é perceber questões muito sensíveis que fazem parte da história da sociedade moçambicana.

A literatura está também direcionada para o presente e o futuro. São espaços discursivos onde o autor projeta expectativas, cria saberes e estabelece uma visão de mundo a partir de sua posição na sociedade. Essa particularidade possibilita uma conexão com os anseios de um dado momento. A guerra civil foi um divisor de águas em relação aos projetos políticos em Moçambique. Ela mudou a sociedade e toda a estrutura de pensamento sobre a nação, sobre a identidade nacional. Essa mudança foi percebida e representada pela literatura da época.

É a partir do discurso literário de Mia Couto que almejo inquirir sobre as representações da nação moçambicana em seus romances. O intuito é tentar compreender as formas como o autor incorpora essa nova forma de pensar a nação que se consolida com o fim da guerra civil. Não pretendo, contudo, apenas um “levantamento” das características discursivas literárias. O propósito é realizar uma comparação com o projeto de nação concebido e posto em prática pela FRELIMO e suas principais figuras: Samora Machel e Eduardo Mondlane. O objetivo é estabelecer as diferenças conceituais sobre a identidade nacional moçambicana presente em dois discursos: o oficial e o literário.

CAPÍTULO IV

FRELIMO, MIA COUTO E A IDÉIA DE NAÇÃO.

*Escrevo mediterrâneo
na voz do Índico
penso norte
no sereno azul
do coração a sul
sou
na praia do oriente
a areia naufraga do ocidente
(Mia Couto)*

1 . Sobre o Conceito de Nação

A fim de melhor compreender o conceito de nação, começaremos por recorrer às interessantes colocações de Ernest Renan, para quem uma nação só seria possível se houvesse, além de muito em comum entre seus indivíduos, o esquecimento de tudo aquilo que ressalta a diferença. Assim, enuncia: "O esquecimento, diria até o erro histórico, é um fator essencial na criação de uma nação" (RENAN, 1997, p.19). Vejamos, por exemplo, essa questão quanto à formação da população brasileira. Ao aceitar a ideia de que a união racial se deu pacificamente - o que corresponde a uma visão mais mítica do que histórica -, deve-se esquecer que essa união ocorreu, no plano político, sob violência e imposição de uma minoria europeia sobre um grande número de indígenas e, posteriormente, de negros africanos barbaramente arrancados de seu continente. Enquanto outras nações se gabam de uma suposta pureza racial, nossa nação proclama a miscigenação pacífica, uma suposta democracia racial, mas permanece o peso do estigma social sobre as minorias raciais excluídas. A nação se mostra, então, como uma estrutura de poder cultural, relevando aquilo que é importante ao seu discurso ou, ao contrário, apagando aquilo que não lhe é relevante.

Uma nação, contudo, não resulta somente de pontos em comum entre seus cidadãos ou de erros históricos. Pode-se concluir, ainda segundo Renan, que a "nação moderna é portanto um resultado histórico produzido por uma série de fatos que convergem para um mesmo ponto." (RENAN, 1997, p.20). Se partíssemos de critérios como língua, religião, raça ou divisão territorial para definir a nação, significaria tomar a questão a partir de um conceito reducionista. Para esse historiador francês, a nação seria, então, um "princípio

espiritual", constituído pela perspectiva de continuação, no futuro, da herança dada ao presente, pelo legado de um passado em comum.

Mais que união de pontos convergentes, porém a nação deve ser vista como dispositivo discursivo que apazigua elementos diversos em uma aparente unidade. Dessa forma, os vários grupos étnicos, classes sociais e gêneros que a constituem são representados como pertencentes à mesma identidade nacional, suprimindo as múltiplas identidades culturais que perpassam os membros de uma nação. Portanto, se o imaginário nacional instaura uma suposta igualdade entre esses membros, isso não se confirma no espaço real, onde as desigualdades entre as classes sociais não permitem que todos usufruam dos mesmos recursos; assim, esse conceito é construído ao longo do tempo de acordo com as representações nessa cultura nacional de sua nacionalidade. A identidade não só afirma o que sou, como também se afirma daquilo que não sou, lidando com a alteridade, mostrando que há identidades diferentes da minha.

De acordo com Antony Smith, em sua obra *A Identidade Nacional*, as nações e os nacionalismos devem ser compreendidos como fenômenos culturais e não apenas como ideologia ou forma política. O nacionalismo se relaciona com o conceito de identidade nacional de caráter multidimensional, que compreende sentimentos, símbolos e uma língua específica. A identidade nacional é encarada como um fenômeno cultural coletivo. É a identidade individual que vai compor esse coletivo, que, por sua vez, é formado por múltiplos papéis sociais e categorias culturais baseados em classificações de caráter móvel.

Para Smith o conceito de nação passa também por uma concepção espacial e territorial onde o povo e o território pertencem um ao outro. A terra possui um sentido histórico, ou seja, não é uma terra qualquer, mas é aquela que, junto com o povo, exerce influência mútua e benéfica sobre várias gerações. O território nacional deve também tornar-se autônomo. Um espaço regulado por leis, e instituições com um propósito político. Ressalta ainda que “Paralelamente ao crescimento de um sentido de comunidade política, podemos detectar uma consciência de igualdade legal entre os membros dessa comunidade.” (SMITH, 1997, p.24).

Esse mesmo autor constrói uma tipologia dos nacionalismos, que ele classifica de provisória, ao fazer a distinção entre nacionalismo étnico e nacionalismo territorial. Ele aponta essa diferenciação a partir da situação global em que se encontram as comunidades e movimentos particulares antes e depois da independência das colônias. Nas duas formas de nacionalismo encontram-se os movimentos pré-independência e os movimentos pós-

- independência. Para efeito deste estudo vou considerar somente a definição de nacionalismo territorial:

Movimentos de pré-independência: cujo conceito de nação é majoritariamente cívico e territorial, procurarão em primeiro lugar expulsar governantes estrangeiros e substituir o velho território colonial por um novo estado – nação; são os nacionalismos anticoloniais.

Movimentos pós independência: cujo conceito de nação continua basicamente cívico e territorial, procurarão unir e integrar, numa nova comunidade política, populações frequentemente díspares e criar uma nova “nação territorial” fora do velho estado colônia; são os nacionalismos de integração (SMITH, 1997, p.107).

Outro importante teórico que trabalha a questão nacional é Benedict Anderson, sua obra *Nação e Consciência Nacional* é sem dúvida alguma uma das mais importantes referências dessa temática. Segundo eles, a nação é uma comunidade política imaginada, e concebida por um companheirismo profundo e horizontal, um sentimento de comunidade e fraternidade, ela é vista como limitada e soberana. É imaginada por membros que nem sempre se conhecem, mas que criaram uma imagem de comunhão. Limitada porque possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. Nenhuma nação imaginada é coextensiva com a humanidade. Soberana porque os demais poderes estão subordinados ao poder de controle do Estado soberano.

Ao pensar a Nação, deve-se considerar que ela se constitui-se não apenas de uma organização política, mas - se não principalmente - de um sistema de significação cultural. "As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional." (HALL, 2004, p.49). Nesse sistema, segundo Bhabha, os discursos que narram a nação serão ambivalentes ideologicamente, por serem o produto de um processo histórico contínuo. Nesse processo acumulam-se produções, muitas vezes resultantes do calor da hora, o que se reflete no fato de serem transicionais, além de terem uma indeterminação conceitual e uma oscilação vocabular. Como acontece a uma pessoa, que ao se desenvolver precisa de fotos e documentos para se lembrar do tempo passado e ligá-lo ao presente, também acontece à nação. Porém, em ambos os casos, não mais se recupera a total consciência do decorrido, sempre há esquecimentos. Assim, a história é narrada conforme se esquece de certos acontecimentos, ao passo que se lembra de outros; essa seleção não deve ser vista como ingênua, mas como ideologicamente determinada.

Dessa forma, a identidade nacional surge justamente da narração que "por não poder ser 'lembrada', deve ser narrada." (ANDERSON, 1989, p.93). No entanto, as fronteiras culturais estabelecidas pela narração da nação serão vistas "como 'detentoras' de limiares de

significações que devem ser atravessados, apagados e traduzidos no processo de produção cultural." (BHABHA, 1998, p.56). A memória não é fixa, não produz um discurso definitivo, mas que se modifica da mesma forma que a nação no decorrer do processo histórico. Assim, cada contexto narrará à sua maneira a visão de nação, selecionando os fatos que lhe forem mais convenientes.

Como personagem da narração desses discursos nacionais, faz-se, então, fundamental a criação de mitos e heróis. Estes, por possuírem natureza polissêmica, podem servir às diversas elaborações ideológicas durante vários momentos e para vários fins. No entanto, o êxito ou não desses símbolos não pode ser atribuído somente à sua manipulação, pois depende de serem entendidos e partilhados por uma comunidade. Essa criação "ajuda as nações a desenvolver uma unidade de sentimentos e de propósito, a organizar o passado, a tornar o passado inteligível e encarar o futuro" (CARVALHO, 2003, p.398).

Neste estudo a contribuição de Homi Bhabha em seu texto *Disseminação* é adequada para pensarmos algumas questões referentes a nação moçambicana. Este autor se contrapõe as perspectivas cunhadas no século XIX que tomam a nação como uma narrativa unitária, com uma idéia unidimensional da cultura, construídos arbitrariamente com discursos monolíticos que privilegia a coesão nacional numa dimensão metonímica. Bhabha ao contrário procura pensar a nação a partir de suas margens: as vivências das minorias, os conflitos sociais, o arcaísmo chocando-se com o moderno. Trata-se, em suas palavras, do questionamento da visão homogênea e horizontal associada com a comunidade imaginada de nação. Neste mesmo texto é discutido o caráter performativo da apropriação singular do nacionalismo. Só a nação porque há apropriação, e toda apropriação é uma quebra de sentido; logo uma quebra de coerência narrativa. Para Bhabha,

No lugar da polaridade de uma nação prefigurativa autogeradora "em si mesma" e de outras nações intrínsecas, o performático introduz a temporalidade do entre – lugar. A fronteira que assinala a individualidade da nação interrompe o tempo autogerador da produção nacional e desestabiliza o significado do povo homogêneo. O problema não é simplesmente a "individualidade" da nação em oposição à alteridade de outras nações. Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população. N nação barrada Ela/própria [...], alienada de sua autogeração, torna-se um espaço limiar de significação, que é marcado internamente pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural (BHABHA, 1998, p.209-210).

Em cada momento histórico haverá uma "idéia de nação", uma escolha daquilo que será incluído ou não no hall das histórias e dos heróis nacionais, decisões que por sua vez

vão influenciar na construção da identidade nacional. Os símbolos da união nacional serão exaustivamente explorados. Talvez isso explique porque a guerra civil (símbolo da divisão do país) seja pouco lembrada oficialmente e não se construam monumentos à sua memória. O fato é que se pode perceber que o evento guerra civil modifica a narrativa sobre a nação moçambicana, e o que desejo demonstrar são as diferentes formas que a nação foi pensada, antes da guerra, com o projeto da FRELIMO, e depois da guerra, com as representações presentes nas narrativas de Mia Couto.

2. A Identidade Cultural

Falar de identidade cultural evoca a abordagem não apenas de sua compreensão como conceito, mas também de outros temas que estão fortemente ligados à questão e permitiram que a identidade cultural fosse observada como categoria central de análise. A identidade é compreendida como culturalmente formada e, por sua vez, está ligada à discussão das identidades coletivas, como as regionais e nacionais e outras que formam “quadros de referência e sentidos estáveis, contínuos e imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real” (HALL, 1996 p. 68). Nessa perspectiva Stuart Hall compreende o caráter de representação coletiva e da identidade como um conjunto de significados partilhados.

Há uma forte relação entre o subjetivo e o coletivo na vivência das identidades, como demonstra Woodward (2000, p.15). Na verdade elas exercem uma interdependência e sua função social: não há como vivenciar uma identidade cultural específica se ela não for incorporada à identidade pessoal de cada agente social. Essa distinção é necessária para que se especifique a opção em integrar o caminho das identidades culturalmente formadas, portanto das identidades culturais em sua perspectiva coletiva, como exemplo o que Benedict Anderson (1989) compreendeu como “comunidades imaginadas”.

De forma primordial o estudioso desenvolve a ideia de que a identidade cultural pode ser vista a partir de dois enfoques: o primeiro concebe uma “cultura partilhada” com o papel unificador nos sistemas culturais e congrega os sujeitos sob uma mesma identificação com “quadros de referência e sentidos estáveis, contínuos, imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes da nossa história real” (HALL, 1996 p. 68). Tal condição é semelhante ao panorama que permite o exercício das identidades nacionais e tem um caráter de unificação e resistência.

A condição essencialista à qual essa primeira concepção está posta, no entanto, apesar de racionalizar um quadro de referências fixas, tem, de acordo com Hall (1996), um papel fundamental no surgimento de movimentos sociais e expressões raciais, étnicas e de gênero, como o feminismo, o movimento de resistência negra e outras representações sociais que necessitam de referências fixas como condição de existência. De forma que não se deve desprezar o papel da identidade cultural sob uma perspectiva unificadora como condição de existência de comunidades imaginadas tal qual a conhecemos.

O outro caminho para compreensão de identidade cultural traz uma perspectiva que, apesar de parecer ambivalente, como o próprio autor diz, tem uma relação com o viés essencialista. Ao mesmo tempo em que as semelhanças estabelecidas nas referências fixas têm a função de formatar a identidade cultural, também as diferenças têm um papel preponderante nos sistemas de representação coletivos. A diferença é apontada aí como uma categoria central na constituição das identidades culturais que não têm a significação de uma simples oposição binária, mas uma posição mais complexa a partir da categoria derridiana da *différance*. Assim, o sentido da diferença nas identidades nunca está completo, não se encerra em oposições fixas, mas ao invés disto permite que a identidade cultural esteja sempre aberta para “outros sentidos adicionais e suplementares”.

A partir da concepção de Woodward (2000, p.54), a diferença exerce a função de “sistemas classificatórios” que permitem a construção de fronteiras simbólicas entre as diferentes comunidades imaginadas e faz com que, por meio de uma oposição aparentemente binária, os grupos possam estabelecer parâmetros e referenciais para seu próprio reconhecimento. Considerando essas perspectivas, Hall estabelece o conceito de identidade cultural da seguinte forma:

As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e história. Não uma essência, mas um *posicionamento*. Onde haver sempre uma política da identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa “lei de origem” sem problemas, transcendental [...]. (HALL, 1996 p. 70).

A compreensão das identidades culturais como um *posicionamento* é então um caminho que não encerra o conceito em si em uma concepção, não estabelece binarismos, mas compreende uma relação entre o essencialismo, necessário à sobrevivência das comunidades imaginadas, e o construtivismo que compreende a identidade cultural pela diferença e em uma relação dialógica e não definitiva. Temos, assim, duas posições que sempre estão em jogo na discussão das identidades culturais, uma, que essencializa as posições identitárias em um

quadro de referência fixo, e outra, que estabelece uma relação construtivista com o conceito colocando-o a partir da perspectiva das diferenças.

Ao analisar a relação do “sujeito fragmentado” e suas identidades culturais, Stuart Hall parte do princípio de identidade nacional para afirmar que a identidade cultural é metafórica, não está impressa em nossos genes. Nesse sentido, a nação passa a ser sistema de representação cultural, em que as pessoas participam da ideia de nação tal como representada em sua cultura nacional, numa forma de comunidade simbólica. Portanto, as diferenças regionais e étnicas foram aos poucos sendo colocadas no que Ernest Gellner chama, segundo Stuart Hall, de “teto político” do estado nação, num discurso próprio que organiza e constrói sentidos com os quais o sujeito se identifica e forma a própria identidade. O termo etnia é utilizado como referência às características culturais de língua, religião, costumes, tradições, sentimento de “lugar” de um povo. Essa forma “fundacional” do termo, porém, passa a ser um mito no que se refere às noções modernas, hoje consideradas híbridos culturais.

Nesse sentido, a busca pela identidade cultural de um povo passa pelas diversas etapas de construção da nação, dentro de um processo histórico inevitável. Segundo Abdala Junior, independe da situação em que se encontra, seja colônia ou antiga metrópole, as raízes de qualquer nação estão “nos múltiplos povos que a formaram e que conseguiram desenvolver culturas tão interessantes como qualquer outra” (1989, p.181). O que se opõe em questão, portanto, não é o tipo ou a forma de manifestar-se culturalmente dos povos formadores de uma nação, tampouco o julgamento do valor de cada manifestação para determinada sociedade, mas o fato de serem culturas fundadoras e, conseqüentemente, parte de um coletivo várias vezes reprimido ao longo da história.

Homi Bhabha considera que mais impressionante no novo internacionalismo é o movimento do específico ao geral, do material ao metafórico, não existe mais transição e transcendência, é antes uma meia passagem da cultura contemporânea, e todos esses movimentos que indicam uma possibilidade de totalização da experiência. As culturas nacionais não são mais como a comunidade imaginada de Benedict Anderson, mas culturas esparsas, que se manifestam “a partir da perspectiva de minorias destituídas” (BHABHA, 1998. p.25). Esse conjunto de múltiplas experiências culturais é que torna as sociedades híbridas. O trabalho fronteiriço da cultura exige o reencontro com o novo, que não retoma apenas o passado, mas o renova, inova, interrompe a atuação do presente. O passado-presente torna-se parte da necessidade, e “não da nostalgia, de viver”. A memória é pois, lugar da invenção do presente, com intervenção imediata em sua atuação.

Segundo Stuart Hall (2003), o hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população, mas um outro termo para a lógica cultural da “tradução”, isto é, um processo pelo se faz-se uma revisão dos próprios sistemas de referência, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais. A ambivalência e o antagonismo acompanham cada ato de tradução cultural. Ao nos deslocarmos, os nossos vínculos com o lugar antropológico são automaticamente revisados, diluídos, e novos elementos são incorporados à nossa identidade, que passa a ser outra, híbrida e transcultural. A negociação com a nova cultura na qual nos inserimos provoca o surgimento de uma nova identidade, que se opõe tanto à assimilação quanto à manutenção integral da identidade vinculada ao lugar antropológico.

É necessário ter em mente que para compreender Moçambique é preciso recordar a diversidade cultural antes da chegada do colonizador. É considerar as diferentes experiências coloniais e suas consequências, e que as identidades são complexas, múltiplas, construídas historicamente, o que nos leva a entender que ao longo do tempo elas são alteradas, reconstruídas, modificadas, reformuladas. É importante uma visão que conceba a identidade não como essência, mas como posicionamento, e isso pressupõem aceitar também que qualquer descrição de uma identidade é parcial, refletindo uma dada posição no tecido social.

Assumir que há uma identidade moçambicana em construção é pensar a dinamicidade e heterogeneidade que envolve a questão. É também considerar que os indivíduos, ao compartilhar de problemas políticos, ecológicos, econômicos, ou de perspectiva e possibilidade de desenvolvimento, tornam-se mais próximos, do que se fosse posto em questão as diferentes e contraditórias tradições culturais e o racismo. Ficar preso nesse tipo de perspectiva é ressaltar e legitimar o discurso do dominador/opressor que sempre justificou a violência pela diferença racial ou étnica.

3 . Estabelecer o Poder Popular para Servir as Massas: FRELIMO

A unificação e formação da FRELIMO contaram com um claro plano político de atuação nas estruturas da sociedade. Diretrizes foram estabelecidas para que a luta de libertação e construção nacional se efetivasse a partir de paradigmas preestabelecidos por seus fundadores. É interessante perceber que o plano político pensado antes da independência é colocado em ação, com o fim do colonialismo sem grandes modificações, quando Frente de Libertação assume o poder do Estado. Serão tratados de algumas ideias consideradas por mim

norteadoras do plano ideológico do discurso oficial. Para atingir esse fim, farei uso de discursos atribuídos a Eduardo Mondlane, Samora Machel e à Frente/Partido FRELIMO especificadamente.

O objetivo dessa exposição é demonstrar as formas que assumem na prática os programas gerados antes da independência, e que tomam forma com a libertação colonial. Quero com isso apresentar a ideia de Nação Moçambicana forjada pelo discurso oficial⁴⁰. Esse exercício é necessário pela importância de conhecer previamente pelo menos algumas características do projeto, para a compreensão da natureza de suas especificidades. Essas informações também serão importantes para o terceiro momento deste capítulo, quando apresentarei a ideia de nação representada por Mia Couto em seus romances, que carrega nítidas diferenciações das propostas da FRELIMO.

Desde a criação da FRELIMO sua ideologia política seguiu a orientação marxista leninista. O fato é compreensível quando se remete à formação da FRELIMO em 1962, conforme exposto no primeiro capítulo, cujo principal apoio foi o governo do presidente Julius Nyerere, da Tanzânia, que tinha forte inclinação social-democrata. Os integrantes do alto escalão da Frente, a maioria com experiência internacional também tinham formação direcionada ao socialismo. A revolução cubana, a conjuntura internacional, com a guerra fria e o consequente alinhamento dos países em socialistas e capitalistas, tudo isso contribuiu para o direcionamento da luta de libertação dentro de um ideário socialista.

Essa não é uma particularidade moçambicana. Muitos países do continente africano que travaram suas lutas de libertação nacional, ou qualquer tipo de luta de autodeterminação, tinham como política norteadora a experiência socialista da URSS ou da China. Essa conjuntura internacional também deve ser pensada sob o ângulo de que as metrópoles e as ex-metrópoles estavam direcionadas para o “bloco” capitalista liderado pelos EUA. Outra questão importante é o direcionamento popular da ideologia proposta pelo materialismo histórico, que versava sobre as formas de rompimento da opressão do povo trabalhador, ideia essa que coube dentro da realidade colonialista africana.

A postura do colonizador diante da colônia nunca seria de concebê-la esta como sua nação; já o colonizado, passa a desejar, sonhar com a sua nação, e isso o incentiva a lutar por sua independência. O colonialismo se caracteriza pela exploração e violência do povo de uma nação diante de outros povos. Combater o colonialismo, lutar contra a opressão colonial

⁴⁰ Considero como discurso oficial as ideias expostas por Eduardo Mondlane, Samora Machel e a Frente/Partido FRELIMO. Sempre que necessário será usado no termo FRELIMO para representar a ideia de discurso oficial.

significa lançar bases que favoreçam a emergência da nação. Dessa forma a luta pela autonomia torna-se a luta pela libertação nacional.

Em Moçambique a luta de libertação do colonialismo português assumiu formas de luta de construção nacional. Para a efetivação de uma nação moçambicana desejada a autodeterminação era aspecto essencial. É a ideia de nação que ajuda a impulsionar os movimentos de luta pela independência. Conforme ponderava a FRELIMO, uma nação só pode existir em um país livre. Apesar de algumas manifestações sobre o estado nacional moçambicano, principalmente por parte de jornais e da literatura⁴¹, é somente com a consolidação da frente de libertação que esse ideal ganha força.

Como todo o nacionalismo africano, o moçambicano nasceu da experiência do colonialismo europeu. A fonte de unidade nacional é o sofrimento em comum durante os últimos cinquenta anos passados debaixo do domínio efetivo português. A afirmação nacionalista não nasceu duma comunidade estável, historicamente significando unidade cultural, econômica, territorial e lingüística. Em Moçambique, foi a dominação colonial que produziu a comunidade territorial e criou a base par uma coesão psicológica, fundamentada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos do sistema colonial (MONDLANE, 1969, p.107).

Desde o princípio a ideia de libertação foi pautada pelo fim das questões que por ventura pudessem dividir a luta. Defendia-se que apenas com a unidade do povo em torno do combate ao “inimigo comum”, o colonialismo, é que a nação moçambicana ganharia força. Essa postura pode ser observada em trecho da mensagem do presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, ao povo moçambicano, em 25 de setembro 1966, quando ele, depois de diversas tentativas de negociação com Portugal, declara o início do conflito armado organizado e convoca o povo a se unir em torno de um único interesse.

Para se chegar à vitória final é necessário que nos unamos sob a bandeira multicolor da FRELIMO. É necessário que os moçambicanos afastem todas as diferenças que possam existir entre eles [...] a fim de serem um só Povo, do Rovuma ao Maputo – o Povo Moçambicano. [...] Banamos toda a manifestação de tribalismo e de regionalismo, de racismo, de tudo que nos possa dividir.

A nossa luta é justa. A nossa luta não visa só a libertação desta parte da terra que se chama Moçambique, mas ela integra-se também na luta universal para a liquidação completa da exploração do homem pelo o homem.

Seguro da sua causa e da unidade, o Povo moçambicano vencerá! (MONDELANE; MACHEL, 1975, p. 37-38)

A ideia de unidade em detrimento dos particularismos ganhou mais força após a morte de Eduardo Mondlane, quando Samora Machel assume a liderança da Frente de

⁴¹ Essa questão foi tratada no capítulo II.

Libertação. As propostas de modificação social passam a assumir uma grande importância dentro da conjuntura de revolução permanente, idealizada pelo partido. As mudanças segundo a FRELIMO não poderiam ficar restritas ao âmbito das instituições políticas, deveriam ser aprofundadas, atingindo toda a organização social moçambicana.

O que se observará a partir da independência é justamente a tentativa de colocar em prática o plano de reestruturação de Moçambique, que pretendia, segundo o partido, combater os resquícios do colonialismo e as formas de exploração do proletariado. Em seu livro *Estabelecer o Poder Popular para Servir as Massas*, Samora Machel elabora algumas definições da orientação política da FRELIMO e estabelece planos e metas a serem alcançados por Moçambique. Dentre suas intervenções, ele caracteriza o sentido da ideia de revolução permanente:

Nós dizemos frequentemente que no curso da luta a nossa grande vitória foi saber transformar a luta armada de libertação nacional em revolução. Por outras palavras, o nosso objetivo final de luta não é içar uma bandeira diferente da portuguesa, fazer eleições mais ou menos honestas em que pretos e não brancos são eleitos, ou ter no *Palácio da Ponta Vermelha*, em Lourenço Marques, um presidente preto, em vez de um governador branco. Nós dizemos que o nosso objetivo é conquistar a independência completa, instalar um poder popular, construir uma sociedade nova sem exploração, para benefício de todos aqueles que se sentem moçambicanos (MACHEL, 1979, p. 10).

Em outro trecho da obra Samora Machel prossegue:

[...] para esses nacionalistas, a quem o poder colonial, porque estrangeiro, não dá inteira satisfação, o objectivo final da luta seria na realidade o de “africanizar” a exploração. É por isso que eles recusam a nossa ideologia revolucionária [...] A nossa luta, para eles, deveria ser uma luta entre o poder negro e o poder branco, quando para nós a luta é entre o poder dos exploradores e o poder popular. [...] “Africanizar” o poder colonial e capitalista retira o sentido à nossa luta (MACHEL, 1979, p. 24).

A opção por uma via socialista marcaria decisivamente a política de identidade seguida pela FRELIMO depois da independência nacional. As ideias de igualitarismo, distribuição da riqueza social e democracia participativa encontravam na Frente um terreno fértil. O novo governo de Moçambique, liderado pela FRELIMO na pessoa do presidente Samora Machel, inicia um Programa de Transformação Socialista que propunha uma série de reformas no âmbito social, educacional e de saúde, e são criadas também aldeias comunais.

No período colonial durante a guerra de libertação ao criar um projeto de nação a FRELIMO parte da noção de identidade contrastiva, ou seja, ser moçambicano em primeiro lugar é não ser português, a nova nação deveria ser desvinculada de tudo que representasse o

estado colonial. Ainda segundo o partido, a nação moçambicana deveria ser pensada e construída a partir de uma totalidade solidária onde as diferenças étnicas, culturais, linguísticas, de gênero, deveriam ser superadas em nome do projeto socialista que pauta pelo discurso da igualdade.

A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, à base da qual esta se define. Implica a afirmação do nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou um grupo se afirma como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma “negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada. [...] Através dos “nossos” valores não julgamos apenas os dos “outros”, mas os “outros” (OLIVEIRA, 1976, p.5-6).

A identidade moçambicana idealizada pela FRELIMO pensou os indivíduos a partir de uma concepção de classe trabalhadora. É o partido quem passa a determinar o que é ser moçambicano e o que seria Moçambique, tudo dentro de uma visão essencializada da identidade coletiva. As diferenças e os indivíduos passam a ser vistos e considerados como parte de um uno absoluto que seria a nação.

De acordo com as estruturas de pensamento da época, idealizou-se um discurso telológico de desenvolvimento e de possibilidades de construção de uma nação hegemônica, coordenada pelas classes exploradas, lideradas pelo partido FRELIMO, cujo objetivo unificador seria superar a miséria social e atingir o progresso. Em Moçambique, em plena época desenvolvimentista, intelectuais e políticos projetaram uma concepção de nação que mesmo reconhecendo as diferenças entre grupos étnicos, supunham a possibilidade de estabelecer a dominância de seu projeto político [...] (TEDESCO, 2008, p.64).

A “proposta identitária” da FRELIMO estava ligada à efetivação do projeto de um “homem novo”. Esse modelo ansiava pela convergência das diferentes identidades locais, fundidas numa única identidade moçambicana, fundada na oposição, no contraste à sociedade colonial e agrupada em torno de uma perspectiva moderna de estado. O plano político da Frente não era apenas a conquista da independência, mas também a transformação social do povo moçambicano. Para isso era necessária uma nova mentalidade que fosse compromissada com as ideias de uma nova nação moçambicana. José Luiz Cabaço, em seu artigo *O Homem Novo (breve itinerário de um projeto)*, que compõe o livro *Samora o Homem do Povo*, apresenta uma definição do que seria esse homem novo tão desejado pelo presidente Samora.

Para Samora Machel, o Homem Novo era, portanto, a materialização da batalha ideológica intrínseca do processo revolucionário; representava a antítese do modelo de vida burguês e colonial, com a mesma intensidade com que as Forças Armadas

de Libertação de Moçambique se contrapunham ao exército colonial (CABAÇO, 2001, p.113).

Peter Fry, um dos estudiosos que tem se dedicado aos estudos africanos, especialmente Moçambique, também traz uma definição, ou melhor, uma reflexão do que seria esse “homem novo” moçambicano:

O que aconteceu então foi que os “assimilados” dos tempos coloniais deram lugar ao Homem Novo do socialismo. Enquanto os primeiros seriam convertidos dos “usos e costumes” ao cristianismo e a “civilização”, o segundo emergiria do deu passado feudal, colonial, capitalista e obscurantista livre de desigualdades e impregnado dos valores da ciência, do trabalho coletivo e do patriotismo (FRY, 2003, p.293).

Dentro desse contexto de formar um “homem novo”, a educação teria um papel primordial, seria uma das responsáveis pela concretização desse projeto. Samora Machel defendia uma democratização da educação, com garantia de acesso a toda a sociedade. O presidente almejava que todos os indivíduos pudessem ter acesso ao pensamento racional e materialista, à ciência e à técnica, que, segundo ele, seriam instrumentos de libertação do homem. A intenção era elaborar um projeto de educação transformadora, revolucionária que se contrapusesse às formas de educação tradicional e colonial. A escola assume, assim, uma dimensão política e social na sua função de produzir e transformar um Moçambique livre. Miguel Buendia mostra um dos principais traços que caracterizavam essa concepção de educação defendida pela FRELIMO:

A escola devia desenvolver nos alunos atitudes e práticas coerentes e necessárias para a construção de um Moçambique unitário, coeso, próspero, política e economicamente independente, e solidário com a luta dos povos africanos e de todo o mundo. Devia formar o homem moçambicano através da conscientização do poder transformador de sua inteligência e do seu trabalho, libertando-o do fatalismo e resignação inculcados pela educação tradicional e colonial. Para isso, a escola devia desenvolver nos alunos uma atitude científica aberta e crítica que superasse qualquer tipo de dogmatismo. Esta era uma condição fundamental para se poder implantar no país uma economia próspera e avançada (BUENDIA, 2001, p.68).

O projeto de educação proposto pela FRELIMO, além de promover o conhecimento científico, deveria fornecer bases educacionais revolucionárias. O conhecimento adquirido deveria ser colocado a favor das massas populares. Os estudantes que passassem pelas escolas deveriam aprender a combater o elitismo, o individualismo, o racismo, a exploração, e as ideias corruptas. O sentimento de lealdade pela nação deveria ser

desenvolvido juntamente com o da coletividade e do trabalho, de acordo com esse programa de educação da FRELIMO:

A Revolução, a FRELIMO, ao pretender criar um homem novo para o Moçambique novo, necessariamente não pode, por aquilo que se acabou de ver, utilizar o sistema de educação tradicional porque está nos seus aspectos gerais em contradição com os nossos objetivos, na medida em que ao falarmos da Nação ela ensina a Tribo; ao falarmos da igualdade ela ensina a Discriminação da idade e dos sexos; ao falarmos de homem novo, ela ensina as idéias velhas. Além disso, devido ao seu caráter supersticioso, não permite a completa libertação do homem moçambicano de crenças nas forças estranhas sobrenaturais (MONDELANE; MACHEL, 1975, p. 95).

Para a FRELIMO, a desestruturação de referências tradicionais seria fundamental para dar lugar a um modelo baseado na prática da educação científica, nos valores nacionalistas, nos rituais militares, nos símbolos patrióticos, nas relações interpessoais de solidariedade e camaradagem. Cabaço pontua que

No projeto do homem novo, o principal obstáculo a vencer era a persistência das estruturas tradicionais. A FRELIMO estava consciente do problema, mas enfrentava-o com a convicção determinista na dinâmica revolucionária e com uma visão iluminista do poder transformador da ciência e do progresso (CABAÇO, 2007, p.413).

A relação entre a FRELIMO e as chefias tradicionais ainda durante as lutas de libertação foi se mostrando problemática, a convergência dos interesses emancipatórios não foi suficiente para unir as diferentes perspectivas. As diferentes visões de temas relacionados com a organização social, econômica, a participação da mulher na sociedade, a restauração do país e até mesmo quem deveria ser considerado moçambicano, eram fontes de discórdia. De um lado os tradicionais acusavam a direção da FRELIMO de esquecer a tradição do outro os dirigentes acusavam os *chairmen*⁴² de perpetuar a forma de exploração lançada pelos portugueses, substituindo apenas os colonos pelos locais.

Para a FRELIMO, a sociedade tradicional e sua representabilidade fora destruída pela astúcia do colonialismo português, não restando a essas sociedades legitimidade na condução do poder local. Outra acusação que pesava nos ombros de muitas chefia locais era o fato de que muitas delas se associaram às forças coloniais agindo como régulos, coletores de impostos, selecionadores da mão de obra e fiscalizadores das culturas obrigatórias. Essa associação do poder colonial com o local faz com que na própria luta de libertação essas

⁴² Prestigiados membros de linhagens que assumiram funções administrativas especialmente na região do planalto dos Macondes.

chefias sejam também identificados como inimigos da nação, sentimento agravado com a independência.

A posição dos dirigentes da FRELIMO pode ser explicada, em parte pela escolha ideológica do partido. A consolidação de uma nação forte e autônoma só seria possível em um estado socialista forte, que operasse em toda a sociedade de maneira igual. O poder não poderia e nem seria dividido com nenhum outro tipo de organização paralela, fosse ela qual fosse, qualquer forma de separação social, étnica ou política contrariaria os pressupostos do Partido. A luta pela independência foi legitimada como um desejo comum de toda a sociedade moçambicana, caso em que a nação também deveria ser construída sem espaços para as diferenciações.

A maioria das comunidades linhageiras mais representativas ainda habitava as zonas rurais de Moçambique. Esse fato se deve em parte à questão da terra e aos valores simbólicos contidos nela, que se constitui elo essencial de permanência e coesão do grupo. Outro importante aspecto para se pensar a força das comunidades locais, refere-se às práticas culturais mantidas (porém ressignificadas ao longo do tempo) pelos indivíduos desse grupo, que durante muito tempo foram reprimidas e proibidas pelo governo, como por exemplo o lobolo, cerimônias para os mortos, feitiçarias, curandeirismo, dentre outras.

A problemática em torno das comunidades tradicionais tomou tais proporções a ponto de a FRELIMO considerar a sociedade dita “tribal” e tudo o que ela representava um entrave para a independência e para a consolidação do Estado Nacional. Acusava os líderes tradicionais de nativistas ao afirmar que os mesmos propagavam a separação das etnias e um retorno as origens. Esse tipo de pensamento contrariava os projetos da Frente de Libertação que ansiava por um país comprometido com os ideais da modernidade. Como pondera José Luís de Oliveira Cabaço em sua Tese *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*,

O poder tradicional era acusado, pela FRELIMO, de representar um obstáculo à ação anticolonial unitária e de se “opor à ciência, à técnica e ao progresso,” preconizando meios e práticas insuficientes para fazer frente ao poder do ocupante. A partir de então, ele foi classificado, na análise da direção do movimento, como parte do aparelho de poder colonial, ele representaria o poder dos colaboradores que tinham assegurado a ligação dos ocupantes com as populações rurais e que, por conseguinte, se tornavam igualmente alvos da luta ideológica (CABAÇO, 2007, P. 399).

As palavras de Samora Machel também deixam clara a postura da FRELIMO em relação à “tradição”:

Criar uma atitude de solidariedade entre os homens capaz de desenvolver o trabalho coletivo pressupõe a eliminação do individualismo. Desenvolver uma moral sã e

revolucionária que promova a libertação da mulher, a criação de gerações com um sentido de responsabilidade, exige a destruição das superstições e gostos corruptos herdados. Para implantar as bases de uma economia próspera e avançada é necessário que a ciência vença a superstição. Unir os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a nação. (...) devemos adquirir uma atitude científica, aberta, livre de todos os pesos da superstição e tradições dogmáticas (MONDELANE; MACHEL, 1975, p. 51)

É curioso constatar que, apesar das proibições, as práticas associadas à “tradição” permaneceram com muita força. As manifestações de caráter mágico-religioso, reprimidas pela FRELIMO, acusadas de serem obscurantistas e alienantes, foram amplamente praticadas durante a guerra civil. Tanto que alguns membros da própria RENAMO⁴³, como parte da população, fizeram uso dessas manifestações com diferentes objetivos, seja para “proteger” os soldados da guerra, seja para estancar a violência.

O crescimento do uso dos artificios mágico-religiosos fez com que o próprio partido repensasse essas questões. A mudança das relações do estado com as práticas culturais “tradicionais”, entretanto, só acontece efetivamente com a nova constituição de 1990, quando deixam de ser reprimidas e passam a ser aceitas.

Em relação ao discurso de unidade nacional, proposto pela FRELIMO, pode-se perceber que, não apenas a questão do conflito militar, mas, também o surgimento de discursos concorrentes já começa a se esboçar no final da década de 1980 e acentua-se na de 1990, propondo uma revisão do projeto político e econômico centralizador, abertura no projeto cultural e tolerância para com as práticas tradicionais, além de um clamor, fundado em princípios democráticos, pela participação das autoridades tradicionais no destino da nação (TEDESCO, 2008, p.171).

A construção da Nação moçambicana pleiteada pela FRELIMO baseava-se na imposição de um modelo cultural, econômico e político externo, que não levava em consideração as dinâmicas internas das populações locais. Um das questões que gerou e ainda gera grande polêmica diz respeito à terra. O problema da visão da FRELIMO a respeito da terra se dá porque ela é vista como um lugar de produção e acúmulo de capital. É desconsiderada a ligação cultural, religiosa dos indivíduos em relação à terra.

Para grande parte daqueles que vivem da terra e nela trabalham nela ela é um espaço que carrega em si uma série de significados que se confundem e remetem à própria identidade de cada pessoa, de cada indivíduo. Ela é uma extensão da própria comunidade, é o

⁴³ A RENAMO tinha em alguns de seus acampamentos feiticeiros encarregados de “fechar” o corpo dos combatentes, o próprio André Matsangaissa, morto em combate, passava por esses rituais. Grande parte dos chefes da RENAMO eram de origem Ndau, mantinham respeito pelas tradições, fato que muito contribuiu para a simpatia de alguns líderes tradicionais pela RENAMO.

elo entre os mundos. É o lugar onde se realizam os ritos, cerimônias, onde se matêm os hábitos e a cultura. A terra é sagrada, é o local de onde se tira a vida, o alimento, o abrigo, a cura. É também lugar onde os espíritos dos antepassados vivem e estabelecem relações com os vivos.

A FRELIMO desconsiderou essas particularidades, as especificidades culturais, e a terra passou a ser capitalizada, um produto que pertencia ao estado nacional. Dentro desse ideal foram criadas aldeias comunais que visavam abrigar um considerável número de pessoas em terra determinada pelo governo. As pessoas com culturas e línguas distintas eram obrigadas a conviver no mesmo espaço e a produzir produtos indicados pelo governo. Era estipulada a quantidade da produção que abasteceria o país, e o excedente seria vendido para os mercados internacionais, para custear os mudanças da sociedade.

Como consequência da exploração colonial temos a miséria da populações que só pode ser debelada pelo trabalho coletivo, que é a nossa força de actuação em Moçambique. Este trabalho contribui muito para que as populações se conheçam, isto é, na coletividade as populações vivem em conjunto os problemas de cada um, reforça a nossa unidade, elimina o individualismo e todo o tipo de complexos que o homem possa criar. O trabalho colectivo beneficia a quem trabalha, a partir deste até o governo. Aumenta a produção acelerando o desenvolvimento da reconstrução Nacional.

Pra tal existe a necessidade de aglomerar em povoações as populações dispersas, o que permitiria uma assistência mais eficiente por parte do governo (FRELIMO, 1975, p.158-159).

A questão da terra envolvia diretamente a temática sobre a importância crucial do trabalho nessa nova sociedade. Segundo os paradigmas da FRELIMO, o trabalho é fonte essencial no projeto de transformação social iniciado com a independência, a ênfase principal era na produção coletiva, em detrimento da produção individual ou familiar. O trabalho passa a ser um dever de todos, tendo por fim melhorias condições de vida do povo e promover o desenvolvimento do país. Nessa perspectiva, os desempregados, ou com alguma ocupação que em nada “beneficiasse” a consolidação da nação, seriam enviados para um campo de reeducação, onde lhes seria ensinado o valor do trabalho. Na obra *25 de Setembro dia da Revolução Moçambicana*, produzido pela FRELIMO, que contém as diretrizes do partido, traz de maneira bem clara a posição do governo diante dos problemas relacionados com o não trabalho.

A vadiagem é um inimigo da sociedade nova que queremos construir. Degrada a nossa personalidade dando campo a roubos, assassinatos e inúmeros crimes. [...] A ociosidade é outro inimigo na sociedade, sendo esta a mãe de todos os vícios. [...]

Um ocioso é potencialmente um ladrão, boateiro, criminoso e reacionário, sendo por isso muito perigoso (FRELIMO, 1975, p.154).

Dentre as ocupações condenadas pela FRELIMO está a prostituição. Ela é considerada uma forma de degradação da mulher, favorecida pela tradição, que a submete a casamentos forçados e introjeta nela sentimento de inferioridade. A sociedade colonial e capitalista também é responsável pela humilhação das mulheres, ao tomá-las como uma mercadoria. Da prostituição, segundo o partido, surgiriam outros problemas, como o banditismo, alcoolismo, propagação de doenças e nascimento de crianças “defeituosas e sífilicas”. Uma das soluções apontadas pela FRELIMO para a resolução desse problema seria a recuperação das prostitutas a partir da “Criação de centros onde as prostitutas possam ser transformadas por uma formação política, produção agrícola e formação profissional, tornando-se elementos úteis à nossa sociedade” (1975, p. 155).

A mulher era um tema bastante debatido dentro da FRELIMO. O projeto de nação estava ligado à sua libertação e efetiva participação na revolução popular. De acordo com Isabel Maria Casimiro (2001), a FRELIMO defendeu que a emancipação da mulher ocorresse de forma simultânea com a luta pela libertação do jugo colonial e pela construção de uma sociedade nova, adiantando que apenas a participação da mulher na luta, e em todas as frentes de combate, poderia fazer avançar o processo revolucionário, rumo a uma sociedade livre de todas as formas de opressão.

O lugar ocupado pelas mulheres nas sociedades tradicionais era rechaçado pela FRELIMO, por considerar que elas eram tratadas como se fossem um bem material, já que a família da noiva recebia um lobolo do pretendente, e este adquiria uma mão de obra gratuita e uma fonte de prazer. Esse tipo de prática não condizia com o tipo de sociedade almejada pela Frente, que desencadeou um importante processo de integração das mulheres nas forças revolucionárias. Também proibiu práticas tradicionais consideradas depreciativas às mulheres como os casamentos arranjados e a poligamia, posturas que não condiziam com uma sociedade moderna. Samora Machel discorre sobre a temática da mulher da seguinte forma:

Como fazer triunfar a revolução sem mobilizar a mulher? [...] Como fazer a revolução sem libertar a mulher? Se mais da metade do povo explorado e oprimido é constituído por mulheres, como deixá-las a margem da luta? A revolução para ser feita necessita de mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência as mulheres também. A revolução para triunfar tem que liquidar a totalidade do sistema de exploração e opressão, libertar todos os explorados e oprimidos, por isso tem que liquidar a exploração e opressão da mulher, é obrigada a libertar a mulher (MACHEL, 1979, p.18).

O que se verificou na prática, entretanto, foi bem diferenciado dos projetos declarados pela FRELIMO. Os cargos de comando no exército e os de chefia política, seja durante o movimento armado ou posteriormente, não foram ocupados pelas mulheres. Muitas vezes, principalmente no pós-independência, as questões que envolviam o debate de gênero eram ambíguas, ao provocar uma relação de pendência entre a mulher e a nação, ao colocar a questão a partir do entendimento da relação Mulher-Povo, ignorando as especificidades inerentes ao sexo feminino. Apesar de a política da Frente, e depois do Partido, pautarem-se pela a igualdade entre os sexos, as relações sociais que envolveram homens e mulheres não sofreram profundas modificações, assim como, na divisão sexual do trabalho nas zonas libertadas, as mulheres continuaram a

preparar a alimentação e a realizar trabalho doméstico. Aliás, o seu trabalho foi acrescido das tarefas ligadas à participação na luta – alimentar os guerrilheiros, ocupar-se da segurança das zonas libertadas, escolas, infantários, centros de saúde, treinar e participar em combates. [...] o que contribuiu para aumentar o seu tempo de trabalho [...] se reafirmando os seus papéis sócias como esposas, como mães e como trabalhadoras invisíveis e não pagas (CASIMIRO, 2001, p. 102).

Observa-se que o projeto de nação desenvolvido e posto em prática pela FRELIMO abarcava profundas mudanças na estrutura social de Moçambique. Não quero atuar como um juiz que aponta erros e determina punições, mas os dados aqui apresentados levam a perceber que a FRELIMO subestimou o fato de que a “construção da unidade nacional” se fazia em estreita interação, sempre conflitual, com identidades já existentes, as quais, na resistência cultural ao colonialismo, tinham desenvolvido eficientes mecanismos de defesa. Para Cabaço, o fato de o colonialismo tentar impor como padrão de referência sua cultura e sua identidade, suscitou, como forma de resistência, uma gradual tomada de consciência identitária nos vários povos que integravam o espaço Moçambique. E de alguma forma “a ação colonial exerceu uma função aglutinadora, porque os fenômenos reativos nos diferentes povos respondiam ao mesmo estímulo”. (CABAÇO, 2007, p.424).

A FRELIMO, ao criar um projeto de nação e colocá-lo em prática com a independência, pensou Moçambique como um Estado Nacional centralizador condizente com a noção de estado marxista. A centralidade não estava só na questão do gerenciamento do poder do novo país, mas também na definição cultural dessa nação. Almejou-se uma unificação e homogeneização das culturas, pretendeu-se forjar uma identidade nacional unificada e coerente com os projetos políticos do poder instituído. A soberania do estado é plena, categórica e uniforme, uma comunidade compacta e única.

O problema essencial do projeto nacional adotado pela FRELIMO é que ele se baseava em uma ideia de nação que desconsiderava as particularidades culturais nacionais. Não estamos falando de uma cultura nacional subjugar as demais, mas sim da criação, importação e imposição de uma política nacional externa às experiências locais. Essa situação não provocou um sentimento de lealdade e pertencimento, pelo contrário, particularmente nas zonas rurais, a “nação” era identificada por aquela que instituiu o trabalho e a permanência nas aldeias comunais, a proibição das práticas culturais “tradicionais” e das chefias locais. Mudar uma estrutura social, pensamento não seria coisa simples, principalmente quando as mudanças propostas não têm relação com a sociedade onde serão operadas.

A cultura não se extingue pela força, por decretos, leis ou proibições. Está em permanente ação e modificação. É fluida, não moldável, escapa das forças que querem tê-la como estanque, permanente e cristalizada. É um produto humano, social e, como tal, cria as suas próprias formas de resistência e permanência. Está em permanente mutação e contato com as demais culturas, vive das trocas e das interações com as diferenças e aproximações. Diante da força repressiva, cria formas “alternativas” de expressão. A formação de uma nação não extingue as diferentes identidades culturais, nem pelo uso da coerção nem pelo uso da força.

4. Mia Couto e a Nação Moçambicana

De acordo com Stuart Hall, a cultura nacional é contada, narrada, dentre outras formas, pelas literaturas nacionais, elas são uma das formas de narrar a nação. As narrativas da nação “Simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. [...] Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um mesmo destino nacional”. (2006, p.52).

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (HALL, 2006, p. 62).

Uma sociedade pós-colonial, como a moçambicana, é uma sociedade ambivalente de entre-lugares como referiu Homi Bhabha (1998). Surge um sujeito cultural que se concebe a partir do diálogo entre dois mundos e dois tempos, o presente com a

imposição da cultura ocidental e um passado “nativo” que permanece vivo. Como bem define Reis, o sujeito africano contemporâneo “resulta da articulação e negociação das tradições culturais nativas, da civilização ocidental e, finalmente, da tradição cosmopolita que caracteriza a atual sociedade transnacional” (1999, p.34).

A cultura é verbo, está em constante ação. É dinâmica, vive em constante negociação com variados níveis de troca. É fluida, com fronteiras móveis que delimitam pontos de contato também nomeado por Bhabha (1998) como terceiro espaço. Este seria o lugar onde realiza-se a tradução e a negociação, um entre-lugar. As características apresentadas nos permitem definir todas as culturas como híbridas. O híbrido como entre-lugar cultural formaria o terceiro espaço, como resultado da negociação e tradução cultural. O híbrido é onde se marca a diferença, mas também se negocia e se traduz essa dinâmica, é o que Bhabha chama de “nem Um nem Outro” (1998, p.183-4). Nem uma cultura original, imutável, perene, fixa, essencial, nem uma cultura totalmente nova. O que se tem é a hibridez, algo intervalar. Essa perspectiva tornou-se cada vez mais ativa a partir dos encontros coloniais que propiciaram (in)tenso encontros culturais.

Nesse sentido, as teorias e as críticas contemporâneas, destacando-se o póscolonialismo, “reinscrevem” uma idéia de cultura “desconstruindo” as relações binárias que opunham culturas de elite e culturas marginalizadas. O ponto de vista pós-colonial, resistindo à busca de formas holísticas de explicação social, força um reconhecimento das fronteiras culturais e políticas mais complexas que existem no vértice dessas esferas políticas frequentemente opostas (BHABHA, 1998, p.242). Essas fronteiras acabam por revelar o hibridismo da cultura, sua não fixidez, sua dinamicidade para além de certas políticas tradicionais nacionalistas, uma vez que estas procuram estabelecer a cultura como algo estático, perene, intacto.

O hibridismo não decorre de posições conciliadoras entre culturas, de simples harmonias, de continuidades, mas sim de confrontos, oposições, antagonismos, descontinuidades; o “Terceiro Espaço”, de Bhabha, é onde “toda a gama contraditória e conflitante de elementos lingüísticos e culturais interagem e constituem o hibridismo”. (SOUZA, 2004, p.119). Esse antagonismo resulta das diferentes experiências e conjunto de valores que não permitem à cultura sedimentar-se, essencializar-se. O hibridismo é melhor compreendido dentro da perspectiva de tradução cultural.

Se o conceito de hibridismo no ato da tradução cultural (tanto como representação quanto reprodução) nega o essencialismo de uma cultura anterior ou originária, então vemos que todas as formas de cultura estão constantemente num processo de

hibridismo. Porém, para mim, a importância do hibridismo não é poder traçar dois momentos originários a partir dos quais surge um terceiro; ao invés disso, o hibridismo para mim é o “Terceiro Espaço” que possibilita o surgimento de outras posições. Esse terceiro espaço desloca as histórias que os constituem e estabelece novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas, que são mal compreendidas através da sabedoria normativa (BHABHA, 1998, p.130).

A guerra civil de certa forma “libertou” as identidades abafadas pelo partido. É nesse momento que a questão das práticas culturais “tradicionais” e do poder dos régulos passaram a ser revistos. Inicia-se uma articulação com diferentes identidades que compõem a sociedade moçambicana. Essa mudança estrutural é percebida e representada pela literatura de Mia Couto. É muito claro nas suas narrativas esse embate entre as diferentes identidades que ao mesmo tempo em que travam uma luta por um espaço dentro da sociedade, dialogam entre si na busca de referencialidade de um país, de uma nação livre e em paz.

A partir da década de 90 os debates relacionados com a construção da nação moçambicana são redimensionados. O fracasso do projeto socialista encabeçado pela FRELIMO, que desconsiderava as questões culturais locais, abriu possibilidades para o surgimento de outros discursos que favorecessem o reconhecimento das especificidades das populações locais que integravam o Estado Nacional moçambicano. As transformações políticas, econômicas e sociais colaboram para essa reconfiguração do discurso nacional, agora direcionado para uma nova forma de concepção do Estado-Nação comprometido com as diferenças culturais.

A literatura incorpora os “novos discursos” a respeito da identidade nacional. De certa forma ela torna visível discussões dos projetos políticos existentes, que têm como objetivo construir uma nação comprometida com todas as formas de expressão cultural.

Apesar da concretude da guerra civil e do conflito interno entre forças da FRELIMO e da RENAMO, o campo da cultura centralizará muitas das discussões relacionadas aos destinos do país, daí o papel reconfigurador assumido pela produção literária, em especial os romances, nos quais novas narrativas da moçambicanidade são produzidas numa busca de resposta tanto à decepção com o processo de independência, quanto da representação dos setores populares com as suas culturas e tradições e suas relações e articulações com conceitos e valores ocidentais. As narrativas literárias constituem, assim, uma entre as diversas interpretações de nacionalidade em disputa no interior da sociedade (TEDESCO, 2008, p. 185).

O mundo do “antigamente” não aparece nos romances aqui estudados como solução para todos os problemas, e sim como alternativa de reflexão para pensar o presente e projetar o futuro. Tudo o que simboliza a experiência, seja a tradição antiga ou os velhos é considerado como ponto chave para o autoconhecimento. Não podemos saber quem somos se

não soubermos quem os nossos antepassados foram. Moçambique não se explica por si só e nem diante da chegada ou partida do colonizador. É justamente essa longa construção cultural que é representada por Mia Couto, sem ignorar as experiências do colonialismo nem as inúmeras referências culturais que ajudam a compor o Estado Nacional moçambicano, a Nação moçambicana, a identidade moçambicana.

A literatura é um dos espaços onde a questão pós-colonial mais está presente. A literatura moçambicana surge da experiência da colonização, da tentativa de estabelecer uma contranarrativa e subverter o status de subordinação ao poder instituído. Se no primeiro momento a crítica era direcionada às metrópoles, agora é ao poder homogeneizador das grandes potências os rumos políticos da nação. O romance em Moçambique, gênero que toma forma somente a partir da década de 80, tornou-se um importante veículo de representação e de denúncia das consequências da guerra e a degradação social. Esse tipo de abordagem pode ser encontrado nos romances de Mia Couto, Paulina Chiziane, Ungulani Ba Ka Khosa, dentre outros.

No caso de Mia Couto, ele escreve a partir de um espaço liminar, inspira-se em sujeitos pós-coloniais, que são resultados de trocas, articulações e confluências culturais distintas. Afinal, as tradições, por mais distintas que pareçam, não são excludentes, Moçambique tem um largo histórico de contatos e trocas culturais que se iniciaram muito antes da chegada dos portugueses. A própria população dita “nativa” advém de uma multiplicidade de grupos culturais diferenciados, que ao longo do tempo estabeleceram contatos e trocas com povos estrangeiros, como os árabes, chineses e indianos.

Ao representar formas de vivência das diferentes comunidades e povos que compõem Moçambique, Mia Couto faz uma representação das especificidades culturais da sociedade moçambicana. O autor busca nessas diferenças culturais presentes em Moçambique alicerce para construir uma narrativa que esteja comprometida com a representação do sujeito múltiplo, ambíguo, híbrido. É desse espaço (Moçambique), onde as diferenças são exarcebadas e negociadas, que surge a ideia de uma identidade nacional que possa abarcar a pluralidade, a diferença existente dentro da nação.

Mia Couto entende a sociedade moçambicana a partir daquilo que Edouard Glissant (2005) chamou de a poética da relação, isto é, a consciência de que as culturas estão em permanente contato umas com as outras e de que é possível uma negociação das relações de poder entre sistemas culturais diferentes. Desse entendimento cria-se uma cultura híbrida marcada pela tensão entre a busca da africanidade e a inserção em um contexto globalizado, que é capaz de se traduzir a partir das diferenças, além de possibilitar o contato e a

comunicação com o mundo não africano de maneira igual e singular sem que isso represente submissão ou inferioridade.

As identidades são forjadas a partir de uma negociação entre lugares culturais e temporalidades distintas onde sujeitos intermediários atribuem sentidos ao mundo. Na busca de uma origem, de uma essência do que é ser moçambicano ou o que é uma cultura legitimamente moçambicana, depara-se com o hibridismo que compõe essa cultura. Não é possível distinguir uma raiz, pois o que há é um rizoma no sentido que Deleuze e Guattari⁴⁴ atribuem. A partir das ideias desses teóricos, Eliana Lourenço de Lima Reis conclui:

A noção de rizoma manterá, portanto o fato do enraizamento, mas recusa a idéia de uma raiz totalitária. O resultado é um caráter híbrido, que permite a cada um estar aqui e em outro lugar enraizado e aberto, fazendo com que a identidade se defina pela interação: a identidade ralação está ligada não a uma criação do mundo, mas a vivência contraditória e consciente dos contatos de cultura (REIS, 1999, p.183).

A literatura de Mia Couto não cria uma narrativa de oposição ao sentido do estado nacional ou uma “contranarrativa da nação”. Sua perspectiva, pelo contrário, é fortalecer um outro tipo de discurso nacional em que aspectos culturais das sociedades tradicionais sejam incorporados na concepção de um Estado Nacional Moçambicano. Sua postura marca a oposição à perspectiva essencialista proposta pela FRELIMO, em que era desconsiderada, e até mesmo repudiada a inclusão dessa perspectiva de organização social na formação da Nação. Sua literatura, nessa medida, é um instrumento de construção de uma identidade nacional em que aspectos da modernidade coabitam com o tradicional; sua percepção de Nação moçambicana se distancia da visão do Partido e do ideal de sociedade moderna e homem novo proposto especialmente no pós-independência.

É bem presente nos três romances estudados a crítica à política adotada pela FRELIMO. Os maus governantes, aqueles que se beneficiam do dinheiro público ou desviam as verbas das doações internacionais, estão presentes nos três romances. Pode-se perceber que a crítica não é operada ao marxismo em si, mas ao mau uso que se fez dessa ideologia em Moçambique e à falta de adaptação desse pensamento à realidade africana, às especificidades culturais moçambicana. Em tom de ironia, a partir da fala do administrador corrupto Jonas, em *O Último Voo do Flamingo* o autor pondera: “O Marxismo seja Louvado, mas há muita coisa escondida nestes silêncios africanos. Por baixo da base material do mundo devem de existir forças artesanais que não estão à mão de serem pensadas” (COUTO, 2005b, p.74).

⁴⁴ Para aprofundar na teoria do rizoma, ver: DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. Mil Platôs. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1995.

A crítica á política da FRELIMO também aparece em determinada passagem de *Terra Sonâmbula*, quando o personagem Quintino resolve contar sua história a Kindzu. Ele inicia a narrativa da seguinte forma:

Aconteceu quando Quintino decidiu visitar a velha casa onde trabalhara como empregado doméstico. Ia ver se ainda sobravam os valiosos bens dos patrões. Não usaria a palavra roubar. Talvez *nacionalizar*. Nacionalizar uns bens a favor do povo original (COUTO, 2007a, p.143).

Os projetos públicos da FRELIMO, de formação do “Homem Novo”, também são alvos de críticas nos romances de Mia Couto. Destaca-se a ironia sobre os campos de reeducação, cujo sentido aplicado pela FRELIMO a esse empreendimento já foi explicado no item anterior. Em *A Varanda do Frangipani* a enfermeira Marta Gimo conta ao inspetor Izidine sua experiência nos campos de reeducação. Em outra passagem, dessa vez em *O Último Voo do Flamingo*, é a prostituta Ana Deusqueira quem dá seu depoimento.

Há muito tempo antes de vir para este asilo, fui enviada a um campo de reeducação. Me desterraram nesse campo acusada de namoradeira, escorregatinhosa em homens e garrafas. Nenhum dos meus colegas, no hospital se levantou para me defender [...]. Nesse campo em que cumpria a sentença eu me degradava a custo de sexo, bebida e seringa (COUTO, 2007b, p.124).

Fui mandada para aqui pela Operação Produção. Quem se lembra disso? Atafalharam camiões com putas, ladrões, gente honesta à mistura e mandaram para o mais longe possível. Tudo de uma noite para o dia, sem aviso, sem despedida. Quando se quer limpar uma nação só se produzem sujilidades (COUTO, 2005b, p.178).

Nas obras de Mia Couto há um destaque para a vida comunitária e o poder tradicional em Moçambique. Essa composição narrativa permite identificar esses elementos como projetos de reconfiguração da identidade moçambicana. É importante lembrar que a contestação do projeto nacional já apresentado anteriormente ocorre, sobretudo, com o acirramento da guerra civil. Mia Couto incorpora esse contradiscurso oficial ao inserir em seus romances questões relacionadas com as “tradições” tão combatidas pela FRELIMO. Sua narrativa é composta pelo discurso da diferença, seja ela étnica⁴⁵, religiosa ou de gênero, está atenta para as diferentes temporalidades e espacialidades culturais dentro de Moçambique.

⁴⁵ Ver APÊNDICE E – página 164, mapa da Divisão dos povos em Moçambique por região, APÊNDICE F – página 165, quadro explicativo do apêndice E do Mapa da Divisão dos povos em Moçambique por região, nas páginas X.

Suas narrativas forjam uma ideia de Moçambique onde diferentes culturas e múltiplas temporalidades se encontram. Em seus romances há um permanente encontro entre o velho e o jovem, entre a escrita e a oralidade, a tradição e a modernidade, mostrando um Moçambique que é constantemente recriada. Segundo o autor, “a oposição entre tradicional – visto como o lado puro e não contaminado da cultura africana – e o moderno é uma falsa contradição (COUTO, 2005c, p.60). O que existe são permanentes interconexões. Essa constante recriação só é possível porque a cultura é viva, dinâmica, múltipla. Essa hibridez é um traço permanentemente presente nos romances de Mia Couto. Ele apresenta essa característica ao se referir às sociedades locais, os portugueses, indianos e outros povos que coabitam(ram) o mesmo espaço cultural.

Os romances contém uma crítica explícita aos rumos do país, aos desmandos da guerra e ao projeto de nação da FRELIMO, que não contemplava a realidade cultural e social de Moçambique. Ao construir uma narrativa que representa Moçambique com suas pluralidades étnicas e culturais, com os fatores ditos “tradicionais” ainda influenciados de maneira decisiva a vida das pessoas, e com uma crítica pesada aos rumos políticos do país, Mia Couto constrói uma ideia de nação paralela à que foi pensada pela FRELIMO. Se a Frente e depois o Partido tencionavam acabar com as especificidades em nome de uma luta de classes, lado Mia Couto escancara essa mesma diversidade.

Ao mostrar esse Moçambique com os diferentes povos que compõe esse diversificado mosaico cultural, o autor presa por um projeto de nação alinhado à compreensão de que as culturas são por si só “impuras”. É justamente esse tipo de sociedade e de população moçambicana que aparece em seus romances. As diferenças, que nem sempre são tratadas, construídas e vistas a partir de uma relação simples e pacífica, é que dão o tom “transgressor” das narrativas. Em um de seus textos de intervenção, Mia Couto expõe seu ponto de vista a respeito da cultura: “A nossa riqueza provém da nossa disponibilidade de efetuarmos trocas culturais com os outros. [...] Essa magia nasce da habilidade em trocarmos cultura e produzirmos mestiçagens. Nasce da capacidade de sermos nós, sendo outros.” (COUTO, 2005, p.10).

A presença do mítico, do religioso, nos romances é uma forma de incorporar às histórias elementos que fazem parte do dia a dia da população. Essa representabilidade, que assume forma no fanático, rompe com a visão racionalizada, historicista, adotada pela FRELIMO que muitas vezes tentou explicar as experiências do homem comum em Moçambique. Ao mostrar a confluência entre o mundo dos vivos e o dos mortos, o autor representa aquilo que é um dos principais traços dos povos que vivem em Moçambique: a

intensa relação com o sagrado. O espaço do sagrado é representado pelo animismo presente em todos os romances aqui analisados. Essa importante prática cultural, essa forma de ver os mundos e ser visto por eles, está presente nas narrativas de Mia Couto aqui analisadas, conforme mostra as seguintes passagens de *Terra Sonâmbula*:

Eu se me pensava esperto, não descobrira a razão da vida estar correndo às mil porcarias? Tudo aquilo era castigo encomendado por ele, meu legítimo pai. [...] - Sou um morto desconsolado. Ninguém me presta cerimônias. Ninguém me mata a galinha, me oferece uma farinha, nem panos, nem bebidas. Como posso te ajudar, te livrar das suas sujilidades? Deixaste a casa, abandonaste a árvore sagrada. Partiste sem me revezares. Agora, sofres as conseqüências. Sou eu que ando a ratazanar seu juízo (COUTO, 2007a, p. 44).

Farida era filha do céu, estava condenada a não poder olhar nunca o arco-íris. Não lhe apresentaram à lua como fazem com todos os nascidos da sua terra. Cumpria um castigo ditado pelos milênios: era filha-gêmea, tinha nascido de uma morte. Na crença de sua gente, nascimento de gêmeos é sinal de grande desgraça. No dia seguinte a ela ter nascido, foi declarado chimussi. A todos estava interdito lavar o chão. Caso uma enxada, nesse tempo, ferasse a terra, as chuvas deixariam de cair para sempre (COUTO, 2007a, p.70).

Outra diferente postura do escritor em comparação com os projetos oficiais diz respeito às culturas tradicionais. Nas três obras aqui analisadas, *Terra Sonâmbula*, *A Varanda do Frangipani* e *O Último Voo do Flamingo*, as chamadas tradições locais aparecem com muita força. Contudo é importante observar que Mia Couto não prega uma volta às raízes dos antepassados, nem concebe a ideia de uma África genuína, pura, como antes da chegada do colonizador. A intenção é mostrar que existe uma lógica cultural presente na sociedade que carrega uma grande força e merece ser considerada. Ao se referir ao mosaico cultural que é Moçambique, o próprio autor declarou em entrevista que “temos diferentes países e diferentes nações num só espaço geográfico” (COUTO, 2005a, p. 4).

A identidade moçambicana representada por Mia Couto caracteriza-se por personagens que se encontram sujeitas a uma infinidade de combinações e influências, de comunidades que convivem e confrontam-se continuamente com a diversidade e reagindo aos acontecimentos de forma igualmente diversificada. Negros e indianos que se identificam nas experiências sociais ou se estranham em atitudes discriminatórias, brancos que há muito negaram sua ocidentalidade e vivem plenamente a cultura local, negros que convivem com outros negros de culturas diferentes de forma harmoniosa ou conflituosa, negros que não conseguem entender os seus em decorrência de experiências de vida [...] (TEDESCO, 2008, p.201).

As questões relativas às culturas tradicionais são presença marcante em todos os romances. Em *Terra Sonâmbula* o pai de Kindzu, o velho Taímo, explica para o filho que a

boa sorte não vai acompanhá-lo na viagem, pois ele não tinha cumprido o que determinava a tradição, já que ninguém fizera as cerimônias depois de sua morte e não o tinham alimentado devidamente. Assim como a terra cobra dos viventes por ignorarem as tradições ancestrais, ele castigaria o filho por não ter cumprido os ritos conforme mandava a tradição. “O velho Taímo se explicou: “Eu não podia alcançar nada do sonhado enquanto a sombra dele me pesasse. A mesma coisa se passava com a nossa terra, em divórcios com os antepassados. Eu e a terra sofriamos de igual castigo” (COUTO, 2007a, p.45).

Mia Couto faz uma espécie de alerta para a gradual morte da tradição. As proibições, as guerras incessantes, contribuíam para a desarmonia das culturas tradicionais. A morte dos velhos detentores da sabedoria era também a morte de um conhecimento e de um mundo cuja existência é importante e integrante para o moderno estado moçambicano. Em uma passagem de *Terra Sonâmbula* em que o autor faz uma reflexão sobre o significado da morte do velho Siqueleto, ele expõe essa situação:

A gente vai chegando à morte como um rio desencorpa no mar: uma parte está nascendo e, simultânea, a outra já se assombra no sem fim. Contudo, no falecimento de Siqueleto havia um espinho excrescente. Com ele todas as aldeias morriam. Os antepassados ficavam órfãos da terra. Os vivos deixavam de ter um lugar para eternizar as tradições. Não era apenas um homem mas todo um mundo que desaparecia (COUTO, 2007a, p.84).

Em *A varanda do Frangipani* essa mesma questão aparece durante o diálogo do inspetor Izidine com a enfermeira Marta Gimo:

- Olhe para esses velhos, inspector. Eles todos estão morrendo.
 - Faz parte do destino de qualquer um de nós.
 - Mas não assim, o senhor entende? Estes velhos não são apenas pessoas.
 - São o que, então?
 - São guardiões de um mundo. É todo esse mundo que está sendo morto (COUTO, 2007b, p.57).

Em outra passagem do mesmo romance:

- Não é só aqui na fortaleza. É no país inteiro. Sim, é um golpe contra o antigamente. [...]
 - Há que guardar este passado. Senão o país fica sem chão (COUTO, 2007b p. 98).

Ao evidenciar elementos da cultura local e valorizar práticas e lideranças presentes nas tradições, o escritor busca ressaltar aquilo que ele considera próprio de Moçambique. A sua criação ficcional vai ao encontro da ideia de identidade nacional, de nação comprometida com as diferenças, à medida que mostra as propriedades,

particularidades e similitudes encontradas na sociedade moçambicana. Apesar desse apelo a elementos locais e da tradição, suas obras não estão carregadas de um sentimento nativista, muito pelo contrário, o que o autor busca ressaltar é justamente o entrelaçamento de moderno e tradição, campo e cidade, escrita e oralidade. Para que exista um mundo não é necessária a morte do outro.

Moçambique é representado como um espaço de encontros e desencontros, típicos da cultura. Lugar onde o caos trazido pela guerra se instala, mas também ambiente onde uma nação próspera pode nascer, um país em que as diferenças possam ter seu espaço. As narrativas trabalhadas neste estudo denunciam a morte, mas também anunciam o nascimento. Em nenhum dos três romances o final se instalou como definitivo, a incerteza, a esperança, permanecem como metáfora do que ainda não aconteceu, do que ainda está por vir, por realizar.

Se atentar para os debates referentes à questão nacional, é muito comum a afirmativa de que a nação deve necessariamente produzir sentido e gerar um sentimento de identidade e lealdade. Isso porque é a partir desses sentimentos que se gera uma força centrípida que faz com que os indivíduos, por mais diferentes que sejam, reconheçam-se como pertencentes a determinado país, nação. Esse conjunto de elementos provoca uma “subordinação” as demais identidades, sejam elas étnicas, regionais, de classe ou gênero, e o que se tem é um sentimento de lealdade a uma nação soberana. Como argumenta Mia Couto,

Se considerarmos que existiam não etnias mas nações historicamente definidas, então é perfeitamente natural que um cidadão moçambicano se sinta pertença da nação moçambicana e da nação shona. Ele terá para sempre fidelidades “divididas”. O que não quer dizer que seja menos moçambicano que qualquer outro cidadão nacional (COUTO, 2005c, p.92-93).

Essa unificação que se realiza no plano do imaginário das representações, contudo ela não acontece efetivamente. Como define Hall (2006), as nações modernas são por si só híbridos culturais, que englobam em si profundas diferenças internas que são “unificadas” em torno de uma identidade comum, a identidade nacional. A construção dessa identidade nacional pensada a partir de uma cultura nacional, age como um símbolo portador de identificação e significado.

As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo do poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas

nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade (HALL, 2006, p.65).

Um dos direcionamentos que Mia Couto apresenta na sua narrativa é justamente o enfoque às diversas e diferentes identidades culturais presentes em Moçambique. À revelia do projeto homogeneizador do Estado, essas identidades se modificaram e se perpetuaram ao longo do tempo, sobrevivendo sempre em tensão com as demais identidades, como a nacional. O autor, ao expor as problemáticas que envolvem a construção de uma identidade nacional moçambicana fixa, coesa e estanque, aponta, na verdade, para um outro direcionamento. Esse outro olhar proporciona a percepção de que a formação da identidade nacional não se coloca mais como uma questão de autenticidade versus assimilação, mas como uma articulação criativa por meio da qual se atinge uma identidade que é sempre provisória.

A guerra civil em Moçambique foi um fato crítico que provocou mudanças profundas em toda a sociedade. Ela suscitou dúvidas em relação aos universalismos totalizantes e reducionistas que prometiam a “cura para todos os males”. Iniciou-se o fechamento de uma época de violência e repressão, para uma de abertura para o reconhecimento das diferenças e da diversidade. Novas possibilidades de se pensar a construção de uma nação se apresentam, como nos relata Peter Fry,

Embora Moçambique tenha continuado a ser pensada como uma nação a ser construída, ou “desenvolvida” como o mundo prefere dizer, essa construção deixou de depender da destruição do passado. Em vez disso, a nova nação moçambicana desenvolver-se-ia através da interação harmoniosa entre a “tradição” e a “modernidade”. Tornou-se possível imaginar a nação moçambicana como uma projeção do presente ao futuro, ao invés de como algo que só poderia ser realizado através da revolução e da total conversão dos seus membros a algo diferente (FRY, 2003, p.296).

O importante ao se pensar as concepções de identidade nacional é entender que esta, é uma escolha historicamente e socialmente determinada. Por mais que ela se remeta a um passado ancestral é sempre forjada com referência a um tempo e, a um lugar específico, passa por um constante processo de ressignificação. Dentro dessas relações humanas é sempre necessário fundarmos novas identidades, posto que é a partir delas que produzimos não tanto o que somos, mas a miragem daquilo que desejamos nos tornar. Portanto, ao fundar uma nova compreensão do que seria a nação, a literatura de Mia Couto não estabelece o que é Moçambique, mas cria uma idéia do que pode vir a ser. É a tentativa de um poeta de pintar um retrato que está em permanente movimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado moçambicano nasceu da efetiva presença do colonizador, que impôs a definição de fronteiras artificiais estabelecendo os limites territoriais nacionais. A nação moçambicana, o sentimento nacional, também nasceram a partir da presença do colonizador. A relação estabelecida entre colonizador e colonizado é sempre regulada por inúmeras formas de violência e resistência, que fazem com que o colonizado crie uma situação de repúdio ao colonizador. É desse contexto de negação que nasce o desejo de união e libertação. Ou seja, a primeira forma de identidade nacional é formada por uma negação do outro e do mundo que ele representa. A ideia de nação moçambicana surge, pois, em oposição ao sistema colonial português, estabelece-se, portanto, uma identidade contrastiva.

Com o fim da luta de libertação nacional e a conseqüente independência do país, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) se transforma em partido político, ela assume o poder e passando a governar Moçambique. Dentro do seu projeto político existe uma clara opção pelo socialismo, que vai influenciar a forma como será concebida a nação. O sentimento de repúdio ao colonizador permaneceu. Tudo aquilo que se relacionava ao sistema colonial é considerado antirevolucionário, e, portanto deve ser eliminado. Outra forma de pensamento nacional se apresentou, foi a identificação de todos os moçambicanos a partir do entendimento de que são classes proletárias. Ou seja, a identidade nacional após a independência é construída a partir dos pilares da negação ao colonialismo e da identificação com a classe trabalhadora e com o estado forte. A sociedade e a cultura moçambicanas passam a ser definidas e identificados a partir do estado forte e centralizador.

Este estado, ao tentar suprimir as diferenças presentes na sua sociedade, cria uma situação de descontentamento e hostilidades. A proibição de práticas culturais e formação social “tradicionais” criou na população em geral um profundo descontentamento, e a imagem do governo passa a ser associada aos inimigos das culturas locais. Essa conjuntura é aproveitada por indivíduos descontentes das escolhas da política nacional. Em meio as diferenças políticas nacionais e internacionais, a insatisfação popular é canalizada e usada como uma das prerrogativas de sustentação da guerra civil de oposição entre a FRELIMO e a RENAMO que durou dezesseis anos.

A guerra marcou profundamente a sociedade moçambicana. Foram milhares de mortos, feridos e deslocados. A infraestrutura do país foi seriamente abalada, com a destruição de estradas, linhas férreas, pontes. A produção agrária (base da economia) declinou vertiginosamente pelo fato de os combates se concentravam na zona rural, situação que provocou miséria, fome e uma drástica diminuição das divisas nacionais. Moçambique saiu da guerra civil como um dos países mais pobres do mundo. Arrasado pela destruição dos combates e marcado pelos problemas das minas, que continuaram a fazer vítimas mesmo após o acordo de paz.

Com o fim dos conflitos, não só a infraestrutura começou a ser reconstruída, mas a própria idéia de nação passou a ser ressignificada. A mesma guerra que destruiu, tornou-se ponto de construção de uma nação alinhada com um projeto nacional que considera as diferenças e particularidades das culturas locais. Contraditoriamente, o silêncio da guerra foi a emergência da percepção de que Moçambique antes de mais nada é um espaço cultural híbrido, profundamente marcado por infindáveis culturas, até mesmo a colonial. Dessa aceitação nasceu uma nação em que as diferentes nações passam a pertencer efetivamente de algo além, passam a ser integradas ao Estado Nacional moçambicano, sem que isso signifique sua destruição ou a diminuição da soberania do Estado.

A literatura foi uma importante aliada na construção do sentimento nacional e no combate ao colonialismo; Importante arma para que os ideais da revolução se propagassem entre toda a sociedade. De acordo com Frantz Fanon, essa é uma literatura de combate propriamente dita

No sentido em que ela convoca todo um povo à luta pela existência nacional. Literatura de combate, porque informa a consciência nacional, dá-lhes forma e contornos e lhe abre novas e ilimitadas perspectivas. Literatura de combate, porque assume, porque é vontade temporalizada (FANON,2005, p.275).

A guerra provocou destruições, traumas e mutismo social. A experiência dos combates provocou na sociedade uma desmemória quase uma necessidade de esquecimento. É a literatura que revira os escombros do passado da guerra e propões uma reflexão sobre o que se passou. Como expõe Mía Couto em entrevista a Miriam Sanger:

Acredito que a literatura pode ajudar a manter vivo o desejo de inventar outra história para uma nação e outra utopia como saída. Não que eu tenha ilusão sobre o poder da literatura, mas a escrita literária pode, em certos momentos, ter função de terapia coletiva. Regresso ao caso moçambicano do período pós guerra. O que aconteceu foi uma mesma espécie de amnésia coletiva. Ninguém se recorda de nada do que aconteceu. Foram 16 anos de guerra fratricida, 1 milhão de mortos, mas

ninguém quer, hoje, lembrar este tempo de cinzas. Trata-se de uma estratégia de não despertar fantasmas mal resolvidos. No entanto, é triste não termos mais acesso a esse tempo, perdermos parte de nossa história recente nos faz sermos menos nós mesmo. É aqui que a literatura pode ter função de resgatadora. Pode permitir acesso, fora de sentimentos de culpa e de dedos acusatórios (COUTO, 2009, p.3).

Nesse processo de ressignificação da identidade nacional iniciado com os desdobramentos da guerra civil, a literatura mais uma vez apresentou-se como um importante espaço de representação desse novo projeto nacional. Mia Couto, que já integrou os quadros da FRELIMO, traz em seus romances esse novo olhar, apresenta uma nova concepção de nação em que as particularidades locais tem espaço. Temos nas suas narrativas uma forte presença dos aspectos do sagrado, das chefias de linhagem, dos imaginários e expressões culturais dos mais diferenciados povos. O próprio autor, no texto *Uma cidadania à procura da sua cidade*, publicado na obra *Pensatempos*, esclarece a respeito da existência de diferentes nações dentro da nação moçambicana, onde diversificadas experiência e realidades culturais se encontram formando o Estado híbrido de Moçambique. Segundo ele,

Não há nenhum de nós que seja cidadão de uma só nação. Repartimo-nos por universos vários. Somos cidadãos da oralidade mas também da escrita. Somos urbanos e rurais. Somos da nação da tradição e da modernidade. Sentamo-nos ao computador e na esteira, sem nos sentirmos estranhos em nenhum dos assentos. E é assim que terá que ser: partilharmos mundos diversos sem que nenhum desses universos conquiste hegemonia sobre os outros. [...]. Moçambique é uma nação de muitas nações. É uma nação supranacional. E isso deve conviver perfeitamente dentro do espaço moçambicano, tal como o definimos. Como deve conviver dentro de cada um de nós. [...]. Desconfiemos, sim, dos que sugerem cruzadas à procura da pureza ou da autenticidade (COUTO, 2005c, p. 93).

O fato de reconhecer a legitimidade das chefias tradicionais e da organização das comunidade locais não afeta a soberania do Estado Nacional. O que existem são formas diferenciadas de lealdade, um macua não é menos moçambicano e nem se sente menos moçambicano por ser macua. O que se pode concluir a partir do caso específico de Moçambique é a existência de “poderes pareados”. Mas esses “poderes tradicionais” mantêm uma relação de subalternidade ao Estado soberano, mesmo que este Estado atribua a essas sociedades cada vez mais poderes de decisão. Appiah faz uma importante reflexão sobre essa questão:

Conquanto seja fácil observar a inadequação do modelo do Estado nacional frente às complexas instituições e compromissos de fidelidade mediante os quais a sociedade civil pode organizar-se, talvez seja cedo demais para nos pronunciarmos quanto ao desfecho disso. Claramente, para que o Estado venha algum dia reverter a história recente e ampliar o papel que desempenha na vida de seus cidadãos, ele terá que aprender alguma coisa sobre a surpreendente persistência dessas aflições

“pré-modernas”, dessa trama cultural e política de relações pela qual nossa identidade é conferida (APPIAH, 1997, p.239).

Essas organizações sociais, mesmo que muito diferentes entre si, são importantes membros formadores da identidade coletiva, que é a responsável por produzir sentido à nação moçambicana. A união é possível devido as histórias, experiências e sentimento de pertença (mesmo que seja territorial) compartilhados. O historiador José Murilo de Carvalho fala da intrínseca relação entre identidade coletiva e nação:

Mais do que qualquer outra comunidade, as nações requerem para a sua sobrevivência a construção de uma identidade coletiva, para contrabalançar os muitos elementos divergentes que todas tem que enfrentar. Essa identidade é uma construção composta de diferentes ingredientes, geralmente carregados com componentes altamente emocionais (CARVALHO, 2003, p.397-398).

Esta pesquisa buscou refletir, a partir dos romances de Mia Couto, especificadamente *Terra Sonâmbula*, *A Varanda do Frangipani* e *O Último Voo do Flamingo*, sobre como a guerra civil se tornou um crucial elemento de contigência da história Moçambicana, ao ponto de provocar uma ressignificação da identidade nacional. O que se tentou demonstrar foi como a literatura representou o conflito armado, a falência do Estado Socialista e a edificação de uma nova idéia de nação.

Como toda construção intelectual, este trabalho é fruto de uma série de escolhas, seja da maneira como as temáticas foram abordadas, seja pela escolha teórico, metodológica. E como produção humana, não é isento nem neutro. Algumas questões não foram abordadas ou por razões práticas de tempo e espaço, já que os objetivos são bem delimitados, ou por simples escolha teórica, pois algumas questões poderiam se “perder” ao longo do texto. Algumas ausências no texto não são fruto de desconhecimento, são apenas escolhas feitas por ocasião do projeto da dissertação.

Não houve preocupação a respeito da recepção da obra de Mia Couto em Moçambique, ou fora dele. Algumas interrogações, que não eram foco desse trabalho e, portanto, não foram respondidas, apresentam-se como possibilidades para outras pesquisas, tais como:

O fato de ser um branco filho de portugueses certamente representa algo, e conseqüentemente influência na edificação da obra. Esse lugar de fala de alguma forma compromete o autor? Outra pergunta que se faz é: se o autor fosse negro e vivenciasse a situação colonial como tal, a produção literária se daria da mesma forma. É possível separar a experiência racial da construção literária na África?

Os discursos que se faz em favor das comunidades locais, adotado até mesmo pelo estado não seriam mais uma forma de expressão neoliberal em que o papel do estado é cada vez mais reduzido, do que o reconhecimento efetivo da legitimidade das comunidades locais na construção da Nação?

Até que ponto as narrativas de Mia Couto tem uma visão crítica em relação à FRELIMO? Será que existe um distanciamento que favoreça a construção de um discurso “confiável” ou é ainda uma forma de “panfletagem nacionalista”, considerando que não há em seus romances nenhuma passagem em que a crítica seja direcionada a Samora Machel, cuja existência se confunde com a própria FRELIMO.

As questões levantadas são apenas indagações que poderiam estar presentes no corpo deste texto, mas não estão. Elas corroboram de que nas considerações finais de um trabalho há poucos finais. O que se apresenta é uma infinidade de dúvidas. De forma que este trabalho é apenas um início, uma ínfima contribuição para questões ainda maiores que se apresentam. Que as lacunas “denunciadas” nas minhas considerações finais sejam considerações iniciais para próximos trabalhos que hão de vir.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamim (org.). *Margens da Cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Literatura: história e política*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: SENAC, 2002.

AJOELLO, Aldo. O papel da ONUMOZ no processo da pacificação. In: *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo, 1995. (p. 125-129)

ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Memória e esquecimento*. In: ROUANET, Maria Helena (org.) *Nacionalidade em questão - Cadernos da Pós/Letras* (19). Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

_____. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

APPIAH, Kwame Antony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

ARNAUT, Luiz; LOPES, Ana Mônica. *História da África: uma introdução*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BALANDIER, George. *A noção de situação colonial*. In: *Cadernos de Campo – Revista dos alunos de antropologia da USP*, numero 3, São Paulo: USP, 1993.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BHABHA, Homi. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. *Narrativa e resistência*. In: Itinerários. nº 10. Araraquara, Unesp, p. 11-27. 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: Amado, Janaina e Marieta M. (Orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BUENDA, Miguel. *Samora Machel e a educação*. In: Samora, homem do povo. António Sopa (Coord.) Maputo: Maguezo, 2001.

CABAÇO, José Luis. *O homem novo: breve itinerário de um projecto*. In: Samora, homem do povo. António Sopa (Coord.) Maputo: Maguezo, 2001.

_____. *A questão da diferença na literatura moçambicana*. In: Via atlântica. nº. 7. São Paulo: USP. FFLCH, 2004.

_____. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese (Doutorado - Programa de Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CAETANO, Marcelo José. *O enigma de Muana Puó*. In: *Scripta*. Belo Horizonte, v.I, n.I, páginas 267-282, 2ºsem. 2004.

_____. *Itinerários Africanos: Do colonial ao pós-colonial nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. v. 4 Anos.IV, nº. 2, 2007.

CÂNDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. São Paulo: Ciência e Cultura, 1972.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

_____. *A Educação pela noite*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Norberto do Vale. *Autognose e (Des)memória: Guerra colonial e identidade nacional em Lobo Antunes, Assis Pacheco e Manuel Alegre*. Tese de mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa. 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *Nação imaginária: memória, mitos e heróis*. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASIMIRO, Isabel Maria. *Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora*. In: Samora, homem do povo. António Sopa (Coord.) Maputo: Maguezo, 2001.

CAVACAS, Fernanda. *Mia couto: palavra orla de sabor quotidiano/palavra escrita de saber literário*. In: Chaves, Rita. *Marcas da diferença. As literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.

CHARCHALIS, Wojciech. *Lo Real Maravilloso Americano de Mia Couto*. In: IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada. Universidade de Évora. Portugal. Maio de 2001.

CHABAL, Patrick. *Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade*. Porto: Veja, 1994.

CHARTIER, Roger. *Uma crise da História? A História Entre a Narração e Conhecimento*. In: *Fronteiras do milênio*. (Org.). Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS, 2001.

_____. *História Cultural, entre práticas e representações*. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique Experiência Colonial e Territórios Literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

_____. *O Passado Presente na Literatura Angolana*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v.3, n.6, p. 245-257, 1ºsem. 2000.

_____. *Angola e Moçambique: o lugar das diferenças nas identidades em processo*. Rio de Janeiro: Educam, 2001.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

COUTO, Mia. *É preciso aceitar uma certa morte e renascer um bocado*. In: Jornal África, ano V, n. 157, seminário de 18 a 24 de julho de 1990. (p.20-22)

_____. *Mia Couto, Moçambique ou o olhar dos sonhos*. Entrevista concedida a Virgílio de Lemos. Latitudes nº 3, julho de 1998

_____. *Mia Couto e o exercício da humildade*. Entrevista concedida a Marilena Felinto. Folha de São Paulo, Caderno Mundo, 21 de julho de 2002. Disponível em: www.macua.org/miacouto/miacoutoexerciciodehumildade.html (Acessado em 15/08/2008)

_____. *A escrita é uma passaporte para eu ter outras vidas*. Adverso. São Paulo, 1ª quinzena de outubro de 2004a. Disponível em: http://www.adufrgs.org.br/conteudo/sec.asp?id=cont_lista_artigos.asp (Acessado em 26/08/2008).

_____. *Crenças e tradições moçambicanas por Mia Couto*. Moçambique34, p.58, 2004b.

_____. *A África deixou de ser visível*. Swissinfo. 27 de Junho de 2005a. Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/por/swissinfo.html?siteSect=105&sid=5877523> (Acessado em 15/09/2008).

_____. *O Último Vôo do Flamingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b.

_____. *Pensatempos. Textos de Opinião*. Lisboa: Caminho, 2005c.

_____. *Os sete sapatos sujos. Oração de sapiência na abertura do ano lectivo no ISCTEM*. Março de 2005d. Disponível em: <http://www.macua.org/miacouto/MiaCoutoISCTEM2005.htm>. (Acessado em 18/03/2008)

_____. *O coração de Moçambique*. Gazeta do povo: Caderno G. 25 de junho de 2006a. Disponível em <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/cadernog/conteudo.phtml?tl=1&id=575902&tit=O-coracao-de-mocambique> (Acessado em 15/03/2008)

_____. *Mia Couto revisitado*. Digestivo Cultural. 14 de setembro de 2006b. Disponível em: <http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=2047>. (Acessado em 10/03/2008)

_____. *Não a reforma ortográfica*. Entrevista concedida a Jonas Furtado. Isto é Independente, 26 de Setembro de 2006c. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/edicoes/1978/artigo62007-1.htm> (Acessado em 25/06/2008).

_____. Entrevista realizada pelas Professoras Tânia Macedo e Rita Chaves com o escritor Mia Couto na Rádio USP apresentada em 14/08/2006d. Disponível em: <http://www.radio.usp.br/programa.php?id=2&edicao=060814>

_____. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

_____. *A Varanda do Frangipani*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b.

_____. *Sou um Poeta que conta histórias*. Circulo de Leitores. 20 de Março de 2007c. Disponível em: www.circulodeleitores.pt. (Acessado em 10/03/2008).

_____. *Escrita Falada*. In: *Discutindo Literatura*. São Paulo, Ano 3. nº 16, 10-13, 2008.

_____. Mia Couto, o poeta que escreve histórias. Entrevista concedida a Miriam Sanger. In: *Revista da Cultura*. Fevereiro de 2009. Edição da Cultura. nº edição 19. 2009. Disponível em: http://www2.livrariacultura.com.br/culturaneuws/rc19/inc_comum/revista_cultura_site_19.pdf (Acessado em 15/03/2009)

D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do Texto* 2º ed. São Paulo: Ática, 1999.

ESPINHEIRA, Gey. Branco na memória. *Cadernos do CEAS*, n. 152, jul./ago., 1994, p. 67-79.

ESTEVES, A.T. *O novo romance Histórico brasileiro*. In: ANTUNES, L.Z. (org) *Estudos de Literatura e Lingüística*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998, p.123-158.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERREIRA, Manoel. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1987.

FLORENCIO, Fernando. *Cristian Geffray e a Antropologia da Guerra. Ainda a propósito de la cause des armes au Mozambique Etnográfica*. Volume VL, N. 2. Revista do Centro de Estudo em Antropologia. Novembro de 2002.

FREITAS, Maria Teresa de. *Literatura e História*. São Paulo: Atual, 1986.

FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE. *25 Setembro. Dia da Revolução Moçambicana*. Responsável: A. J. M. A. Edição: Revolução Proletária. Imp. 1975

FREYRE, Gilberto. *O Mundo que o português criou: Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

FRY, Peter. *Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral*. Afro-Ásia, nº 29/30 p. 271-316. 2003.

FONSECA, Dagoberto José. *As relações Brasil- África subsaariana: oralidade, escrita e analfabetismo*. In: CHAVES, Rita. *Brasil e África como se o mar fosse mentira*. São Paulo: Unesp, 2006.

GAGNEBIN, J. M. *História e narração em W. Benjamin*. São Paulo, Perspectiva, 2004.

GARCIA, Simone. *Canudos: história e literatura*. Curitiba: HD Livros, 2002.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética de diversidade*. Trad. Enilce do Carmo A. Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

_____, *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, T. T. da (org) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-133.

HALL, Stuart. *Da Diáspora. identidades e mediações culturais*. Trad. de Adelaine La

Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Álvares, Francisco Rüdger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003

HALL, Stuart. *Identidade cultural e diáspora*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75

HAMILTON, Russel G. *Literatura Africana Literatura Necessária II- Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984.

_____. *A Literatura dos PALOP e a teoria Pós –Colonial*. Via atlântica. São Paulo, n.3, dez 1999.

HAMPATÉ BÂ, A. *A tradição viva*. In KIZERBO, J. História Geral da África Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática, Paris: UNESCO, 1982.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. Trad. de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora da UnB, 1999.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

JOBIM, José Luis. (org.) *Palavras da crítica: Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução conceitual, in: SILVA, Tomaz Tadeu (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LANDMINE MONITOR REPORT 2000: Toward a Mine-Free World.

LARANJEIRA, PIRES. *Mia Couto e as literaturas africanas de língua portuguesa*. Revista de Filologia Românica. Anejos, 185-205, 2001.

LEITE, Ana Mafalda. *Empréstimos da Oralidade na Produção e Crítica Literárias Africanas*. IN *Oralidades & Escritas nas Literaturas Africanas*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

_____. *Literaturas Africanas e formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOF, Jaques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 525-541.

LIMA, Isabel Pires de. *Em busca de uma nova pátria: O romance de Portugal e de Angola após a descolonização*. In: *Via Atlântica*. n.1 mar. 1997.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

LOURENÇO, Vitor Alexandre. *Entre Estado e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Velhas Aporias ou Novas Possibilidades Políticas?* Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais 2007, 5/6 pp. 195 – 207.

LOPES, JOSÉ DE SOUSA MIGUEL. *Cultura acústica e letramento em Moçambique: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural*. São Paulo: EDUC, 2004. 672 p.

LUNDIN, Iraê. *Partidos Políticos: a leitura da vertente étnico-regional no processo democrático*. In: *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo, 1995. (p. 424-472)

MACÊDO, Tânia e MAQUÊA, Vera. *Literaturas de Língua Portuguesa: Marcos e Marcas – Moçambique*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

MACIEL, Carmem. *Língua portuguesa: diversidades literárias – o caso das literaturas africanas*. In: *Anais eletrônicos do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra – Setembro de 2004.

MONDELANE Eduardo, MACHEL, Samora. *FRELIMO e a revolução em Moçambique(a)*. M Da Fonte, 1975. 141 p (Coleção libertação nacional)

MACHEL, Samora Moisés. *Estabelecer o poder popular para servir às massas*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

_____. *A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo*. In: *A libertação da mulher*. São Paulo: Global Editora, 1980.

MAGNANI, Maria do Rosário M. *Leituras, Literatura e Escola*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A regra do Jogo, 1980.

MBEMBE, Achille. *As Formas Africanas de Auto-Inscrição*. Estudos Afro-Asiáticos. v.23, nº1 Rio de Janeiro, Jan./Jun. 2001.

MATA, Inocência. *A Alquimia da Língua Portuguesa nos Portos da Expansão em Moçambique, com Mia Couto*. Scripta. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.262-268, 1ºsem, 1998

_____. *Pepetela: um escritor (ainda) em busca da utopia*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v.3, n.5, p. 243-259, 2º sem. 1999.

MATUSSE, Gilberto. *A representação literária da identidade na literatura moçambicana: Cravieirinha*. In: Scripta, Belo Horizonte, V.1, N.1, p. 185-195, 2º sem. 1997.

MAZULA, Brazão. *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo, 1995.

_____. *Moçambique: 10 anos de paz*. CEDE, Maputo, Moçambique 2002.

MBEMBE, Achille. *As Formas Africanas de Auto-Inscrição*. Estudos Afro-Asiáticos. v.23, nº1 Rio de Janeiro, Jan./Jun. 2001

MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MENDONÇA, Fátima. *O conceito de nação em José Craveirinha, Rui Knopfli e Sérgio Vieira*. Via Atlântica, n.5, out. 2002.

_____. *Literatura Moçambicana: A história e as Escritas*. Faculdade de Letras e Núcleo Editorial da Universidade Mondlane. Moçambique. 1988.

MONDLANE. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: A Tua, s/d.

NETO, Arnaldo Rosa Vianna. *A Négritude de Aimé Césaire. Conserveries mémorielles*, 2007, 2^o année, numéro 3, p. 84-98

NETO, Maria da Conceição. *O luso, o trópico... e os outros* (Angola, c. 1900-1975). Estudos Afro-asiáticos (32): x-xx, março de 1998.

NORRA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: *Projeto história: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* n. 17. São Paulo: EDUC, 1998.

[NUNES, Ana Margarida](#) ; [COIMBRA, Rosa Lídia](#). *Um Estudo da Amálgama e do seu Valor Metafórico em Mia Couto* . In Actas del VI Congreso de Lingüística General . Santiago de Compostela, ES, Maio 2004 . p. 1465 - 1474 .

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental*. Em tempos de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História, UnB. n. 9. Brasília, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

PADRÓS, Enrique Serra. *Usos da memória e do esquecimento na História*. Letras, n. 22. Literatura e Autoritarismo. PPG-Letras, UFMS, 2001.

PERRONE-MOISÉS, Leila. *Falência da crítica*. São Paulo: Debates s/d.

PESAVENTO, Sandra J. . *História e Literatura: Uma velha nova História*. In: COSTA, Cléria Botelho & MACHADO, Maria Clara Tomaz. *História e Literatura. Identidades e fronteiras*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

_____. *História e História Cultural*. 2^a. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

———. (Org). *Leituras Cruzadas: Diálogos da História Com a Literatura*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 2000.

———. *Em busca de uma Outra história: Imaginando o Imaginário*. In. Representações. Revista Brasileira de História. V. 15 n. 29. São Paulo, contexto, 1995.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 200-212.

PRATT, Mary Louise. *Introdução: crítica na zona de contato* In: Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru/SP: Edusc, 1999.

RENAN, Ernest. *O que é uma nação?* In: ROUANET, Maria Helena (org.) Nacionalidade em questão - Cadernos da Pós/Letras (19). Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

REIS, Eliana Lourenço de Lima. *Pós-colonialismo, identidade e mestiçagem cultural: a literatura de Wole Soyinka*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ROBLÉS, Ana Paula dos Reis Alves. *O fantástico e o maravilhoso na narrativa de Mia Couto*. Dissertação, University of South África, 2007.

SAID, W. Eduard. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

———. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALGADO, M^a. Teresa. *Um olhar em Direção à Narrativa Moçambicana*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v.8, n.15, p. 297-308, 2º sem. 2004.

———. *Um olhar em direção à narrativa contemporânea moçambicana*. In: Scripta, Belo Horizonte, v. 8, n. 15, p. 297-308, 2º sem. 2004.

SANTOS, António de Almeida. *Quase memórias: da descolonização de cada território em particular*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2006.

SECCO, Carmem Lucia Tindó. *Entre Crimes, detetives e mistérios... (Pepetela e Mia Couto-Riso Melancolia e o Desenvolvimento da História pela ficção)*. In. Revista Virtual da União dos Escritores Angolanos(UEA): Ensaios & Críticas, Luanda, 2003.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economias, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda, 2004.

SERRANO, Carlos. *Memória D'África: a temática em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como Missão: tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 3. ed. Brasiliense: São Paulo, 1989.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, 2 ed.

SMITH, Anthony (1992). *Criação do estado e construção da nação*. In.: HALL, John. Os estudos da história. Rio de Janeiro: Editora Imago.

SOUSA, Lynn Mario T. Meneses de. *Hibridismo e tradução cultural em Bhabha*. In: Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

STEPHAN, Ernesto. *Moçambique vítima do colonialismo*. Lisboa. Editora Prelo. 1975.

TEDESCO, Maria do Carmo. *Narrativas da Moçambicanidade: os romances de Paulina Chiziane e Mia Couto e a reconfiguração da identidade nacional*. Tese (Doutorado em Historia), Departamento de Historia da Universidade de Brasília, 2008.

TEMUDO, Marina Padrão. *Campo de Batalha da Cidadania no Norte de Moçambique*. Caderonos de Estudos Africanos; n. 7-8, Julho 2004/ Julho 2005.

USA. Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID). *Avaliação da corrupção em Moçambique*. Relatório final. Relatores: Bertram I. Spector, Miguel Schloss e Sammi Green, do Management Systems International, e Elizabeth Hart e Tye Ferrell, da USAID. Dezembro de 2005.

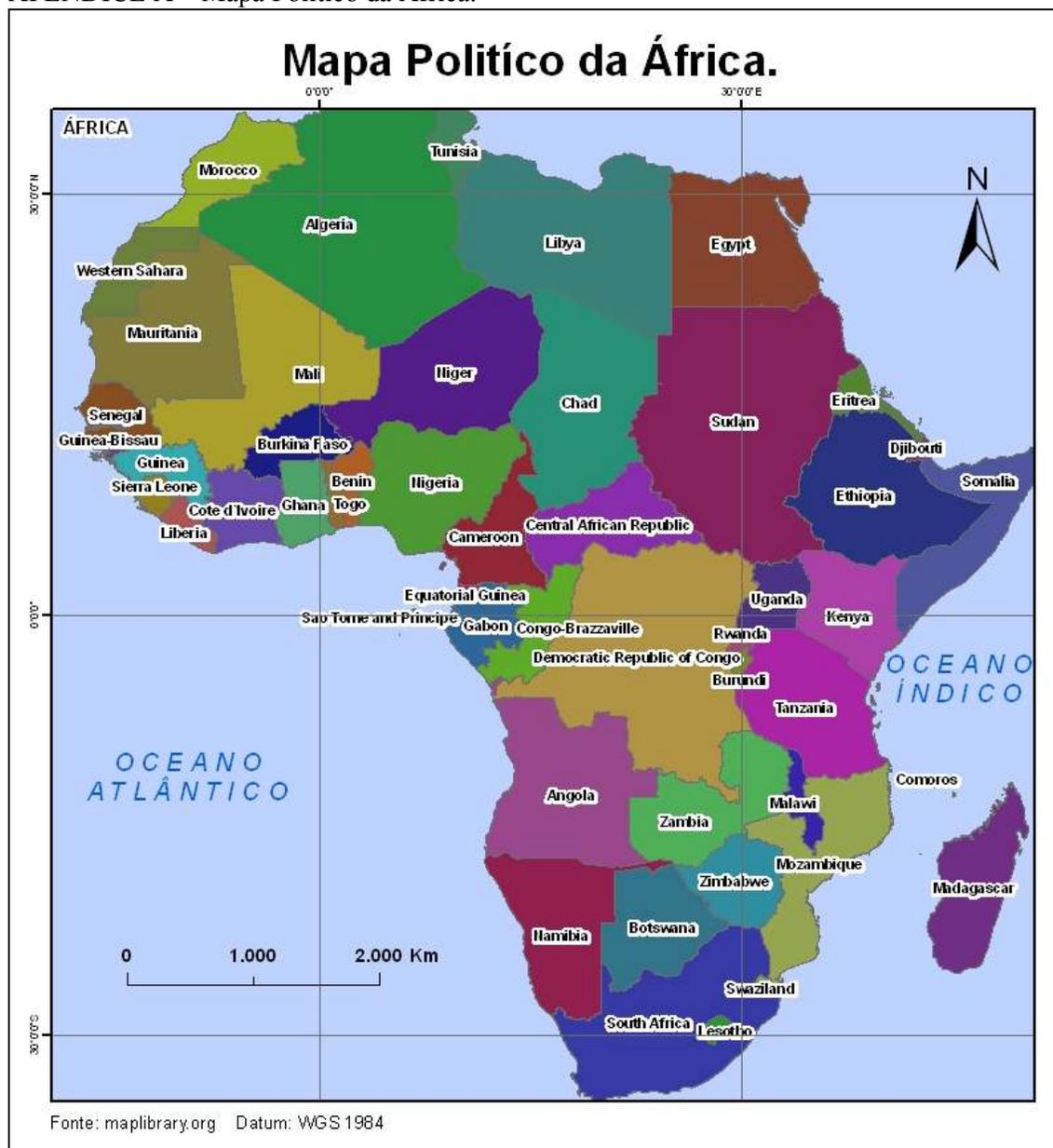
VELHO, Gilberto. *Memória, identidade e projeto*. In: __ *Projetos e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 p. 97-105.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.

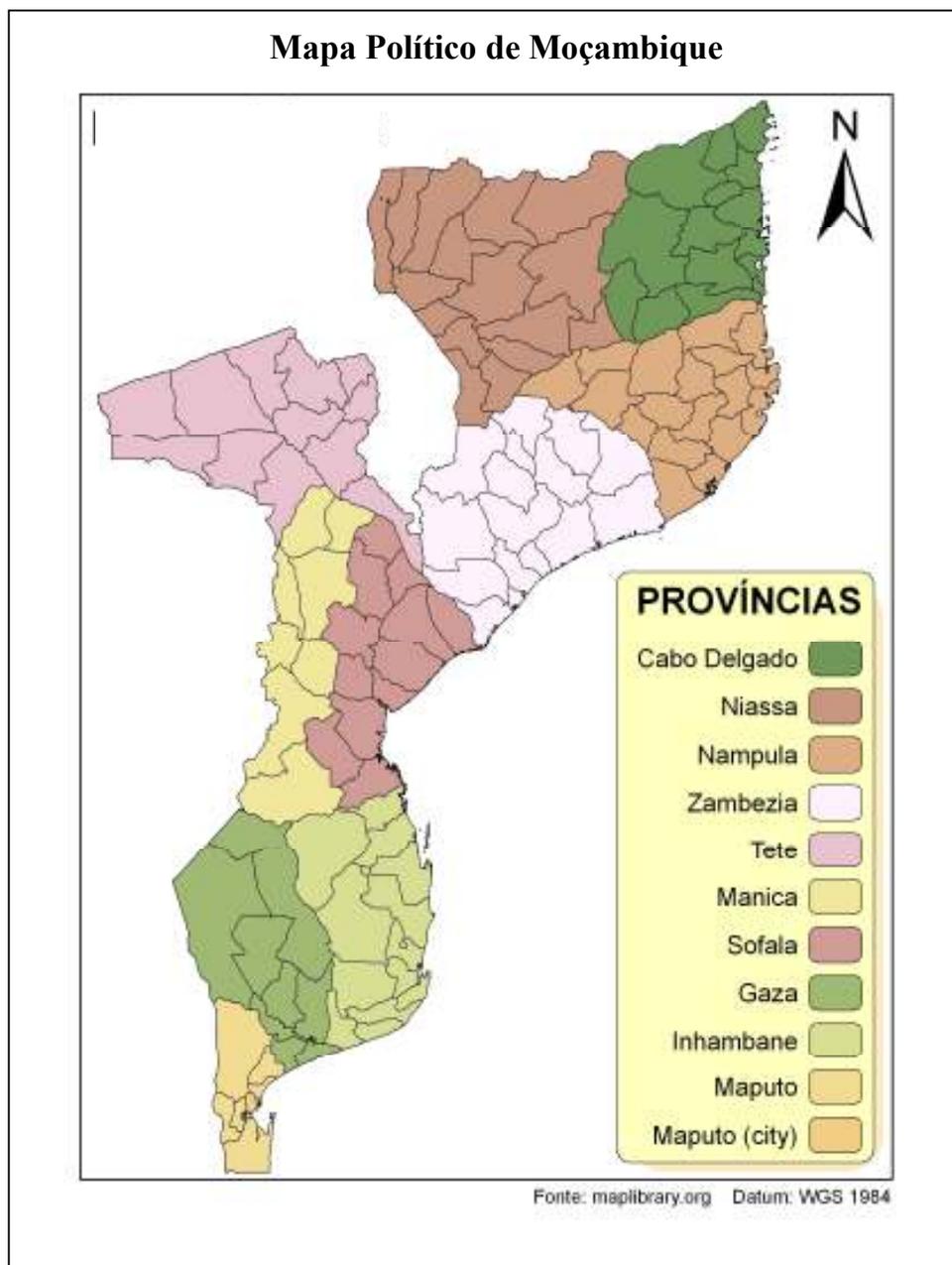
ZILBERMAM, Regina. *A leitura Rarefeita*. São Paulo. Ática, 2002.

APÊNDICES

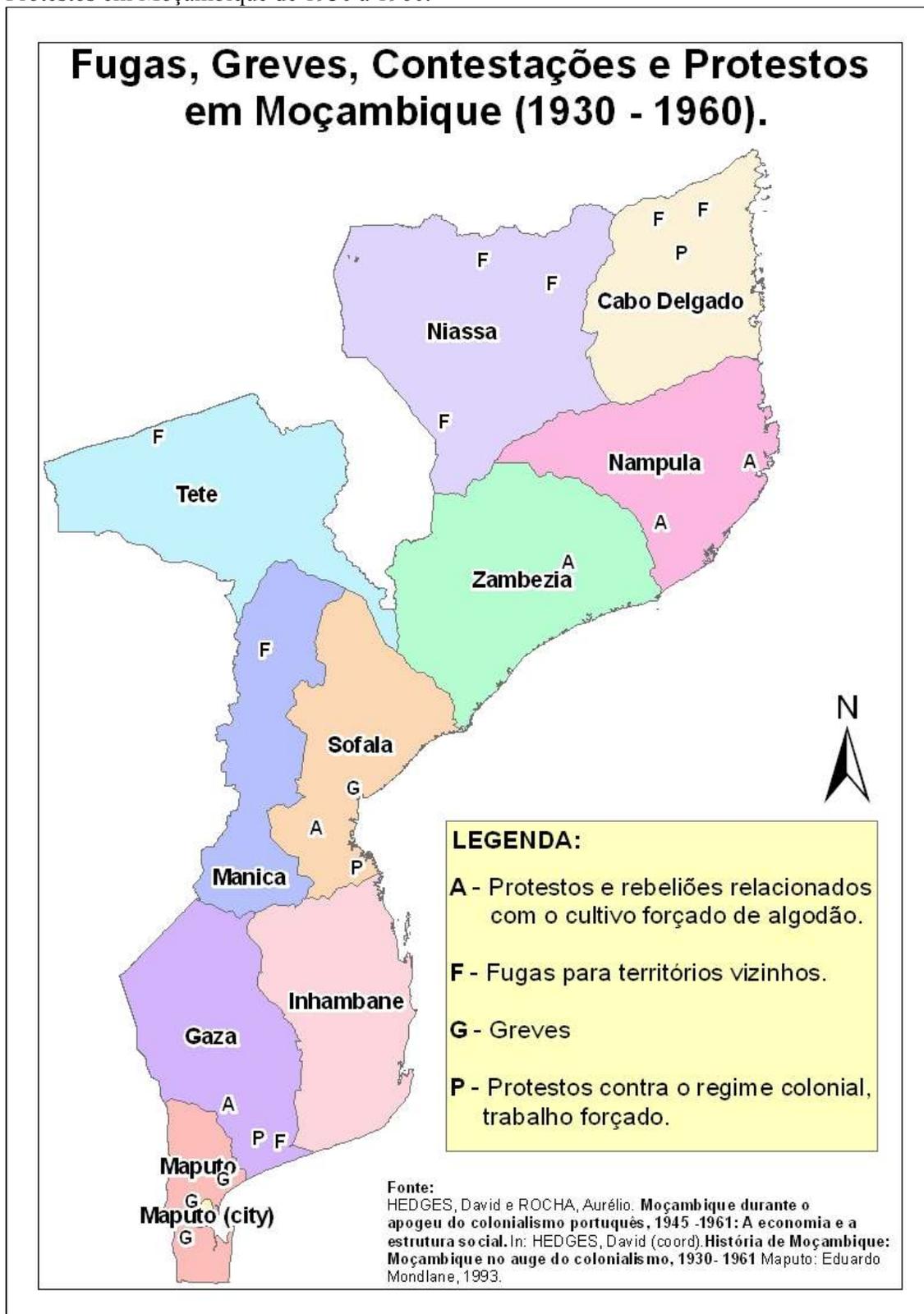
APÊNDICE A – Mapa Político da África.



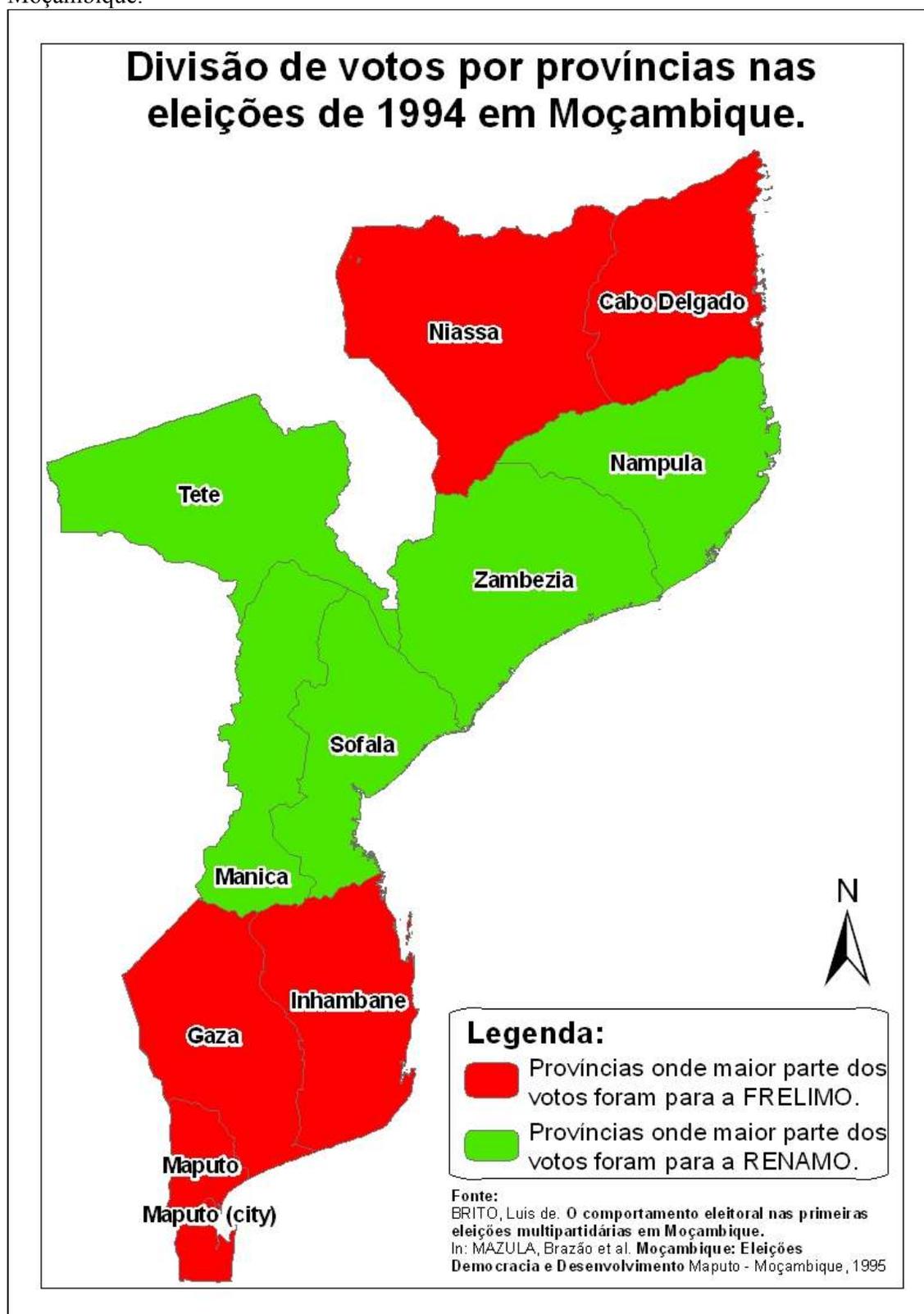
APÊNDICE B – Mapa Político de Moçambique.



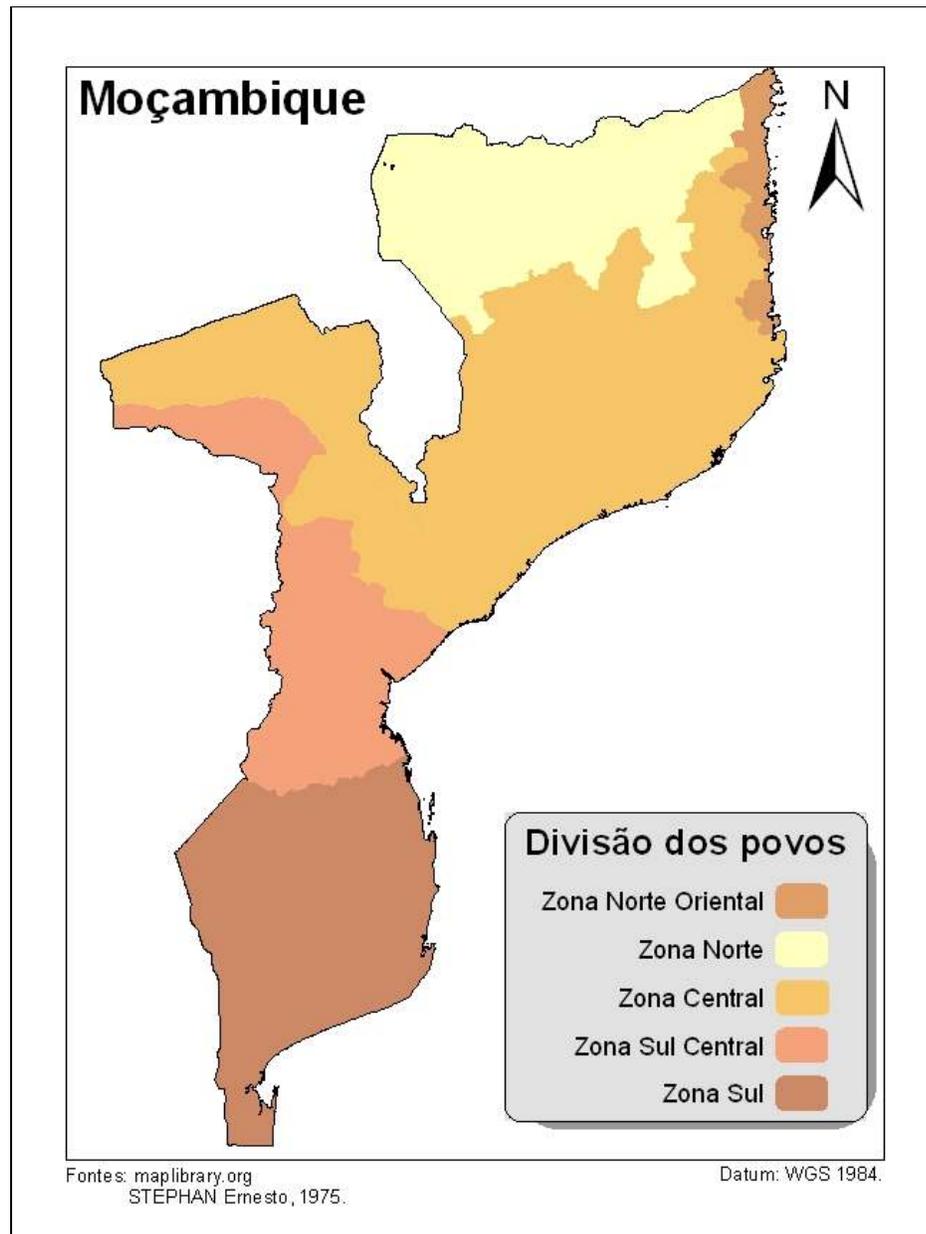
APÊNDICE C – Mapa de localização das regiões com o maior numero de Fugas, Greves e Protestos em Moçambique de 1930 a 1960.



APÊNDICE D – Mapa da divisão de votos por províncias nas eleições de 1994 em Moçambique.



APÊNDICE E – Mapa da Divisão dos povos em Moçambique por região.



APÊNDICE F – Quadro⁴⁶ explicativo do apêndice E do Mapa da Divisão dos povos em Moçambique por região.

Quadro 1- Divisão dos povos em Moçambique por região

Região	Povos
Zona Norte Oriental	Suahili
Zona Norte	Ajuas (Yao); Anjunes (Maravi); Macondes.
Zona Central	Macuas; Ngoni; Tsongas; Manganjas; Tuaras
Zona Sul Central	Shona
Zona Sul	Ngoni; Tsonga; Chopi

Fontes: LOPES, JOSÉ DE SOUSA MIGUEL. *Cultura acústica e letramento em Moçambique: em busca de fundamentos antropológicos para uma educação intercultural*. São Paulo: EDUC, 2004. 672 p.
STEPHAN, Ernesto. *Moçambique vítima do colonialismo*. Lisboa. Editora Prelo. 1975.

⁴⁶ Para a confecção deste quadro foram considerados apenas os grandes grupos étnicos. As subdivisões ou os subgrupos não foram considerados.

ANEXOS

ANEXO A – Mapa que representa o Mapa Cor de Rosa



Fonte:

ANEXO B – Acordo de Lusaka.

ACORDO DE LUSAKA⁴⁷

Reunidas em Lisboa de 5 a 7 de Setembro de 1974 as delegações da Frente de Libertação de Moçambique e do Estado Português, com vista ao estabelecimento do acordo conducente à independência de Moçambique, acordaram nos seguintes pontos:

1. O Estado Português, tendo reconhecido o direito do povo de Moçambique à independência, aceita por acordo com a FRELIMO a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território nos termos a seguir enunciados.
2. A independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da FRELIMO.
3. Com vista a assegurar a referida transferência de poderes são criadas as seguintes estruturas governativas, que funcionarão durante o período de transição que se inicia com a assinatura do presente Acordo:
 - a) Um Alto-Comissário de nomeação do Presidente da República Portuguesa;
 - b) Um Governo de Transição nomeado por acordo entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português;
 - c) Uma Comissão Militar Mista nomeada por acordo entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique.
4. Ao Alto-Comissário, em representação da soberania portuguesa, compete:
 - a) Representar o Presidente da República Portuguesa e o Governo Português;
 - b) Assegurar a integridade territorial de Moçambique;
 - c) Promulgar os decretos-leis aprovados pelo Governo de Transição e ratificar aos actos que envolvam responsabilidade directa para o Estado Português;
 - d) Assegurar o cumprimento dos acordos celebrados entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique e o respeito das garantias mutuamente dadas, nomeadamente as consignadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
 - e) Dinamizar o processo de descolonização.
5. Ao Governo de Transição caberá promover a transferência progressiva de poderes a todos os níveis e a preparação da independência de Moçambique.

Compete-lhe, nomeadamente:

 - a) O exercício das funções legislativa e executiva relativas ao território de Moçambique. A função legislativa será exercida por meio de decretos-leis;
 - b) A administração geral do território até à proclamação da independência e a reestruturação dos respectivos quadros;
 - c) A defesa e salvaguarda da ordem pública e da segurança das pessoas e bens;
 - d) A execução dos acordos entre a Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português;
 - e) A gestão económica e financeira do território, estabelecendo nomeadamente as estruturas e os mecanismos de controle que contribuam para o desenvolvimento de uma economia moçambicana independente;
 - f) A garantia do princípio da não discriminação racial, étnica, religiosa ou com base no sexo;
 - g) A reestruturação da organização judiciária do território.
6. O Governo de Transição será constituído por:

⁴⁷

Publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 210, de 9 de Setembro de 1974.

- a) Um Primeiro-Ministro nomeado pela Frente de Libertação de Moçambique, a quem compete coordenar a acção do governo e representá-lo.
- b) Nove Ministros, repartidos pelas seguintes pastas: Administração Interna; Justiça; Coordenação Económica; Informação; Educação e Cultura; Comunicações e Transportes; Saúde e Assuntos Sociais; Trabalho; Obras Públicas e Habitação;
- c) Secretários e Subsecretários a criar e nomear sob proposta do Primeiro-Ministro, por deliberação do Governo de Transição, ratificada pelo Alto-Comissário;
- d) O Governo de Transição definirá a repartição da respectiva competência pelos Ministros, Secretários e Subsecretários.

7. Tendo em conta o carácter transitório desta fase da acção governativa os Ministros serão nomeados pela Frente de Libertação de Moçambique e pelo Alto-Comissário na proporção de dois terços e um terço respectivamente.

8. A Comissão Militar Mista será constituída por igual número de representantes das Forças Armadas do Estado Português e da Frente de Libertação de Moçambique e terá como missão principal o controle da execução do acordo de cessar-fogo.

9. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português pelo presente instrumento acordam em cessar-fogo às zero horas do dia 8 de Setembro de 1974 (hora de Moçambique) nos termos do protocolo anexo.

10. Em caso de grave perturbação da ordem pública, que requeira a intervenção das Forças Armadas, o comando e coordenação serão assegurados pelo Alto-Comissário, assistido pelo Primeiro-Ministro, de quem dependem directamente as Forças Armadas da Frente de Libertação de Moçambique.

11. O Governo de Transição criará um corpo de polícia encarregado de assegurar a manutenção da ordem e a segurança das pessoas. Até à entrada em funcionamento desse corpo o comando das forças policiais actualmente existentes dependerá do Alto-Comissário de acordo com a orientação geral definida pelo Governo de Transição.

12. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir conjuntamente em defesa da Integridade do território de Moçambique contra qualquer agressão.

13. A Frente de Libertação de Moçambique e o Estado Português afirmam solenemente o seu propósito de estabelecer e desenvolver laços de amizade e cooperação construtiva entre os respectivos povos, nomeadamente nos domínios cultural, técnico, económico e financeiro, numa base de independência, igualdade, comunhão de interesses e respeito da personalidade de cada povo.

Para o efeito serão constituídas durante o período de transição comissões especializadas mistas e ulteriormente celebrados os pertinentes acordos.

14. A Frente de Libertação de Moçambique declara-se disposta a aceitar a responsabilidade decorrente dos compromissos financeiros assumidos pelo Estado Português em nome de Moçambique desde que tenham sido assumidos no efectivo interesse deste território.

15. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique comprometem-se a agir concertadamente para eliminar todas as sequelas de colonialismo e criar uma verdadeira harmonia racial. A este propósito, a Frente de Libertação de Moçambique reafirma a sua política de não discriminação, segundo a qual a qualidade de Moçambicano não se define pela cor da pele, mas pela identificação voluntária com as aspirações da Nação Moçambicana. Por outro lado, acordos especiais regularão numa base de reciprocidade o estatuto dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique e dos cidadãos moçambicanos residentes em Portugal.

16. A fim de assegurar ao Governo de Transição meios de realizar uma política financeira independente será criado em Moçambique um Banco Central, que terá também funções de banco emissor. Para a realização desse objectivo o Estado Português compromete-se a

transferir para aquele Banco as atribuições, o activo e o passivo do departamento de Moçambique do Banco Nacional Ultramarino. Uma comissão mista entrará imediatamente em funções, a fim de estudar as condições dessa transferência.

17. O Governo de Transição procurará obter junto de organizações internacionais ou no quadro de relações bilaterais a ajuda necessária ao desenvolvimento de Moçambique, nomeadamente a solução dos seus problemas urgentes.

18. O Estado Moçambicano independente exercerá integralmente a soberania plena e completa no plano interior e exterior, estabelecendo as instituições políticas e escolhendo livremente o regime político e social que considerar mais adequado aos interesses do seu povo.

19. O Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique felicitam-se pela conclusão do presente Acordo, que, com o fim da guerra e o restabelecimento da paz com vista à independência de Moçambique, abre uma nova página na história das relações entre os dois países e povos. A Frente de Libertação de Moçambique, que no seu combate sempre soube distinguir o deposto regime colonialista do povo português, e o Estado Português desenvolverão os seus esforços a fim de lançar as bases de uma cooperação fecunda, fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique.

Lusaka, 7 de Setembro de 1974.

Pela Frente de Libertação de Moçambique:

Samora Moisés Machel (Presidente).

Pelo Estado Português:

Ernesto Augusto Melo Antunes (Ministro sem Pasta).

Mário Soares (Ministro dos Negócios Estrangeiros).

António de Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial).

Victor Manuel Trigueiros Crespo (conselheiro de Estado).

Antero Sobral (Secretário do Trabalho e Segurança Social do Governo Provisório de Moçambique).

Nuno Alexandre Lousada (tenente-coronel de infantaria).

Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa (capitão-tenente da Armada).

Luís António de Moura Casanova Ferreira (major de infantaria).

Aprovado, depois de ouvidos a Junta de Salvação Nacional, o Conselho de Estado e o Governo Provisório, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 7/74, de 27 de Julho.

9 de Setembro de 1974.

Publique-se.

O Presidente da República, António de Spínola

ANEXO C – Parte do acordo de paz de Roma.

Quarta-feira, 14 de Outubro de 1992

I SÉRIE — Número 42



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Lei n.º 13/92:

Aprova o Acordo Geral de Paz.

Lei n.º 14/92:

Altera os artigos 1, 5, 6, 11, 14, 16 e 25 da Lei n.º 7/91, de 23 de Janeiro, sobre os partidos políticos.

Lei n.º 15/92:

Amnistia os crimes cometidos contra a segurança do povo e do Estado popular, previstos na Lei n.º 2/79, de 1 de Março e na Lei n.º 1/83, de 16 de Março, os crimes contra a segurança do Estado, previstos na Lei n.º 19/91, de 16 de Agosto, e os crimes militares previstos na Lei n.º 17/87, de 21 de Dezembro e ainda aqueles cujo procedimento criminal não tenha sido instaurados até 1 de Julho de 1988.

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA

Lei n.º 13/92

de 14 de Outubro

Com vista a tornar executório o Acordo Geral de Paz assinado em Roma, entre o Governo da República de Moçambique e a Renamo, a Assembleia da República, usando da competência estabelecida no n.º 1 do artigo 135 da Constituição, determina:

Artigo 1. É aprovado o Acordo Geral de Paz assinado em 4 de Outubro de 1992 entre o Governo da República de Moçambique e a Renamo, que é publicado em anexo e que faz parte integrante da presente lei.

Art. 2. Consideram-se criados para todos os efeitos legais os organismos previstos no Acordo Geral de Paz, com as funções e composição neste estipuladas, sem prejuízo de regulamentação necessária.

Art. 3. A legislação decorrente do Acordo Geral de Paz incluirá, para cada caso, o conteúdo estipulado no mencionado Acordo.

Art. 4. A presente lei entra imediatamente em vigor.

Aprovada pela Assembleia da República.

O Presidente da Assembleia da República, *Marcetino dos Santos*.

Promulgada aos 14 de Outubro de 1992.

Publique-se.

O Presidente da República, *JOAQUIM ALBERTO CHISSANO*.

Acordo Geral de Paz de Moçambique

Joaquim Alberto Chissano, Presidente da República de Moçambique, e Afonso Macacho Marceta Dhlakama, Presidente da RENAMO, encontrando-se em Roma,

Sob a presidência do Governo italiano, na presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Italiana, Emilio Colombo,

E na presença de:

S. Ex.º Robert Gabriel Mugabe, Presidente da República do Zimbábue;

S. Ex.º Ketumile Masire, Presidente da República do Botswana;

S. Ex.º George Saitoti, Vice-Presidente da República do Quênia;

S. Ex.º Roelof F. Botha, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul;

Hon. John Tembo, Ministro na Presidência da República do Malawi;

Emb. Ahmed Haggag, Vice-Secretário-Geral da OUA; dos mediadores: on. Mario Raffaelli, representante do Governo italiano e coordenador dos mediadores, D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, professor Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi, da Comunidade de S. Egidio;

e dos representantes dos observadores: o Dr. James O. C. Jonah, Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Políticos das Nações Unidas; S. Ex.º o Subsecretário de Estado Embaixador Herman J. Cohen, pelo Governo dos Estados Unidos da América; S. Ex.º o Embaixador Philippe Cavillier, pelo Governo da França; S. Ex.º o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. José Manuel Durão Barroso, pelo Governo de Portugal; e S. Ex.º Sir Patrick Fairweather, pelo Governo do Reino Unido;

No termo do processo negociado de Roma, para o estabelecimento de uma paz duradoura e dura sólida democracia em Moçambique, aceitam como obrigatórios os seguintes documentos, que constituem o Acordo Geral de Paz:

1. Protocolo I (Dos Princípios Fundamentais);
2. Protocolo II (Dos Critérios e Modalidades para a Formação e Reconhecimento dos Partidos Políticos);
3. Protocolo III (Dos Princípios da Lei Eleitoral);
4. Protocolo IV (Das Questões Militares);
5. Protocolo V (Das Garantias);
6. Protocolo VI (Do Cessar-Fogo);
7. Protocolo VII (Da Conferência de Doadores).

Acceptam igualmente como partes integrantes do Acordo Geral de Paz de Moçambique os seguintes documentos:

- a) Comunicado Conjunto do dia 10 de Julho de 1990;
- b) Acordo de 1 de Dezembro de 1990;
- c) Declaração do Governo da República de Moçambique e da RENAMO sobre os princípios orientadores da ajuda humanitária, assinado em Roma, aos 16 de Julho de 1992;
- d) Declaração Conjunta, assinada em Roma, aos 7 de Agosto de 1992.

O Presidente da República de Moçambique e o Presidente da RENAMO comprometem-se a tudo fazerem para se alcançar uma efectiva reconciliação nacional.

Os Protocolos acima referidos foram devidamente rubricados e assinados pelos respectivos Chefes de Delegação e pelos mediadores. O presente Acordo Geral de Paz entra em vigor imediatamente após a sua assinatura.

Joaquim Alberto Chissano — Presidente da República de Moçambique.

Ajama Macacho Marcela Dhlakama — Presidente da RENAMO

Os Mediadores: *on. Mario Raffaelli, D. Jaime Gonçalves, Professor Andrea Riccardi, D. Matteo Zuppi*

Assinado em Roma, aos 4 de Outubro de 1992

PROTOCOLO I

Dos princípios fundamentais

No dia 18 de Outubro de 1991, a Delegação do Governo da República de Moçambique, chefiada por Armando Emilio Guebuza, Ministro das Transportes e Comunicações, e composta pelos senhores Aguiar Mazula, Ministro da Administração Estatal, Teodato Hunguana,

Ministro do Trabalho, e Francisco Madeira, Assessor Diplomático do Presidente da República, e a Delegação da RENAMO, chefiada por Raul Manuel Domingos, chefe do Departamento das Relações Exteriores, composta pelos senhores Vicente Zacarias Ululu, Chefe do Departamento da Informação, Agostinho Semende Murrial, Vice-Chefe do Departamento dos Assuntos Políticos, e João Francisco Almirante, membro do Gabinete Presidencial, reunidas em Roma, no âmbito das conversações de Paz, na presença dos mediadores, *on. Mario Raffaelli*, representante do Governo da República Italiana e coordenador dos mediadores, *D. Jaime Gonçalves*, Arcebispo da Beira, professor *Andrea Riccardi* e *D. Matteo Zuppi* da Comunidade de S. Egidio;

Determinados a realizar os superiores interesses do povo moçambicano, reafirmam que o método de diálogo e de colaboração entre si é indispensável para se alcançar uma paz duradoura no País

Consequentemente:

1. O Governo compromete-se a não agir de forma contrária aos termos dos Protocolos que se estabeleçam, a não adoptar leis ou medidas e a não aplicar as leis vigentes que eventualmente contrariem os mesmos Protocolos.

2. Por outro lado a RENAMO compromete-se a partir da entrada em vigor do cessar-fogo a não combater pela força das armas, mas a concluir a sua luta política na observância das leis em vigor, no âmbito das instituições do Estado existentes e no respeito das condições e garantias estabelecidas no Acordo Geral de Paz.

3. Ambas as partes assumem o compromisso de alcançar no mais curto espaço de tempo o Acordo Geral de Paz, contendo os Protocolos sobre cada um dos pontos da agenda adoptada no dia 28 de Maio de 1991 e desenvolver as acções necessárias para esse efeito. Neste contexto o Governo empenhar-se-á a não obstaculizar as deslocações internacionais e os contactos da RENAMO no exterior no quadro das negociações para a Paz. Com o mesmo fim, também serão possíveis contactos no interior do País entre a RENAMO e os mediadores, ou os membros da Comissão Mista de Verificação. As modalidades concretas de realização dos mesmos deverão ser estabelecidas caso a caso, a pedido dos mediadores ao Governo

4. Os Protocolos a acordar no decurso destas negociações farão parte integrante do Acordo Geral de Paz e a sua entrada em vigor ocorrerá na data da assinatura deste, com a excepção do parágrafo 3 deste Protocolo o qual entra em vigor imediatamente

5. As partes acordam no princípio de constituição de uma Comissão para supervisionar e controlar o cumprimento do Acordo Geral de Paz. A Comissão será composta por representantes do Governo, da RENAMO bem como das Nações Unidas, outras Organizações ou Governos a acordar entre si

Pela Delegação do Governo da República de Moçambique, *Armando Emilio Guebuza*. — Pela Delegação da RENAMO, *Raul Manuel Domingos*

Os Mediadores: *on. Mario Raffaelli, D. Jaime Gonçalves, professor Andrea Riccardi, D. Matteo Zuppi*

Feito em S. Egidio, Roma, aos 18 de Outubro de 1991

ANEXO D – Tabela do número de vítimas de minas terrestres em Moçambique nos anos de 1999 e 1998.

Tabela 2 – Número de vítimas de minas terrestres em Moçambique nos anos de 1999 e 1998										
1999						1998				
Vítimas (morte e ferimento)						Vítimas (morte e ferimento)				
	Incidentes	H	M	C	Total	Incidentes	H	M	C	Total
Maputo	6	14	0	0	14	18	13	0	8	21
Gaza	3	2	0	1	3	6	2	0	6	8
Inhambane	7	5	1	1	7	5	2	0	5	7
Sofala	7	7	2	6	15	5	10	2	9	21
Manica	2	0	0	3	3	12	9	1	1	11
Tete	5	3	0	3	6	10	9	5	21	35
Zambezia	1	1	0	0	1	10	8	3	2	13
Nampula	3	7	0	1	8	9	4	2	3	9
C.Delgado	1	1	1	0	2	5	2	3	0	5
Niassa	1	1	0	0	1	3	2	0	1	3
Total	36	41	4	15	60	83	61	16	56	133

Fonte: Excert From Landmine Monitor Report, 2000: Toward a Mine Fee.

ANEXO E – Tabelas de dados informativos sobre Moçambique e da distribuição percentual da população moçambicana por religião professada.

Nome oficial	República de Moçambique
Capital	Maputo
Área	799.380 km ²
População	20,2 milhões
IDH	0,390 (168º lugar) (2004)
Moeda	Novo Metical
Índice de natalidade (2003)	40%
Índice de mortalidade (2003)	14,9%
Expectativa de vida (ano) homem/mulher	41,3 / 41,9
População urbana (2005)	35%
PIB (milhões de dólares) (2004)	6086
Renda per capita (dólares) (2004)	270
Principais produtos de exportação	Algodão, Amendoim, Arroz e cana de açúcar.

Fonte: Atlas National Geographic. África II. (Volume 10) – São Paulo: Abril, 2008

RELIGIÃO PROFESSADA	PERCENTUAL
Católica	24,1%
Protestante	21,5%
Mulçumana	19,7%
Hindu	0,04%
Religiões de Tradição Africana	31,9%
Outros	0,6%
Não especificou	2,2%

Fonte: Brito, Luis de. *O comportamento eleitoral nas primeiras eleições multipartidárias em Moçambique*. In MAZULA, Brazão et al. Moçambique: Eleições Democracia e Desenvolvimento Maputo – Moçambique, 1995

ANEXO F – Bandeira e Hino de Moçambique.



Bandeira de Moçambique

Hino Nacional de Moçambique
Pátria Amada

Na memória de África e do Mundo
Pátria bela dos que ousaram lutar
Moçambique, o teu nome é liberdade
O Sol de Junho para sempre brilhará

Moçambique nossa pátria gloriosa
Pedra a pedra construindo um novo dia
Milhões de braços, uma só força
Oh pátria amada, vamos vencer

Povo unido do Rovuma ao Maputo
Colhe os frutos do combate pela paz
Cresce o sonho ondulando na bandeira
E vai lavrando na certeza do amanhã

Moçambique nossa pátria gloriosa
Pedra a pedra construindo um novo dia
Milhões de braços, uma só força
Oh pátria amada, vamos vencer

Flores brotando do chão do teu suor
Pelos montes, pelos rios, pelo mar
Nó juramos por ti, oh Moçambique
Nenhum tirano nos irá escravizar

Moçambique nossa pátria gloriosa
Pedra a pedra construindo um novo dia
Milhões de braços, uma só força
Oh pátria amada, vamos vencer

(Autores: Gulano Khan, Calane Silva, Mia Couto)